



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GISELI APARECIDA CAPARROS KLAUCK

INDICADORES DE QUALIDADE DE ENSINO:

estudo em escola destaque no Ideb

**Dourados – MS
2012**

GISELI APARECIDA CAPARROS KLAUCK

INDICADORES DE QUALIDADE DE ENSINO:

estudo em escola destaque no Ideb

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História, política e gestão da educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Dirce Nei Teixeira de Freitas.

**Dourados – MS
2012**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

372.1098171 K667i	<p>Klauck, Giseli Aparecida Caparros. Indicadores de qualidade de ensino : estudo em escola destaque no Ideb / Giseli Aparecida Caparros Klauck. – Dourados, MS : UFGD, 2012. 185 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Dirce Nei Teixeira de Freitas.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Ensino fundamental – Amambai. 2. Ensino – Qualidade. 3. Escola primária. I. Título.</p>
----------------------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

KLAUCK, Giseli Aparecida Caparros.

Indicadores de qualidade de ensino: estudo em escola destaque no Ideb.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História, política e gestão da educação.

Orientadora: Profª. Dra. Dirce Nei Teixeira de Freitas.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Dirce Nei Teixeira de Freitas – Orientadora

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Assinatura: _____

Profa. Dra. Debora Cristina Jeffrey - Convidada

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Assinatura: _____

Profa. Dra. Alaíde Maria Zabloski Baruffi – Membro titular

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Assinatura: _____

Profa. Dra. Giselle Cristina Martins Real – Membro suplente

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Assinatura: _____

Dedico este trabalho ao meu filho Henrique que me acompanhou neste trabalho desde o ventre e me incentivou e fortaleceu para continuá-lo, com cada sorriso e gesto de carinho...

AGRADECIMENTOS

À CAPES por um semestre de bolsa concedida, subsidiando neste período a continuidade do mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD/FAED, em especial, à professora Dirce Nei Teixeira de Freitas, por ter me aceitado como orientanda e não medir esforços para me auxiliar nesta caminhada, me ajudando a superar desafios e minhas próprias limitações.

À professora Debora Cristina Jeffrey, por ter aceitado participar e contribuir com este trabalho nas bancas de qualificação e defesa, assim como às professoras Alaíde Maria Zabloski Baruffi e Giselle Cristina Martins Real.

Aos meus amigos e colegas da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, por terem me apoiado nesse período de busca pelo conhecimento, em especial à diretora Vilma Oliveira da Cruz e à coordenadora Cristiane Ferreira Barbosa pelo companheirismo e apoio durante todo o processo de pesquisa, acreditando no meu potencial.

Aos colegas do mestrado das turmas 2010 e 2011 que me acolheram como amigos, sempre dispostos a me ajudar e preocupados com minhas inúmeras viagens Amambai-Dourados.

À minha família, em especial a minha mãe que sempre esteve ao meu lado, orgulhosa do meu esforço em continuar a vida acadêmica, e por vezes até me acompanhou nas aulas e viagens, me ensinou a ser mãe e nas minhas ausências agiu como mais que uma mãe para o meu filho, revelando-se uma avó maravilhosa.

Ao Leandro que me encorajou nos momentos de fraqueza e dificuldade e mesmo muitas vezes distante, demonstrou-se um maravilhoso companheiro e me ensinou a ser menos egoísta e compartilhar a vida com a família linda que temos.

À Deus pela força, coragem e sabedoria que diariamente supliquei, para poder continuar, e que me foi concedida, fazendo-me sentir melhor a cada dia, como mãe, mulher, filha, professora e mestranda que fui, no período deste trabalho.

Obrigada a todos!

RESUMO

Este trabalho situa-se na análise de indicadores de qualidade de ensino a partir da perspectiva da escola. Tomando como objeto de observação a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, situada no município de Amambai – MS, selecionada por figurar com destaque nos *rankings* nacional e estadual, pelos seus resultados no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) dos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente no Ideb obtendo o primeiro lugar no estado nos anos de 2005, 2007 e 2009. Neste sentido o objetivo da pesquisa delimitou-se em compreender em que consiste a qualidade de ensino na perspectiva da própria escola. Com a proposição de responder a seguinte questão: quais indicadores de qualidade do ensino fundamental emergiram da análise de ações escolares e da avaliação dos atores escolares e pais de alunos da escola? Para tanto utilizamos a abordagem qualitativa, realizando um estudo de caso com recursos de triangulação. Partimos do estudo bibliográfico de autores brasileiros que trazem o debate sobre qualidade da educação e análise documental. A pesquisa de campo sistematizou-se em observação participante e entrevistas semiestruturadas, trabalhando os dados obtidos por meio da análise de conteúdo. Os resultados encontrados, confirmando evidências de outras pesquisas, apontaram que a escola se beneficia de fatores extraescolares positivos (nível socioeconômico dos alunos, nível de escolarização dos pais, expectativas e apoios familiares, prestígio social da escola) e da proximidade cultural entre professores e alunos. Os principais indicadores da qualidade do ensino da escola são a estabilidade dos professores, a organização escolar, o trabalho de equipe, a articulação com os pais e a motivação dos alunos para o estudo.

Palavras-chave: Indicadores de qualidade. Escola. Qualidade de ensino.

ABSTRACT

This study consists of the analysis of teaching quality indicators from the perspective of the school. As object of observation, we considered Dom Aquino Corrêa State School, located in the city of Amambai-MS, selected by figuring prominently in national and state rankings, by their results in Ideb the early years of primary education, especially in Ideb getting the first place in the state in 2005, 2007 and 2009. In this sense, the objective of the research was delimited to understand what constitute the teaching quality from the perspective of the school. With the proposal to answer the following question: which indicators of quality of primary education emerge from the analysis of school actions and from the evaluation of scholar actors and parents of school students? For this purpose, we used a qualitative approach, performing a case study with triangulation resources. We started with the bibliographical study of Brazilian authors who bring the debate on quality education and documentary analysis. The field research was systematized on observation participant and semi-structured interviews, working on the data obtained through content analysis. The results, confirming findings from other studies, indicated that the school is benefited from positive extracurricular factors (socioeconomic levels, parents' education levels, expectations and family support, social prestige of the school) and the cultural proximity between teachers and students. The main indicators of quality of education at the school are the stability of teachers, school organization, teamwork, articulation with parents and students' motivation to study.

Keywords: Quality indicators. School. Quality of education.

RESUMEN

Este trabajo se encuentra en la análisis de los indicadores de calidad de la enseñanza desde la perspectiva de la escuela. Tomando como objeto de observación la Escuela Estatal Dom Aquino Corrêa, ubicada en el municipio de Amambai – MS, seleccionada por la figura destacada en los *rankings* nacional y estatal, por sus resultados en el Ideb de los primeros años de la educación primaria, especialmente en conseguir el primer lugar en el Ideb del estado en 2005, 2007 e 2009. En este sentido, el objetivo de la investigación se delimitó a comprender lo que constituye una enseñanza de calidad desde la perspectiva de la escuela. Con la propuesta de responder a la siguiente pregunta: ¿cuáles son los indicadores de calidad de la educación primaria que surgen del análisis de las acciones de la escuela y la evaluación de actores de la escuela y los padres de los estudiantes? Para esto utilizamos el enfoque cualitativo, la realización de un estudio de caso con las capacidades de triangulación. Partimos de la investigación bibliográfica de los autores brasileños que traen el debate sobre la educación de calidad y análisis documental. El trabajo de campo se sistematizó en la observación participante y entrevistas, trabajando en los datos obtenidos mediante análisis de contenido. Los resultados, lo que confirma descubrimientos de otros estudios, indicó que la escuela tiene beneficios de factores extraescolares positivos (niveles socioeconómicos de los alumnos, niveles de educación de los padres, expectativas de los padres y apoyo familiar, el prestigio social de la escuela) y la proximidad cultural entre profesores y alumnos. Los principales indicadores de calidad de la educación en la escuela son la estabilidad de los profesores, la organización escolar, trabajo en equipo, trabajando em conjunto con los padres y la motivación de los alumnos para estudiar.

Palabras clave: Indicadores de calidad. Escuela. Calidad de la enseñanza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Disposições constitucionais e legais vigentes sobre o ensino fundamental	25
Quadro 2 – Indicadores de qualidade da educação	41
Quadro 3 – Fatores extraescolares de qualidade do ensino	43
Figura 1 – Mato Grosso do Sul e suas fronteiras	46
Figura 2 – Municípios do estado de Mato Grosso do Sul	48
Figura 3 – Mapa da localização do município de Amambai dentro do estado de MS	52
Figura 4 – Quadro de entrada do corredor da EEDAC	80
Figura 5 – Fachada da EEDAC e UEMS (Unidade de Amambai)	82
Figura 6 – Parque de recreação infantil	82
Figura 7 – Sala de aula da EEDAC com cadeiras universitárias	83
Figura 8 – Organização dos livros de literatura infantil	85
Figura 9 – Auditório da escola (2009)	85
Gráfico 1 – Formação superior dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC (2011)	87
Gráfico 2 – Remuneração salarial dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC (2011)	88
Figura 10 - Sala dos professores da EEDAC	92
Figura 11 – Fórmula de cálculo da média bimestral na EEDAC	94
Figura 12 – Pais à espera da abertura de matrícula na EEDAC (2009)	100
Gráfico 3 – Nível de escolaridade de dez mães de alunos da EEDAC em 2011	102
Quadro 3 – Recursos disponibilizados pelas famílias aos filhos que estudam na EEDAC	104
Quadro 4 – Qualidades dos filhos que facilitam o aprendizado escolar	105
Figura 13 – Avaliação individual do nível de leitura (2009)	112
Figura 14 – Aulas de reforço aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (2009)	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média na avaliação de desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental do estado de MS (2009)	16
Tabela 2 – Perfil educacional da população do estado de MS e Brasil (2009)	47
Tabela 3 – Aparelho educacional do estado de Mato Grosso do Sul (2000 e 2010)	50
Tabela 4 – Taxa bruta da população atendida na educação básica no estado de Mato Grosso do Sul (2010)	51
Tabela 5 – Aparelho educacional do município de Amambai (2000 e 2010)	54
Tabela 6 – Taxa bruta da população atendida na educação básica no município de Amambai (2010)	54
Tabela 7 – Variação da matrícula inicial no ensino fundamental no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Amambai por dependência administrativa (2000 e 2010)	57
Tabela 8 – Indicadores de rendimento do ensino fundamental no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e em Amambai (2000, 2005 e 2009)	59
Tabela 9 – Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental observado no Brasil, estado de Mato Grosso do Sul e Amambai, por dependência administrativa (2005, 2007 e 2009)	62
Tabela 10 – Desempenho da EEDAC no Ideb – Taxa de aprovação por série nos anos iniciais do ensino fundamental (2005, 2007 e 2009)	73
Tabela 11 – Desempenho da EEDAC no Ideb – Nota na Prova Brasil (2005, 2007 e 2009)	74
Tabela 12 – Escolas Estaduais (EE) com Ideb mais elevados nos anos iniciais do ensino fundamental no estado de Mato Grosso do Sul (2005, 2007 e 2009)	74
Tabela 13 – Desempenho das escolas públicas do município de Amambai e da EEDAC no Ideb e em seus componentes (2009)	77
Tabela 14 – Evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas e da escola privada do município de Amambai, MS (2005, 2007 e 2009)	77
Tabela 15 – Matrículas no ensino fundamental e médio da EEDAC (2000, 2005 e 2010)	99
Tabela 16 – Indicadores de fluxo e desempenho no ensino fundamental da EEDAC (2000, 2005, 2007, 2009 e 2010)	107
Tabela 17 – Indicadores de fluxo e desempenho escolar e condições de oferta dos anos iniciais do ensino fundamental estadual para Brasil, Mato Grosso do Sul, Amambai e a EEDAC (2005, 2007 e 2009)	108
Tabela 18 – Incidência na EEDAC dos indicadores de qualidade apontados por Ribeiro e Kaloustian (2007)	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amambai
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
APM	Associação de Pais e Mestres
Art.	Artigo
ASSOMASUL	Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
AT	Alunos por turma
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CEB	Câmara de Educação Básica
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONAPEE	Conselho Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
DES	Docentes com ensino superior
EECA	Escola Estadual Castro Alves
EEDAC	Escola Estadual Dom Aquino Corrêa
EESJ	Escola Estadual São José
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EQM	Entrevistas e Questionários das mães
EQP	Entrevistas e Questionários dos professores
FORPEMS	Fórum Permanente de Educação de Mato Grosso do Sul
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
HT	Horas de trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
OBS.	Observação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PLO	Projeto de Lei Ordinária
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEDU	Programa de Pós-graduação em Educação
PRE	Plano da Rede Estadual de Ensino
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEMS	Sistema de Avaliação do Estado de Mato Grosso do Sul
SED	Secretaria Estadual de Educação
SEMAC	Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SNE	Sistema Nacional de Educação
SNFVPE	Sistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação
SP	São Paulo
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo I - O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: O FOCO NA QUALIDADE	21
1. Diretrizes nacionais	22
2. A política para o ensino fundamental nos anos 2000: o destaque à qualidade	25
3. O debate educacional sobre a qualidade de ensino	38
Capítulo II - CENÁRIOS E DESAFIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	44
1. Caracterização do estado e do município.....	45
1.1 O estado.....	46
1.2 O município.....	52
2. Desafios do ensino fundamental.....	55
2.1 – O acesso: quase, mas não universalizado	55
2.2 – O rendimento: ainda um desafio	59
2.3- A qualidade: uma urgência	61
3. A política da rede estadual	63
Capítulo III - A ESCOLA E SEUS DESAFIOS	72
1. Desempenho no Ideb — a Escola no contexto	72
2. Histórico e prestígio da escola	78
3. Condições físicas e materiais de oferta do ensino.....	81
4. Profissionais e condições de trabalho	86
5. Condições organizacionais e institucionais	90
6. Características da gestão escolar e articulações escolares.....	96
7. A coordenação pedagógica	97
8. A dimensão do atendimento e a população atendida	99
9. Detalhamento dos indicadores oficiais da EEDAC	106
Capítulo IV - A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA	110
1. As ações escolares voltadas à promoção da qualidade.....	110
2. A qualidade na avaliação dos atores escolares	115
3. A qualidade na avaliação de pais	117
4. Avaliação da qualidade da EEDAC.....	118
5. Cotejamento com outras pesquisas.....	121

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	136
APÊNDICE 1 - Bilhete encaminhado às mães de alunos verificando a aceitação na participação da pesquisa	136
APÊNDICE 2. Instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa (questionários, roteiros de entrevista semiestruturada e roteiro de observação)	137
APÊNDICE 3. Termo de autorização de uso do nome da escola.	154
ANEXOS	155
ANEXO 1 – Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007	155
ANEXO 2 - Notícias publicadas na mídia eletrônica sobre a EEDAC	161
ANEXO 3 - Documentos para realização do Conselho de Classe para os anos iniciais do ensino fundamental na EEDAC	166
ANEXO 4 - Regras da escola encaminhadas aos professores e pais de alunos da EEDAC	172
ANEXO 5 – Ficha individual para avaliação qualitativa do aluno.....	177
ANEXO 6 – Ficha de avaliação individual dos alunos do 1ºano do ensino fundamental	178
ANEXO 7 - Figuras de situações didáticas realizadas na EEDAC.	184

INTRODUÇÃO

As complexas transformações sociais contemporâneas lançam demandas à educação escolar associadas a velhos e novos desafios humanitários, societários, civilizatórios e ambientais. Espera-se da educação formal contribuições multidimensionais, sendo acentuadas as de ordem econômica, política, cultural segundo óticas predominantes. Para o equacionamento das urgentes demandas são intensificadas fórmulas político-administrativas orientadas para a excelência de resultados, eficiência e eficácia, vistas como equivalentes da efetividade social.

Nesse contexto, ganha vigor a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino nos mais diversos países, principalmente naqueles onde déficits educacionais históricos convivem com aspirações de inserção econômica, política, cultural e tecnológica mais avantajada no contexto mundial, como é o caso do Brasil.

Neste País, os desafios educacionais suscitam embates na arena pública, cujo alargamento tem se dado no processo de democratização da sociedade nas últimas décadas. Na esfera da atuação estatal-governamental, o País passou a contar com políticas públicas orientadas para a melhoria da qualidade do ensino que induziram à utilização de diversas ferramentas, destacadamente da avaliação e do monitoramento educacionais.

Assistimos a difusão no Brasil de ideias oriundas de estudos e pesquisas realizados em diversos Países sobre os efeitos da escola (Brooke e Soares, 2008). Entre nós aumentaram os estudos sobre fatores associados aos bons resultados do ensino, escolas eficazes, avaliação e monitoramento educacionais (Alves e Franco, 2008).

Diversos estudos realizados com participação/aportes de organismos internacionais (Parandekar, Oliveira e Amorim, 2008, Unicef, 2007 e 2010) investigam como tem se dado a busca de eficácia e eficiência, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, e por que determinadas escolas públicas brasileiras se destacam positivamente nas avaliações e índices educacionais.

Fortaleceu-se também a defesa da necessidade de estabelecimento de indicadores e padrões de qualidade de ensino, bem como da geração e uso de índices, para monitoramento da educação escolar no amplo contexto federativo brasileiro.

A melhoria da qualidade da educação básica passou a ser difundida, por diversos atores sociais, como uma questão consensual e mensurável. Concorreu, para isso, a grande visibilidade social dos resultados, tanto das avaliações nacionais (realizadas desde 1990) quanto do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cuja introdução, no

contexto federativo, se deu com o Decreto n. 6.094, de 2007 (Brasil, 2007). Tem operado no mesmo sentido a divulgação dos resultados dos estudos comparativos internacionais, destacadamente do Pisa¹.

Com esse Índice, se deu especial relevo aos cinco anos iniciais do ensino fundamental, regularmente oferecido à população de seis a dez anos de idade, uma vez que sobre ele têm recaído as principais queixas de baixa qualidade. Os três primeiros anos dessa primeira fase do ensino fundamental são destinados à alfabetização. Para esta o Decreto supra referido estabeleceu diretrizes entre as quais está a exigência de avaliações periódicas específicas, com vistas à melhoria de sua qualidade.

Embora o problema pareça diagnosticado, permanece obscuro, entre outras razões, porque toca numa questão polêmica — a da qualidade em educação.

A literatura educacional que discute a questão da qualidade da/na educação escolar ressalta a sua complexidade, o seu caráter polêmico, a sua natureza histórica e o seu caráter de classe (Beisiegel, 2005; Oliveira e Araújo, 2005; Dourado e Oliveira, 2009; Ferreira e Tenório, 2010; Oliveira, 2009). Há clareza de que a falta de consenso e as disputas em torno da questão não são de ordem meramente conceitual, mas de projetos políticos para o País, o que torna a qualidade em educação escolar um tema atual e de interesse teórico-prático, continuamente aberto à pesquisa.

Consideramos que a questão da qualidade deve ser vista desde a perspectiva da escola, pois é nesse espaço que se inter-relacionam os executores dos processos pedagógicos e os nele envolvidos — reais interessados nas políticas de promoção da qualidade da educação escolar.

Com esse entendimento e, no intuito de somar com os esforços investigativos centrados no desempenho da escola nos anos iniciais do ensino fundamental, nos propusemos a realizar estudo empírico com o *objetivo* de compreender em que consiste a qualidade de ensino na perspectiva da própria escola.

Escolhemos como campo de observação uma unidade escolar pública cujo desempenho positivo tem sido atestado pelas avaliações nacionais e pelo Ideb. Trata-se da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa (EEDAC).

Essa unidade escolar situa-se na sede do município de Amambai (AM), Mato Grosso do Sul (MS) e atua na oferta da educação básica nessa localidade há 52 anos. É uma escola

¹ O Ideb é um indicador sintético calculado com base na taxa de aprovação escolar e no desempenho cognitivo dos alunos em avaliações externas, que permitiu ao governo nacional fixar e monitorar metas de avanços progressivos na educação básica pública, a partir de dados do ano 2005.

socialmente prestigiada e figura com destaque nos *rankings* estadual e nacional (Avaliações da Secretaria Estadual de Educação, Ideb, Prova Brasil), pelos seus resultados nos anos iniciais do ensino fundamental.

Os dados da Tabela 1 mostram a situação de destaque da EEDAC em comparação ao desempenho médio da rede estadual e do desempenho médio do município na Avaliação Estadual de Desempenho dos Alunos do Estado de Mato Grosso do Sul realizada, no ano de 2009 para aferir a proficiência dos alunos do 3º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa, Matemática e produção de textos.

Tabela 1. Média na avaliação de desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental do estado de MS (2009)

Abrangência	Língua Portuguesa		Produção de texto		Matemática	
	Alunos avaliados	Média	Alunos avaliados	Média	Alunos avaliados	Média
Rede estadual do MS	9.537	5,4	9.537	7,4	9.478	4,9
Rede estadual de Amambai	200	6,9	200	8,5	199	6,2
EEDAC	59	7,7	59	8,9	59	7,2

Fonte: Relatório de resultados e Boletim Pedagógico da escola (SED, 2009).

Na Prova Brasil, segundo dados do Inep do ano 2009, os níveis de proficiência dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC foram bem superiores à média nacional. Em Língua Portuguesa, a média nacional das escolas públicas foi de 179,58 enquanto a da Escola chegou a 241,86. Em Matemática a Escola apresentou média de 269,35 enquanto a média nacional foi de 199,52.

No período 2005 a 2009, a EEDAC se destacou no conjunto dos estabelecimentos estaduais com os mais altos pontos no Ideb do estado de MS, registrando um aumento continuado das notas nos anos iniciais do ensino fundamental. Seu Ideb evoluiu de 5,6 para 6,6 e depois 7,0 nos anos 2005, 2007 e 2009, respectivamente. Assim, em 2007 a EEDAC superava a meta (média 6,0) que deveria ser atingida até 2022, pelas escolas públicas e privadas do País, conforme fixou o Decreto n. 6.094/2007 (Brasil, 2007).

Todavia, nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), o Ideb da EEDAC alcança patamares inferiores, oscilando negativamente de 5,4, em 2005, para 4,8, em 2007, e voltando a 5,4, em 2009. Essa situação é intrigante, na medida em que a maioria dos alunos

atendida, nesse segundo segmento do ensino fundamental, ingressa nessa escola no 1º ano desse ensino e nela permanece. Conforme mostram dados fornecidos pela escola, as taxas de transferência dos alunos nos anos iniciais não têm sido altas, sendo de 2,9%, em 2005, de 6,6%, em 2007, e 2,7%, em 2009. Portanto, os alunos do segundo segmento do ensino fundamental, na sua maioria, prosseguem os seus estudos na mesma escola de ingresso. Isso significa que eles procedem de um ensino cujo nível de “qualidade” está entre os mais satisfatórios, segundo o Índice oficial — Ideb.

Logo, seria plausível esperar-se resultados mais positivos, nos anos finais do ensino fundamental, nessa escola. Muito mais quando o governo brasileiro intensifica o monitoramento dos resultados dos anos iniciais, sob a alegação de que nele têm origem os problemas da baixa qualidade da educação básica e superior no País. Essa estratégia, em tese, resultaria positiva para os anos subsequentes.

Como vimos, se por um lado, as avaliações nacionais e o Ideb atestam a inexistência de baixos resultados nos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC, por outro lado, suscitam indagações sobre o desempenho dos alunos que cursam os anos finais do fundamental. Isso problematiza o suposto, largamente aceito, de que uma boa base inicial assegura desempenhos mais positivos na sequência da escolarização fundamental. Também problematiza a ideia de que déficits de qualidade da escolarização têm origem nos primeiros anos do ensino fundamental.

Essa peculiar situação reforça o nosso interesse pela própria visão que a escola tem a respeito da qualidade do seu ensino, de como ela explica os seus resultados positivos nos anos iniciais do ensino fundamental e os resultados obtidos nos anos finais desse ensino. Assim, buscamos resposta para o seguinte *problema*: quais indicadores de qualidade do ensino fundamental emergem da análise das ações escolares e da avaliação dos atores escolares e pais de alunos da EEDAC?

Conforme mencionado anteriormente, este estudo tem por objetivo compreender em que consiste a qualidade de ensino para uma escola destaque nos indicadores oficiais, por meio de análise de ações que ela implementa com vistas a essa qualidade e que avaliação fazem gestores, professores e pais de alunos sobre a qualidade do seu ensino.

Nossos objetivos específicos são os seguintes:

- a) contextualizar o ensino fundamental no plano nacional, estadual e municipal, analisando sua regulação normativa, as políticas para promoção da sua qualidade e os seus principais desafios, com destaque para a rede estadual de Mato Grosso do Sul e suas políticas;

- b) caracterizar e contextualizar o campo de observação empírica, situando a escola e identificando as suas peculiaridades na prestação dos anos iniciais do ensino fundamental, assim como as suas estratégias de ação em busca de qualidade desse ensino;
- c) constatar os principais indicadores de qualidade da escola, por meio de análise das ações escolares e da avaliação de gestores, professores e pais de alunos, cotejando-os com achados de outros estudos.

A escolha metodológica para a execução da pesquisa foi a abordagem qualitativa (Poupart *et. al.*, 2008), considerando que o fenômeno a ser estudado é de natureza complexa. Assim, é possível analisar o objeto de estudo, considerando diferentes aspectos para melhor compreendê-lo. Conforme Deslauriers e Kérisit, citados por Poupart *et al.*(2008, p.135), “[...] a pesquisa qualitativa se ancora na dialética das representações, ações e interpretações dos atores sociais em relação ao seu meio [...]”. A proximidade entre o pesquisador e o campo empírico é uma característica que contribui para a análise qualitativa da pesquisa. Neste sentido, Chizzoti, (2008, p. 28) define essa abordagem, no que se refere ao termo qualitativo, da seguinte forma:

[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. [...].

Sendo assim, realizamos um estudo de caso com recursos de triangulação (André, 2005), tendo em vista os objetivos anteriormente anunciados.

O estudo de caso pode ser entendido como uma pesquisa que procura compreender, de maneira ampla, determinada situação da vida real, delimitada e contextualizada no tempo e espaço, através de uma coleta intensiva de informações (Chizzoti, 2008). Segundo Stake (1995), citado por André (2005, p.18-19), “[...] o estudo de caso é o estudo da particularidade e da complexidade de um caso singular levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias”.

A estratégia de triangulação de dados consiste na possibilidade de o pesquisador utilizar diferentes fontes de informação como recurso para a pesquisa — as quais podem ser tanto de natureza qualitativa quanto quantitativa — desde que se refiram ao mesmo fenômeno objeto da pesquisa (Yin, 2005; André, 2005).

Iniciamos a pesquisa pela realização de levantamentos bibliográficos e de levantamento documental. Para os levantamentos bibliográficos, consultamos autores que têm

trazido contribuições para o debate brasileiro sobre qualidade em educação, entre outros, (Beisiegel, 2005; Oliveira, 2007; Franco, Alves e Bonamino, 2007; Freitas, 2008; Dourado e Oliveira, 2009). Para a investigação documental, recorreremos a Cellard (2008) que recomenda levar em conta o contexto em que o documento foi produzido, assim como os interesses do autor, a autenticidade do documento, a natureza deste e a estrutura lógica do texto.

Em seguida, realizamos investigação de campo, na qual utilizamos técnicas de observação participante e de entrevistas semiestruturadas com pais, professores, coordenadores e direção escolar, para averiguar e analisar as suas percepções sobre as razões da qualidade da escola e do seu ensino fundamental, assim como para constatar os indicadores dessa qualidade. Para as entrevistas, buscamos orientação em Richardson (2008).

No universo de pais de alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, elegemos 10 mães dos 57 alunos que, em 2011, cursavam o 5º ano, considerando que elas são mais diretamente envolvidas, do que os pais, no processo de escolarização dos filhos, no caso desta escola, chegamos a esse critério, com base nas observações realizadas e registros de reuniões de pais. Para a composição da amostra, adotamos o seguinte procedimento:

- 1) listamos os nomes de todos os alunos que estudavam no 5º ano do ensino fundamental;
- 2) procedemos a um sorteio de dez nomes;
- 3) entregamos aos alunos sorteados uma correspondência dirigida a suas mães convidando-as a colaborar com a pesquisa (Apêndice 1);
- 4) checamos as respostas das mães e constatamos haver negativas;
- 5) procedemos a dois novos sorteios, para conseguir compor a amostra de 10 mães.

Não investigamos os motivos pelos quais várias mães recusaram o convite para colaborar com esta pesquisa, portanto qualquer explicação seria mera especulação.

Os dados coletados com as entrevistas e observações foram trabalhados por meio da análise de conteúdo. Esta técnica permite ao investigador compreender o seu objeto, de maneira mais profunda, por meio de procura minuciosa de indícios que possam ser evidenciados nas comunicações existentes, buscando significados intrínsecos ao texto de análise, seja ele expresso na forma linguística ou não (Bardin, 2008; Franco, 2005).

A investigação insere-se na linha de pesquisa “políticas e gestão da educação”, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), ao contemplar o tema “qualidade de ensino” na perspectiva das políticas públicas, tendo em vista a efetivação do direito à educação para todos. Está associada ao projeto de pesquisa intitulado “O monitoramento de metas de desenvolvimento do ensino

fundamental em municípios da Grande Dourados”², desenvolvido por equipe de pesquisadores vinculados ao referido Programa. Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a configuração atual do monitoramento das metas do ensino fundamental realizado pela União e seus reflexos na política educacional municipal e na gestão escolar, tendo em vista avaliar a sua eficácia local.

Organizamos o texto em quatro capítulos seguidos pelas considerações finais, referências, apêndices e anexos.

No primeiro capítulo caracterizamos o ensino fundamental como etapa da educação básica e a sua regulação no Brasil, levando em conta o debate educacional sobre a qualidade de ensino e a necessidade de melhoria da escola pública.

O segundo capítulo caracteriza os cenários da pesquisa, apontando os desafios para o ensino fundamental brasileiro e como eles se apresentam no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Amambai, onde se localiza a escola observada. Consideramos desafios relativos a acesso, rendimento e qualidade do ensino fundamental.

Em sequência, passamos no terceiro capítulo a caracterizar a Escola, sua trajetória, suas condições do trabalho e o público a que atende, apontando as suas potencialidades e os desafios que enfrenta como escola pública.

No quarto capítulo tratamos da qualidade do ensino fundamental na Escola observada, apontando suas ações e iniciativas, a visão dos pais e atores escolares. Analisando os dados levantados, identificamos fatores extraescolares que favorecem o trabalho realizado pela escola e também os indicadores da qualidade de seu ensino. A seguir, confrontamos os nossos achados com outras pesquisas que procuraram identificar os indicadores de qualidade da escola pública brasileira.

Nas considerações finais apresentamos uma síntese da trajetória do estudo, apontamos os seus resultados e conclusões, bem como as suas limitações e arrolamos as indagações que deixamos para novas pesquisas.

² Esta pesquisa é coordenada pela Profa. Dra. Dirce Nei Teixeira de Freitas e nela atuo como pesquisadora colaboradora, sendo responsável pela pesquisa de campo no município de Caarapó. Cabe salientar que o município de Amambai embora não faça parte da amostra da referida pesquisa, faz parte da região da Grande Dourados, sendo que o estudo realizado neste trabalho acrescerá o alcance daquela pesquisa.

Capítulo I

O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: O FOCO NA QUALIDADE

Este capítulo tem o objetivo de caracterizar o ensino fundamental no Brasil, considerando-o pelo ângulo da regulação e das políticas públicas, levando em conta a ênfase dada à melhoria da sua qualidade, buscando uma visão de contexto numa primeira aproximação ao objeto da pesquisa.

Entendemos que a visão do contexto em que se efetiva o ensino fundamental e se firmam as demandas por melhoria da sua qualidade requerem observação incidente sobre os planos da realidade nacional, estadual e local. Assim, resolvemos iniciar a análise pelo plano nacional, num movimento de primeira aproximação ao objeto de estudo.

Para isso, realizamos levantamento documental e bibliográfico que nos permitiu sumariar, pelo ângulo da regulação, as diretrizes nacionais relativas ao ensino fundamental, no período posterior a 1988, quando reformas foram realizadas sob ditames da Constituição Federal promulgada nesse mesmo ano. Utilizamos fontes normativas constitucionais e legais, editadas pelo Estado brasileiro no período 1988 a 2010, empregando a análise documental. Recorremos a trabalhos da literatura educacional brasileira dos anos 1990 e 2000, para analisar e interpretar os dados levantados nessas fontes. Assim, na primeira seção deste capítulo, caracterizamos o ensino fundamental brasileiro com base nas disposições que o regulam no País.

Na sequência, consideramos as propostas de políticas para o ensino fundamental formuladas pela União, na primeira década dos anos 2000, e análises presentes na literatura educacional, com vistas a evidenciar o foco sobre a melhoria desse ensino no contexto federativo. Neste caso, nos limitamos à última década, pois seria impossível dar conta, nos limites deste trabalho, de analisar também a política para o ensino fundamental de todo o

período posterior a 1988, mesmo porque consideramos esse recorte suficiente para o objetivo do trabalho. Tomamos como fontes o plano nacional de educação, decreto e pareceres, empregando a análise documental, expondo as nossas constatações na segunda seção do capítulo.

Finalmente, buscamos analisar como vem sendo sinalizada a questão da qualidade do ensino e da escola no debate educacional. Para isso, consultamos trabalhos bibliográficos selecionados com base nos seguintes critérios: (a) textos que apresentavam abordagem específica do tema qualidade na educação escolar básica; (b) publicações da área da educação em Língua Portuguesa, em veículos brasileiros (periódicos e livros); (c) publicações posteriores a 1988, quando a Constituição Federal estabeleceu a qualidade como um princípio de oferta do ensino no País. Esclarecemos que a seleção realizada não pretendeu ser exaustiva. Quanto ao procedimento, fizemos leituras exploratórias e analíticas, utilizando os usuais recursos de sistematização de ideias (Medeiros, 2008) de modo a trazer uma visão sintética do debate. Essa visão é apresentada na terceira seção do capítulo.

1. Diretrizes nacionais

Desde 1988, a educação foi constitucionalmente declarada um direito social, tendo a sua amplitude definida pelo art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), nos seguintes termos: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A educação escolar é a parte desse amplo processo que, regulada em lei, é desenvolvida, predominantemente, por meio do ensino (forma sistemática), em instituições próprias (estabelecimentos de ensino), de forma vinculada ao mundo do trabalho e à prática social (art. 1º. LDB/1996).

A composição da educação escolar se dá em dois níveis: educação básica e educação superior (art. 21 da LDB/1996). A educação básica compõe-se de três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Esse primeiro nível da educação no Brasil tem por finalidade (art. 22 da LDB/1996): “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Conforme visto, o ensino fundamental corresponde à segunda etapa da educação básica, etapa destinada regularmente à população de 7 a 14 anos até o ano de 2005 e, desde então, à população de 6 a 14 anos, com o objetivo declarado, no art. 36 da LDB/1996, de formação básica do cidadão, mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A importância do ensino fundamental para o desenvolvimento do educando como ser humano abrange aspectos cognitivo, social, atitudinal de acordo com a formação de valores e o domínio afetivo. Esses aspectos estão relacionados com o objetivo de “formação básica do cidadão”. O caráter fundamental desse ensino consiste precisamente na consecução desse objetivo, concorrendo para os fins da educação básica.

No ensino fundamental, tem curso o processo sistemático de alfabetização e de letramento. Esses processos são condição necessária para a continuidade de estudos, assim como para a inserção do indivíduo na sociedade, por isso, cabe-lhe, primordialmente, estabelecer as bases que permitirão ao educando tornar-se bom leitor e escritor, bem como desenvolver o raciocínio lógico e a habilidade de cálculo.

No contexto da educação básica, o ensino fundamental é antecedido pela educação infantil (destinada à faixa etária de 0 a 6 anos até 2005 e, desde então, à faixa de 0 a 5 anos) e sucedido pelo ensino médio (destinado à faixa etária de 15 a 17 anos). Com a redação dada pela Emenda Constitucional de n. 53/2006, o ensino fundamental passou de uma duração mínima de oito para nove anos, mediante a sua extensão para a população de seis anos de idade.

A Constituição Federal de 1988, em seu texto original, dispôs sobre a educação escolar, assegurando, com destaque, o acesso ao ensino fundamental como direito público subjetivo³ resguardado pelos mecanismos da obrigatoriedade⁴ e gratuidade. O texto da LDB/1996 reafirmou esses mecanismos como dever do Estado, para o que o apoio aos

³ Ver a respeito Oliveira (1999) e Duarte (2004).

⁴ Sobre a construção histórica do dispositivo da obrigatoriedade e sua importância social, ver Horta (1998).

educandos do ensino fundamental deve ser efetuado na forma de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Dispôs também sobre financiamento educacional, responsabilidades federativas, organização do ensino, currículo e diversas matérias relacionadas à criação de condições para a prestação desse ensino com qualidade cujo padrão não estabeleceu explicitamente.

O texto original da Constituição Federal de 1988, com alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 14/1996, determinou a atuação prioritária dos municípios no ensino fundamental e possibilitou políticas de focalização nesse ensino, então considerado prioridade nacional, conforme declarado expressamente no Plano Nacional de Educação aprovado em 2001 (Brasil, 2001).

Alteração introduzida no Texto Constitucional pela Emenda de n. 53/2006 ampliou a política de fundos na educação, substituindo, a partir de 2007, o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), implementado desde 1998, pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Com a redação dada pela Emenda n. 59/2009, a Constituição Federal estabeleceu o acesso à educação básica como direito público subjetivo. Para tanto, estendeu a obrigatoriedade e gratuidade à educação básica destinada à população de 4 a 17 anos de idade (agora abarcando o pré-escolar e o ensino médio), assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Os programas suplementares de atendimento ao educando (material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde) foram estendidos a toda a educação básica. A Emenda determinou que a distribuição dos recursos públicos assegurasse prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório (dos 4 aos 17 anos), no que se refere à universalização da prestação, à garantia de oferta com padrão de qualidade e com equidade, nos termos do Plano Nacional de Educação (art. 214 da CF/1988).

Alguns dos aspectos legais têm sido tratados com maior ênfase pelas políticas educacionais, sendo alvo de discussões pelos gestores destas ações, como por exemplo, a garantia de padrão de qualidade de ensino, associando este fator à necessidade de permanência do aluno no espaço escolar com o seu devido aproveitamento.

As disposições constitucionais e legais vigentes, que alcançam o ensino fundamental, contemplam um amplo arco de aspectos, entre os quais enumeramos vários, ainda não mencionados, quais sejam:

Quadro 1. Disposições constitucionais e legais vigentes sobre o ensino fundamental

Artigo da Legislação	Propósito
Artigo 206 (CF) e Artigo 3º (LDB)	Estabelece os princípios de base da sua oferta, onde ressaltamos a garantia de padrão de qualidade de ensino (também fixada como prioridade nos planos nacionais de educação pela Emenda Constitucional n.59/2009).
Artigo 208 (CF) e Artigo 4º (LDB)	A responsabilidade do Poder Público no não oferecimento ou na oferta irregular do ensino fundamental e, desde 2009, da educação básica na faixa de 4 a 17 anos.
Artigo 210 (CF)	A fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental.
Artigo 211 (CF) e Artigo 8º (LDB)	O regime de colaboração federativa na organização e oferta do ensino fundamental, assim como das outras etapas da educação básica.
Artigo 211 e 212 (CF)	As incumbências dos entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) na oferta e financiamento do ensino fundamental.
Artigo 210 (CF) - Parágrafo 2º Artigo 32 (LDB) – Parágrafo 3º	Que seja ministrado em Língua Portuguesa assegurando às comunidades indígenas a utilização da língua materna.
Artigo 32 (LDB) – Parágrafo 1º	O desdobramento do ensino fundamental em ciclos facultado aos sistemas de ensino.
Artigo 32 (LDB) – Parágrafo 4º	Determinação que o ensino fundamental seja presencial, sendo o ensino à distância uma complementação da aprendizagem ou utilizado em situações emergenciais.
Artigo 34 (LDB)	Dispõe sobre a duração mínima da jornada escolar e a sua ampliação progressiva tendo em vista a oferta em tempo integral.
Artigo 8º e 9º (LDB)	Estabelecimento, em colaboração federativa, de padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno capaz de assegurar ensino de qualidade.

Outros fatores que remetem ao planejamento de ações é o acesso obrigatório ampliado para a faixa etária dos 4 aos 17 anos e a escolarização ampliada para o tempo integral. Estes aspectos remetem a desafios complexos às políticas educacionais, impulsionando o estabelecimento de metas e o monitoramento, assim como a relação entre os entes federados na oferta da educação básica. Essas condições legislativas para o ensino fundamental induzem aos principais desafios educacionais para a próxima década.

2. A política para o ensino fundamental nos anos 2000: o destaque à qualidade

Durante a década de 1990, as políticas educacionais se concentraram nos fatores de acesso e universalização do ensino fundamental, buscando atender a uma antiga necessidade social do País, de modo que

[...] ao longo dos últimos anos, acentuou-se o processo de incorporação ao sistema de ensino da grande maioria da população, praticamente superando a causa histórica e mais significativa de exclusão: a falta de escolas (Oliveira, 2007, p. 670).

No novo cenário de amplo acesso, dificuldades já existentes no ensino brasileiro foram aprofundadas e, com o acompanhamento sistemático do fluxo escolar e as avaliações nacionais realizadas regularmente a cada biênio desde 1995, acentuou-se a preocupação com a questão da qualidade do ensino na elaboração de propostas de políticas educacionais.

No ingresso dos anos 2000, o Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei n. 10.172/ 2001 (Brasil, 2001), estabeleceu as diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação brasileira na primeira década do século XXI. O Plano ressaltou o aumento das matrículas da população de 7 a 14 anos de idade, registrado no País na década de 1990, porém sem superar a problemática da distorção idade-série. Essa problemática indica que o ensino fundamental era ineficaz no País, pois a maioria dos alunos levava, em média, 10,4 anos para completar as oito séries desse ensino. Assim, o PNE de 2001 determinou que:

Nos cinco primeiros anos de vigência deste plano, o ensino fundamental deverá atingir a sua universalização, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão (Brasil, 2001, p. 12).

No que diz respeito à qualidade do ensino fundamental, estabeleceu no item 26 do PNE a seguinte meta:

Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos (Brasil, 2001, p. 14).

A prioridade dada ao ensino fundamental, no PNE de 2001, foi a alternativa brasileira escolhida em face das metas fixadas pela Declaração Mundial de Educação para Todos, de Jomtien (1990), e da avaliação do alcance dessas metas efetuada pelo Fórum Mundial de Educação de Dakar (2000), que culminou na redefinição das metas. Em Jomtien, as metas diziam respeito ao atendimento às “necessidades básicas de aprendizagem”, tendo como foco a universalização e a redução de desigualdades através da educação de qualidade. O pouco avanço verificado na década dos 1990 resultou em recomendações de que especial atenção

fosse dada à igualdade no acesso, à educação na infância e à melhoria dos níveis de alfabetização.

Ainda no ano de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo analisado os principais problemas mundiais, propôs oito metas do Milênio⁵. A segunda meta diz respeito “à educação básica de qualidade para todos”. Reafirmava-se, na comunidade das nações, a importância e valorização da busca de qualidade da educação ofertada, com o estabelecimento de metas a alcançar.

No Brasil, a necessidade de avançar urgentemente na superação dos problemas da educação básica levou a diversas propostas de políticas de alcance nacional.

Sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), iniciada no ano de 2003, destacaram-se duas políticas na esfera do financiamento: a política assistencialista implementada com o “Programa Bolsa-Escola” incorporado ao “Programa Bolsa-Família”⁶; e a política de redistribuição federativa dos recursos financeiros, que transformou o Fundef em Fundeb, alteração que, segundo Veloso (2009), ao analisar a política educacional no Brasil a partir de 1995, se efetivou somente no ano de 2007.

Esta última medida foi possibilitada pela Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006, que fixou um valor mínimo a ser gasto por aluno do ensino fundamental e determinou a criação de padrões mínimos de qualidade a serem alcançados na educação básica.

De modo geral, a política educacional concorreu para que fosse acentuado o processo de municipalização do ensino fundamental, estimulado pela Constituição Federal de 1988 (Dourado, 2007). Dos 35.717.948 alunos matriculados no ensino fundamental brasileiro, no início do ano 2000, segundo dados do Censo Escolar, 15.806.796 estavam na rede estadual de ensino e 16.694.741 na rede municipal, havendo, nesse momento, certo equilíbrio entre a

⁵ As oito metas do milênio estabelecidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) são as seguintes: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a Aids, a Malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Fonte: www.objetivosdomilenio.org.br Acesso em: 15 abr. 2012.

⁶ O programa do governo federal denominado Bolsa Escola foi realizado, em caráter nacional, no ano de 2001, com o objetivo de transferência de renda. Para receber o valor de R\$ 15,00 ao mês, cada criança das famílias cadastradas (no máximo três) deveria comparecer frequentemente às aulas, ter idade entre 6 e 15 anos, tendo a família renda mensal *per capita* de até R\$ 90,00. O programa foi incorporado ao programa Bolsa Família, com o mesmo caráter assistencial, a partir do ano 2003. O Bolsa Família, criado em 2003, destina-se a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, com renda *per capita* que pode atingir no máximo R\$140,00, que tenham gestantes, nutrízes, crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. O valor do benefício pode chegar até no máximo R\$ 306,00, para isso as famílias devem manter a frequência dos filhos na escola e o acompanhamento mínimo da saúde, como manter a carteira de vacinação atualizada. Fonte: www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/saiba_mais. Acesso em: 16 abr. 2012.

oferta de estados e municípios. No final de 2009, apesar da diminuição no número de matrículas, havendo 31.705.528 alunos no ensino fundamental, a responsabilidade pela oferta do ensino fundamental aumentou para os municípios brasileiros, ao longo da década, de modo que eles respondiam, nesse ano, por 17.329.638 matrículas enquanto somente 10.572.496 alunos estavam matriculados na rede estadual.

A crescente municipalização do ensino fundamental se defrontou também com os desafios postos pela política de ampliação da duração desse ensino de oito para nove anos de idade, instituída no ano de 2006. Essa ampliação tem implicações importantes para os sistemas educacionais e instituições escolares, sobre o que Jeffrey (2009, p.242), ponderou que:

Os desafios que envolvem a prática avaliativa com a ampliação do ensino fundamental de nove anos, que obrigatoriamente deverá ser implementado até 2010 pelas redes de ensino públicas e privadas, remetem aos seguintes aspectos relacionados: a) formação docente inicial e continuada; b) organização administrativa e pedagógica dos espaços escolares e c) função social da escola na formação dos sujeitos.

Dourado (2007) observou que a política para o ensino fundamental aumentou demandas aos municípios. Estes, além de terem que dispor de infraestrutura para a municipalização, tiveram que acolher a um número maior de alunos ao atender também os da faixa etária de seis anos.

Na avaliação do autor, o aumento dos desafios postos ao ensino fundamental, pela política educacional brasileira, se deu no processo de descentralização, que, desde a década de 90, transferiu responsabilidades para os municípios. Esse processo foi marcado pela descontinuidade das ações educacionais, ao tempo em que o planejamento realçou o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. No entanto, as dificuldades de planejamento num plano mais amplo, de como avançar nesse objetivo e as dificuldades de articulação concorreram para que as políticas não tivessem os resultados esperados.

No ano de 2007, o governo brasileiro lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), buscando dar organicidade aos programas e projetos em desenvolvimento e introduzir novos. No contexto desse Plano, aprovou o Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, que, entre outras medidas, instituiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), assim denominado pelo seu criador, o economista Reynaldo Fernandes, que o justificou nos seguintes termos:

[...] para se obter uma medida que seja disponível em um nível mais desagregado (escolas e redes de ensino), é necessário buscar uma alternativa. O indicador aqui proposto é o resultado da combinação de dois outros indicadores: a) pontuação média dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa da educação básica (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio); e b) taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino (Brasil, 2007, p. 8).

A composição do Ideb sintetiza dados que são gerados por meio de avaliações feitas pela escola (a que gera as taxas de aprovação) e pela Prova Brasil e SAEB (que avaliam domínio de proficiência em conhecimentos, habilidades e competências). Conforme o capítulo II, artigo 3º do Decreto n. 6.094/2007:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Com essa ferramenta, a União estabeleceu metas para a educação nos estados e municípios, fixando a nota 6,0 como a média mínima nacional, a ser alcançada até o ano de 2021. Essa nota tem como principal referência a média dos Países que compõem a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Isso confirma a pertinência, para o caso do Brasil, da observação de Carnoy, Gove e Marshall (2009) de que os usos de avaliações e de indicadores na educação advêm de exemplos internacionais.

O foco na “qualidade” educacional e no desempenho do aluno na escola foi alimentado por testes internacionais, que comparam a *performance* de jovens de diversos Países em Matemática, leitura e Ciência. Os Países prestam atenção nos resultados, embora não fique claro o que podem fazer a respeito (p. 23).

Podemos relacionar assim o significado de qualidade de ensino, nos termos do Ideb, com a possibilidade de se alcançar as metas propostas, indicando que a escola deve melhorar seus níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, melhorando seu desempenho nos testes padronizados, além de suas taxas de aprovação. Para isso, tornar-se-á necessária a aplicação de medidas inovadoras das escolas, para que possam avançar no indicador proposto.

Cada instituição deve promover ações para ter condições de atingir e manter suas metas, portanto, o debate sobre o que é necessário para se ter qualidade atinge os sujeitos

envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, que são motivados a tomar medidas necessárias.

O Ideb pode induzir a melhoria do ensino, embora, por si não represente e expresse qualidade, mas acentua onde centrar os esforços no sentido de avançar, particularmente para cada rede de ensino e cada escola. A esse respeito, Oliveira, Dourado e Santos (2004, p. 10) ponderam que

[...] os sistemas de medição podem contribuir para melhorar a qualidade da educação a partir do estabelecimento de parâmetros de referência de aprendizagem, bem como a indicação de padrões, insumos e processos eficazes que permitam avançar no rendimento escolar, mobilizando a opinião pública a favor da educação.

Portanto, o Ideb, tomado como indicador de qualidade de ensino, pode ser considerado como referência para a tomada de decisões e iniciativas que promovam o desenvolvimento da educação brasileira. Para isso, é necessária a sua efetivação e a tomada de consciência do seu significado, por todos os envolvidos no contexto escolar, principalmente por pais, professores, alunos e gestores.

Nos últimos anos, o Ideb passou a ser um dos principais mecanismos utilizados pelo governo brasileiro para induzir e monitorar a melhoria da educação básica no País, instando sistemas de ensino e escolas a envidarem esforços nesse sentido. Desse modo, a questão privilegiada, por meio dessa ferramenta, é a da qualidade ligada ao indicativo de que o aluno aprendeu e, principalmente, passou de ano (Franco, Alves e Bonamino, 2007).

Por outro lado, L. C. de Freitas (2007) critica o uso do Ideb como um instrumento para responsabilizar a escola por seus resultados, apontando quatro riscos de ocultação da má qualidade em relação ao uso desse Índice.

O primeiro risco seria o de tomá-lo como referência de qualidade, ignorando que essa questão requer considerar-se uma gama de variáveis necessárias ao funcionamento de uma escola de qualidade, não contempladas pelo Ideb. Por exemplo, o fato de que a avaliação utilizada na geração do Ideb se dá somente em Língua Portuguesa e Matemática pode levar as escolas a reduzirem os seus conteúdos de ensino, enfatizando somente os mencionados componentes curriculares, visando ao preparo dos alunos para a Prova. O autor pondera que sabemos bem não ser essa a função precípua da escola.

O segundo risco, apontado por L. C. de Freitas (2007), diz respeito ao aumento da proporção de aprovados na fórmula do Ideb, pois a elevação da aprovação não se relaciona

propriamente com o aumento da aprendizagem. Nesse caso, o Ideb induz os professores a aprovar os seus alunos sem outro critério que não o de melhorar a taxa de aprovação.

Em terceiro lugar, L. C. de Freitas (2007) considera como risco a utilização da *proficiência média* da escola ou da rede, pois o seu uso, como referência num certo tempo, não significa que houve melhoria da aprendizagem de todos os alunos. A escola pode ser induzida a centrar o seu trabalho num padrão médio, com o que deixaria de prestar a devida atenção e atendimento aos que se encontram abaixo e acima desse padrão.

O quarto risco apontado pelo autor decorre do fato de que as metas fixadas para 2021 podem desconsiderar o foco imediato da necessidade de melhoria de ensino para todos.

Voltando ao Decreto n. 6.094/2007 (Anexo 1), observamos que ele acentuou também o regime de colaboração entre União, estados e municípios a fim de compartilhar ações que promovam a qualidade do ensino. Com vistas a isso, fixou vinte e oito diretrizes para orientação de um plano de metas denominado “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”.

Nesse Plano, as metas relativas à questão da qualidade do ensino fundamental são principalmente as quatro primeiras elencadas e tratam, fundamentalmente, de questões como, a focalização da escola na aprendizagem do aluno, com diretrizes para: 1) alfabetização das crianças até o limite de oito anos de idade; 2) acompanhamento individual do aluno por meio da sua frequência e desempenho em avaliações periódicas; 3) combate à repetência por meio de aulas de reforço escolar, recuperação e progressão parcial.

Com o Plano de Metas, o governo brasileiro convocou a sociedade civil a participar ativamente na geração de melhores condições de oferta da educação escolar. De certa maneira, responsabilizando os cidadãos pela escola que possuem, convocou-os para o desenvolvimento de ações criativas que proporcionem mais qualidade à escola pública.

No entanto, os problemas a enfrentar requerem a atuação incisiva do Estado. Segundo Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), de nº8/2010, os desafios a serem superados, para a conquista de uma educação de qualidade, estariam concentrados principalmente nos seguintes aspectos: valorização da carreira do magistério; financiamento e gestão da educação; e estabelecimento de padrões mínimos de qualidade para a educação básica.

No que se refere à promoção e valorização dos profissionais da educação, no ano de 2008 o Estado brasileiro, por meio da Lei n. 11.738/2008, estabeleceu o Piso Salarial

Nacional do Magistério, fixando-o em R\$ 950,00⁷ e instituindo mecanismos para a sua atualização automática. Embora essa medida seja de fundamental importância para a consolidação da carreira dos profissionais do magistério, sabemos que o índice alcançado não é suficiente para se atingir o objetivo de valorização desses profissionais. Será preciso ampliar-se as concessões a esses profissionais no que tange a formação, a carreira e ao salário. Esse aspecto continua a carecer ações, quando visto comparativamente a outras carreiras profissionais com o mesmo nível de formação.

Outro aspecto da política de promoção da qualidade de ensino diz respeito ao artigo 74 da LDB/1996, que dispõe: “a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.” Ora, a estimativa de cálculo de recursos financeiros necessários a cada aluno anualmente requer planejamento e estudos que considerem as diferenças regionais. Assim, para Farenzena (2006, p.13), o estabelecimento de custo-aluno é

[...] uma categoria importante para definir a necessidade de recursos educacionais, sua redistribuição e o desenho de políticas que procurem dotar as escolas dos insumos tidos como indispensáveis ao processo educacional.

O custo aluno anual é o resultado da divisão do custo de funcionamento e implementação pelo número de alunos da escola. Nesse sentido seria possível delimitar os insumos necessários para que o aluno tenha condições de frequentar uma escola pública de qualidade.

A construção de referenciais para o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) foi promovida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a partir do ano 2002, discutindo o tema através de oficinas, seminários, encontros e pesquisas realizadas. A matriz destas discussões se fundamentou na compreensão de que a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem estabelecidos na escola está intimamente associada à garantia de insumos, como à infraestrutura, a equipamentos e às condições de trabalho adequadas. (Carreira e Pinto, 2007).

A partir dessas discussões foi definido o Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), entendido como um patamar mínimo inicial, um ponto de partida, para a qualidade da educação brasileira. Este referencial tende a crescer com a melhoria da qualidade da educação e as exigências da sociedade, diferenciando-se em função dos níveis e modalidades de ensino.

⁷ O valor do Piso Salarial Nacional do Magistério foi atualizado e corrigido em 2012 para o valor de R\$1.451,00.

(Carreira e Pinto, 2007). Assim, este estudo potencializa o desafio da melhoria da qualidade do ensino associando-o à melhoria do financiamento da educação básica.

Porém, a conceituação da qualidade de ensino é complexa, envolvendo diferentes dimensões e aspectos passíveis ou não de mensuração, é impossível ser delimitada de maneira exclusivamente quantitativa e em termos de recursos mínimos. Há dimensões não mensuráveis do contexto escolar que precisam ser consideradas, quando se trata de qualidade do ensino (Camargo *et. al.*, 2006).

Conforme dados de 2008, do Inep, o investimento anual por aluno na educação básica foi, nesse mesmo ano, correspondente a R\$ 2.632,00. Apesar de esse valor ter aumentado na última década, ainda pode ser considerado baixo, em comparação com Países desenvolvidos.

A publicação da OCDE intitulada Panorama da Educação de 2010, com base em dados de 2007, informa que, para a educação primária na maioria de Países considerados, o valor aplicado era, em média, de US\$ 6.756,00 por aluno, anualmente. Países como Estados Unidos, Noruega, Islândia, entre outros, superavam esse valor, enquanto o Brasil estava muito aquém dele. Assim, é indiscutível a necessidade de investimentos financeiros no ensino fundamental brasileiro, porém deve haver planejamento de acordo com as necessidades, sendo os recursos disponibilizados de maneira justa, respeitando as peculiaridades regionais que, certamente, predominam no Brasil. (Panorama, 2010).

Por sua vez, o estudo CAQi chegou a um valor de R\$ 1.053.888,80 anualmente, somente para o custeio de atualização e manutenção de uma escola com 480 alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Isso considerando como insumos necessários os equipamentos e a estrutura adequada que a escola deve ter, bem como a quantidade de recursos permanentes, materiais de manutenção e atualização, conforme aponta o Parecer CNE/CEB n. 08/2010 (Brasil, 2010).

Porém, existem outros estudos indicando que, nem sempre o alto investimento em recursos para a educação se reflete, necessariamente, no aumento da aprendizagem dos alunos. Todavia, Heyneman (2005) observou que estudos relacionando o desempenho dos alunos e os gastos de alguns Países em educação revelaram que, realmente, em alguns sistemas educacionais de Países de renda média, o desempenho foi inferior em comparação aos Países com renda elevada e, conseqüentemente, com maior investimento. Mas, os sistemas educacionais de países mais ricos nem sempre são os mais eficientes, havendo Países pobres, como a Coréia e a Tailândia, que conseguem ter sistemas educacionais eficientes, apesar do baixo investimento por aluno em comparação aos mais ricos.

A despeito de polêmicas, o cumprimento de disposições legais vigentes requer que os padrões mínimos de qualidade sejam estabelecidos e se tornem parâmetros para o planejamento de ações, com vistas à melhoria do ensino fundamental, no País. De acordo com o Parecer CNE/CEB n.08/2010, os parâmetros devem levar em conta principalmente os seguintes aspectos: qualificação adequada dos professores e remuneração condizente com a de outros profissionais com mesmo nível de formação; pessoal técnico e administrativo que garanta o bom funcionamento da escola; infraestrutura escolar adequada; e quantidade do número de alunos, por professor, que garanta o aprendizado. Também ressalta que atingir um mesmo nível de qualidade para todas as escolas brasileiras é um objetivo muito difícil de ser alcançado, pois as escolas públicas não possuem as mesmas condições de infraestrutura.

A esse respeito, Oliveira, Dourado e Santos (2007, p.8) afirmam que:

A definição de quais devem ser os *padrões de qualidade de ensino*, em termos de variedade e de quantidades mínimas, por aluno-ano, de insumos imprescindíveis ao processo de ensino e de aprendizagem, apontam para a necessária concretização das condições de realização do trabalho pedagógico, que vem sendo pesquisado e informado criticamente por professores, gestores dos sistemas educativos e educadores, em geral, para melhorar ou *garantir um padrão de qualidade de ensino*, embora não se possam desconhecer as dificuldades para o estabelecimento de um único *padrão básico* em termos do *custo-aluno-qualidade* (grifos dos autores).

Desta forma, o estudo para a construção dos padrões mínimos de qualidade deve partir da realidade escolar, para um estabelecimento mais amplo e, assim, embora sejam considerados “padrões”, contemplem as especificidades de cada local, atendendo adequadamente às necessidades tanto de professores quanto, principalmente, dos alunos. Mas, os recursos por si evidentemente não garantem qualidade, pois o que faz diferença realmente é a ação do sujeito sobre esses recursos. Isso passa certamente pela forma criativa e inovadora de o professor enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, estando também ligado a outros fatores como formação e capacitação dos profissionais.

Na esfera do currículo, o Parecer CNE/CEB n. 07/2010, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, ao considerar a importância da qualidade de ensino e sua relação com as políticas públicas desenvolvidas atualmente, aponta que

[...] A qualidade da educação para todos exige compromisso e responsabilidade de todos os envolvidos no processo político, que o Projeto de Nação traçou, por meio da Constituição Federal e da LDB, cujos princípios e finalidades educacionais são desafiadores: em síntese, assegurando o direito inalienável de cada brasileiro conquistar uma formação sustentada na continuidade de estudos, ou seja, como temporalização de

aprendizagens que complexifiquem a experiência de comungar sentidos que dão significado à convivência (Brasil, 2010, p. 09).

É possível reconhecer que, apesar da legislação apontar as necessidades a serem desenvolvidas no intuito da qualidade, tais ações ainda representam desafios tanto para o poder público, no sentido de cumprir o seu papel, quanto para cada cidadão na condição de usufruir plenamente de seus direitos.

No ano de 2010, o governo brasileiro promoveu a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com o que ensejou discussões nacionais a partir de discussões em conferências municipais, estaduais e no Distrito Federal, sobre as necessidades na área da educação. Essa iniciativa teve como objetivo principal construir a proposta de um sistema de ensino mais articulado para o País, que viria a se explicitar no Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020.

O documento final da CONAE, reportando-se ao debate sobre a melhoria da qualidade na educação, arrolou ações necessárias que contemplam o ensino fundamental, as quais seguem:

- a) articulação das dimensões intra e extraescolares na efetivação das políticas educacionais;
- b) consideração da dimensão socioeconômica e cultural no projeto político pedagógico da escola e no currículo;
- c) criação de condições e definição de dimensões e fatores que indicam a oferta de um ensino de qualidade, envolvendo a discussão sobre o custo aluno-qualidade;
- d) realização de formação aos educandos de consistência sólida, crítica, criativa, ética e solidária .
- e) melhoramento da relação entre o número aluno-professor e funcionário técnico-administrativo, indicando 20 alunos por professor, nos anos iniciais, e 25 alunos, nos anos finais do ensino fundamental;
- f) realização de estudos específicos em relação ao financiamento público;
- g) tradução positiva da qualidade na estrutura e características da instituição escolar;
- h) implementação de políticas de motivação, satisfação e identificação do professor com a escola, associadas à formação inicial e continuada e aos planos de carreira do magistério;
- i) promoção da satisfação e do engajamento dos diferentes segmentos da sociedade, do aluno e do professor no processo político-pedagógico e no processo ensino-aprendizagem;

- j) consolidação de mecanismos de acompanhamento da produção, implantação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais e de seus resultados;
- k) ampliação dos indicadores que afetam o desempenho escolar para além do nível cognitivo dos estudantes e dos indicadores de aprovação e evasão;
- l) universalização e ampliação do ensino fundamental para nove anos, assegurando que a criança ingresse nesta etapa somente com seis anos completos até o início do ano letivo;
- m) superação da ruptura entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, tomando-os como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si;
- n) promoção de processos formativos aos professores, técnicos e diretores sobre o currículo e sua adequação ao ensino fundamental de nove anos.

O Projeto de Lei Ordinária (PLO) n. 8.035/2010, que vem a ser denominado o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2011 a 2020, encaminhado ao Legislativo nacional aproximadamente um ano após a CONAE, mostrou-se limitado em face das indicações desta Conferência, embora o seu relatório final fosse elaborado fundamentalmente tendo em vista o PNE. Apresentou vinte metas para a educação brasileira nos dez anos da sua vigência.

Em relação à qualidade do ensino fundamental, o PNE 2011-2020 contemplou somente alguns aspectos, entre os quais destacamos os seguintes: universalização do ensino fundamental de nove anos; alfabetização de todas as crianças até oito anos de idade; ampliação da oferta da educação escolar em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica; alcance das metas do Ideb estabelecidas pelo Decreto n. 6.094/2007; formação de nível superior aos professores, abarcando o acesso destes à pós-graduação; e o aumento do investimento público em educação para 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

A reação da sociedade organizada ao PLO do PNE se traduziu em número elevado de propostas de emendas. Por exemplo, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes)⁸ apresentaram emendas nas modalidades supressão, modificação e acréscimo.

Em relação ao ensino fundamental, a Anped e o Cedes propuseram que a universalização dos nove anos de atendimento seja efetivada até o ano de 2016. Apontaram a

⁸ Ressaltamos a importância de considerar as reivindicações destas instituições pela sua relevância acadêmica, pelo fato de que a Anped expressa a opinião de professores, pesquisadores e estudantes da Pós-graduação em educação no Brasil, assim como o Cedes, que se compõe de educadores e pesquisadores renomados com larga experiência acadêmica na educação, produzindo à sociedade publicações destacadas da área.

necessidade do estabelecimento de metas intermediárias para o acompanhamento, planejamento e avaliação desse processo, assim como da ampliação da educação integral⁹ na escola pública, propondo para esta última a meta de 30% até 2016 e de 50% até 2020.

O aspecto que tem se mostrado muito polêmico é a ênfase dada pelo PNE ao Ideb como referência de qualidade na educação. Lembramos que a CONAE havia ressaltado a necessidade de um indicador mais amplo. Tanto o Cedes quanto a Anped concordam que o Ideb precisaria levar em conta outras variáveis, a fim de avaliar a escola na sua complexidade, propondo o seguinte:

Implantar custo aluno qualidade, expressão normativa do padrão de qualidade, definido anualmente para todo o País, por meio do aumento progressivo do investimento público em educação garantindo a oferta de educação básica de qualidade para todos (Anped, 2011, p.42-43).

Implementar a qualidade da educação em todos os níveis em base a novos indicadores de qualidade da educação brasileira, mais amplos e sensíveis à complexidade dos processos educativos, assegurando a progressiva melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes (Cedes, 2011).

Além do aprimoramento do indicador de qualidade adotado nacionalmente, existem outros itens que são alvos de críticas e de propostas diferenciadas. Por exemplo, a Anped propõe que a formação de nível superior dos professores da educação básica seja realizada preferencialmente em cursos de licenciatura presenciais. O Cedes propõe a criação de um Sistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação (SNFVPE) até o ano de 2016.

Ambos ainda concordam na construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), que foi fundamentado pela CONAE e pouco sistematizado pelo PNE, e, ainda, quanto ao investimento do PIB em educação, que propõem ser de 7% até 2015 e, no mínimo, 10% até 2020.

Entendemos que todos os aspectos levantados, se atendidos, contribuirão para a melhoria do desempenho escolar, incidindo na qualidade do ensino público. Por isso, devem ser considerados com atenção, pois fazem parte das inúmeras necessidades que temos para o desenvolvimento da educação em nosso País e requerem ações políticas e pedagógicas o mais imediatamente possível.

⁹ Segundo o Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010, considera-se educação em tempo integral aquela ofertada em jornada igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, compreendendo assim o tempo que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares disponíveis em outros espaços educacionais.

3. O debate educacional sobre a qualidade de ensino

O tema qualidade da educação escolar colocou-se com força no debate público, no contexto de ampliação de demandas e de acirramento das divergências sobre supostos, motivações, fins, meios e resultados dessa prática social. Aí cresceu o interesse por discutir e pesquisar essa questão, com especial atenção às estratégias e ferramentas das políticas públicas para induzir, monitorar e avaliar a qualidade do ensino, das escolas.

Um dos muitos desafios relativos a essa questão é o de natureza conceitual, sendo largamente reconhecida, na literatura educacional, a complexidade, a polissemia e o caráter multidimensional desse conceito (Beisiegel, 2005; Oliveira e Araújo, 2005; Dourado e Oliveira, 2009; Ferreira e Tenório, 2010). Isso porque o conceito de qualidade em educação está em movimento no tempo e espaço, ou seja, tem natureza histórica. Nesse sentido, Silva (2008, p. 17) ressalta que o contexto, a relação dos sujeitos com o objeto e os seus valores são fundamentais, esclarecendo textualmente que:

[...] dizer “essa é uma escola de qualidade” não significa ter descoberto ou comprovado suas características reais, mas interpretá-las a partir de certas condições históricas, territoriais, culturais, de classe ou grupo social. Na medida em que o conceito de qualidade é socialmente construído, importa aqui o modo como se estabelece a relação entre os sujeitos e aquilo que é qualificado. Não se trata de uma propriedade a ser identificada e apreendida na realidade, mas de um *ajuizamento de valor* a partir da concepção que se tenha de qualidade.

Historicidade e subjetividade estão implícitas nas tentativas de se enunciar toda concepção de qualidade, pois esta se encontra ligada à concepção dos atores envolvidos no processo e aos fatores intrínsecos ao contexto, razão pela qual também não é um conceito estático, de modo que pode se modificar indefinidamente.

Oliveira (2009) pondera que, de uma perspectiva ampla, de conjunto, podemos observar duas concepções de qualidade da educação: uma delas está presente na orientação econômico-produtiva, na qual se exige o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho, lembrando que, com as mudanças tecnológicas, cada vez mais surgem necessidades aos trabalhadores, exigindo-lhes mais habilidades; outra concepção refere-se à busca pela democratização do ensino, considerada como uma luta histórica, como um direito do cidadão pela gratuidade e obrigatoriedade do ensino com qualidade, cumprindo o ensino, dessa forma, a sua função social. Assim, para se delimitar o conceito de qualidade, devem-se considerar duas dimensões, extra e intraescolares.

Nesse entendimento, também podemos relacionar o conceito de qualidade com o próprio significado de educação que, no Brasil, tem se concentrado também em torno de duas principais visões: a primeira, de acordo com a ótica dominante, se fundamenta na preparação dos indivíduos para servir ao mundo do trabalho; a segunda, conforme a visão da classe trabalhadora, a educação representa uma perspectiva de formação integral por meio do desenvolvimento físico, político, social, cultural, filosófico, profissional, afetivo, entre outros, ou seja, uma prática social que delinea a totalidade do ser humano.

Com o processo de democratização do ensino público no Brasil, os padrões de ensino até então existentes tornaram-se insuficientes. Pois com os avanços no atendimento, a escola pública certamente gerou e gera novas demandas, impulsionando a novos desafios educacionais. Assim, Beisiegel (2005) propõe que a escola brasileira seja pensada em relação aos processos sociais existentes, valorizando o contexto social, histórico e político.

Sob este ponto de vista este autor concebe que

[...] a qualidade de ensino a ser alcançada pelo sistema escolar pouco tem a ver com a ideia conservadora de recuperação da presumida excelente qualidade da escola pública no passado. Aquela escola já não mais existe na situação do ensino comum da rede de escolas públicas no presente. *A escola pública mudou com sua expansão quantitativa*: são outros os seus agentes – alunos, professores, famílias – e suas circunstâncias, e essa mudança reformulou suas funções sociais e suas condições de funcionamento. (Beisiegel, 2005, p.143)

Ainda com relação à democratização do ensino obrigatório de qualidade, Freitas (2008, p.37) alerta que:

Pode-se dizer que importante restrição qualitativa ao ensino declarado “direito público subjetivo” no Brasil advém dessa política de vinculação da universalização do acesso a uma faixa etária e da reposição daquele direito reduzida a um mero “dever de oferta” pelo Estado. Assim, o esforço da sociedade brasileira tem sido insuficiente para compensar a histórica negação do direito à educação no país.

Desta forma, não há como desvincular a escola do seu contexto, pois todas essas relações existentes influem no processo ocorrido dentro da escola, seja ela tomada como uma única instituição ou toda a rede de ensino existente num País.

Como dito anteriormente, a concepção de qualidade tem seu caráter histórico e está ligada ao contexto, portanto não há como desvincular a qualidade de ensino da política educacional existente, sobre estas opções do governo brasileiro, Freitas (2010, p. 73) analisa que atualmente

[...] Na esfera do governo da educação escolar básica, o Brasil escolheu operar com uma concepção de qualidade baseada no mix “fluxo escolar e desempenho cognitivo”. O primeiro orientado para uma situação de progressão regular, pela redução da reprovação, do abandono e da evasão escolar. O segundo, pelo desenvolvimento de competências e habilidades em leitura (Língua Portuguesa) e em Matemática.

Essas decisões na esfera governamental influem também no contexto escolar, pois é nesse espaço restrito, que são feitas exigências, e nele se configura o espaço de mudança em face do melhoramento do ensino prestado pela instituição escolar.

Vieira (2009, p.106) pondera que

A qualidade de um sistema educacional resulta de um complexo conjunto de fatores em que estão presentes desde elementos mais objetivos como aspectos materiais relativos ao provimento de serviços (a exemplo de prédios, equipamentos e livros) a outros menos tangíveis (como a liderança da equipe dirigente, a motivação da comunidade escolar, etc.)[...].

A ênfase em determinados aspectos da realidade é uma das maneiras pelas quais modelos de qualidade para a educação têm sido configurados, conforme apontou estudo de Cheng e Tam (1977), citado por Ferreira e Tenório (2010, p. 171). Eles variam no realce dado a aspectos como metas, recursos, processo, satisfação, legitimidade, ausência de problemas, aprendizagem organizacional, conforme ilustra e esclarece o trecho a seguir.

- a) Metas: Atingir metas organizacionais em conformidade com as especificações dadas;
- b) Recursos: Qualidade dos recursos utilizados pela instituição;
- c) Processo: Processos internos fluentes e isentos de problemas com experiências de aprendizagem frutíferas;
- d) Satisfação: Relação entre expectativas e satisfação de todos os interessados;
- e) Legitimidade: Alcance de posição de legitimidade e reputação da instituição;
- f) Ausência de problemas: Ausência de problemas e dificuldades na instituição;
- g) Aprendizagem organizacional: Adaptação a mudanças ambientais e barreiras internas e melhoria contínua.

O mapeamento realizado pelos autores encontrou diferentes concepções de qualidade nas instituições escolares, que se expressam nos indicadores predominantes, de forma implícita ou explícita, na ação educativa existente. Para Cheng e Tam, a qualidade pode ser determinada por meio de diferentes indicadores, priorizados consoantes à necessidade institucional.

Em face da complexidade, diversidade, subjetividade características da concepção de qualidade e, também, da convicção de que a educação escolar existente no País não corresponde às expectativas em disputa, tem crescido o interesse pela definição de indicadores de qualidade. Essa via certamente confrontará os disputantes, exigindo “soluções” tecidas na arena pública, o que já representa avanço frente aos costumeiros processos verticalizados de definição de qualidade de ensino no País, ou mesmo de sua indefinição.

Nesta perspectiva encontramos o estudo “Indicadores da Qualidade na Educação” (Ribeiro e Kaloustian, 2007) cujo objetivo é delimitar indicadores que caracterizam os pontos fracos e pontos fortes na escola, no intuito de potencializar e oferecer um instrumento para a avaliação e o monitoramento da qualidade da educação. O estudo apontou sete dimensões da escola a considerar: ambiente educativo, prática pedagógica e avaliação, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais, espaço físico e acesso, permanência e sucesso na escola. Essas dimensões e respectivos indicadores de qualidade são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Indicadores de qualidade da educação

Dimensões	Indicadores de qualidade
1. Ambiente educativo	<ul style="list-style-type: none"> • Amizade e solidariedade; • Alegria; • Respeito ao outro; • Combate à discriminação; • Disciplina e tratamento adequados aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola; • Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes.
2. Prática pedagógica e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto político-pedagógico definido e conhecido por todos; • Planejamento; • Contextualização; • Prática pedagógica inclusiva; • Formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos; • Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos;
3. Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações para a alfabetização inicial implementadas; • Existência de práticas alfabetizadoras na escola; • Atenção ao processo de alfabetização de cada criança; • Ampliação das capacidades de leitura e escrita ao longo do ensino fundamental; • Acesso e bom aproveitamento da biblioteca ou sala de leitura, dos equipamentos de informática e da internet; • Existência de ações integradas entre a escola e toda a rede de ensino com o objetivo de favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita.
4. Gestão escolar democrática	<ul style="list-style-type: none"> • Informação democratizada; • Conselhos escolares atuantes; • Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral;

	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino; • Participação em programas de repasses de recursos financeiros;
5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Formação inicial e continuada; • Suficiência e estabilidade da equipe escolar; • Assiduidade da equipe escolar.
6. Ambiente físico escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Suficiência do ambiente físico escolar; • Qualidade do ambiente físico escolar; • Bom aproveitamento do ambiente físico escolar.
7. Acesso e permanência dos alunos na escola	<ul style="list-style-type: none"> • Atenção especial aos alunos que faltam; • Preocupação com o abandono e evasão; • Atenção especial aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem;

Fonte: Indicadores da qualidade na educação. (Ribeiro e Kaloustian, 2007).

O Quadro não esgota as dimensões e indicadores da qualidade da escola, cabendo alertar que a maioria deles se limita aos fatores intraescolares, como se estes pudessem ser vistos independente dos fatores extraescolares ou como fatores predominantes.

Alves e Franco (2008, p. 491) consideram que a escolarização no Brasil se dá de maneira desigual, pois os resultados escolares são muito variados, já que alunos das escolas privadas possuem melhores condições socioeconômicas que das escolas públicas, reiterando que

[...] qualquer análise sobre os efeitos das escolas e os fatores associados à eficácia escolar só faz sentido após o controle da influência externa do nível socioeconômico e cultural das famílias no desempenho dos alunos.

Neste pensamento fatores extraescolares (condições socioeconômicas e culturais das famílias) seriam predominantes aos intraescolares, na análise da qualidade e eficácia da escola.

Entretanto convém ainda delimitar os fatores extraescolares que podem incidir como indicadores de qualidade na educação escolar. Dourado, Oliveira e Santos (2007) os classificam em dois níveis: nível do espaço social e nível do Estado (Quadro 3).

Ponderamos que cabe ao Estado, com a participação da sociedade, promover políticas públicas sociais que alterem positivamente boa parte dos fatores agrupados como relativos ao espaço social. Cabe também à sociedade atuar junto ao Estado para que os fatores listados como associados à ação estatal sejam contemplados com adequadas e oportunas políticas públicas.

Quadro 3. Fatores extraescolares de qualidade do ensino

Nível do espaço social	Nível do Estado
<ul style="list-style-type: none"> • Nível de renda; • O acesso a bens culturais e tecnológicos; • Escolarização dos pais; • Hábitos de leitura dos pais; • Ambiente familiar; • Participação dos pais na vida escolar do aluno; • Imagem de sucesso ou fracasso projetada no aluno; • Atividades extracurriculares; • Visão da escola pela comunidade; • Políticas públicas, programas compensatórios e projetos escolares e extraescolares no combate à fome, drogas, violência etc.; • Gestão e organização tendo em vista a heterogeneidade sociocultural dos alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do acesso ao ensino obrigatório; • Regime de colaboração e de colaboração entre o Estado nacional; • Definição e garantia de padrões mínimos de qualidade; • Igualdade de condições ao acesso, permanência e desempenho escolar; • Definição e efetivação de diretrizes nacionais; • Implementação de um sistema de avaliação subsidiando a gestão educativa e a melhoria da aprendizagem; • Existência de programas suplementares e de apoio pedagógico;

Fonte: Elaborado com base em Dourado, Oliveira e Santos (2007).

Os indicadores podem ser importantes na autoavaliação escolar, possibilitando a reflexão sobre práticas escolares em face do melhoramento escolar. Seu uso pode ser um exercício de autonomia e iniciativa própria da comunidade escolar. Soares (2007, p.157) ressalta a importância dos fatores intraescolares, apontando que “[...] a existência de grandes diferenças de desempenho entre escolas que atendem a alunos muito semelhantes reforça a ideia de que, sem prejuízo de ações extraescolares, há muito que fazer dentro das escolas”.

A literatura educacional brasileira mostra que o tema “qualidade do ensino e da escola” não está esgotado, que o seu estudo tem se dado com abordagens de distintas vertentes e, ainda, de forma matizada.

No geral, as abordagens apresentadas tais como: a qualidade definida pela orientação econômico-produtiva e pela busca da democratização do ensino ou relacionada à função da educação (Oliveira, 2009), ou a qualidade pensada nas necessidades da escola relacionada aos processos sociais valorizando o contexto social, histórico e político (Beisiegel, 2005) ou definida por diferentes indicadores em vista à necessidade institucional (Cheng e Tam, 1977, citado por Ferreira e Tenório, 2010). Ressaltam a necessidade de que a questão da qualidade seja mais bem enfrentada nas políticas educacionais brasileiras. Pois esta problemática vem sendo contemplada pela legislação educacional, primordialmente em relação ao ensino fundamental, requerendo mais ações políticas efetivas, pois os desafios neste sentido ainda existem como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Capítulo II

CENÁRIOS E DESAFIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

No capítulo precedente, caracterizamos o ensino fundamental no Brasil, com base na análise das disposições normativas que o regulam no contexto federativo e das políticas nacionais que o contemplam, acentuando a urgência da melhoria da sua qualidade. Também buscamos saber como a literatura educacional brasileira tem tratado a questão da qualidade da educação.

O objetivo deste capítulo é analisar os principais desafios do ensino fundamental no estado de Mato Grosso do Sul e as propostas de políticas para promoção da qualidade desse ensino na rede escolar estadual. Isso porque a unidade escolar observada nesta pesquisa pertence à dependência administrativa estadual e consideramos fundamental uma visão de contexto. Conforme antes mencionado, buscamos compreender como gestores, professores e pais avaliam a qualidade dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental nessa escola e como ali essa questão tem sido enfrentada.

Considerando que a escola observada situa-se no município de Amambai, foi preciso fazer um recorte, em nossa abordagem, de modo a contemplar também o contexto municipal. Isto porque esse contexto também entra na construção dos processos que se dão na escola e na formação da percepção de qualidade dos atores escolares e pais.

Trabalhamos com dados secundários obtidos em sites e bases de dados oficiais e também, com legislação e planos estaduais editados na primeira década dos anos 2000, utilizando ferramentas da estatística descritiva e da análise de conteúdo. A exposição e análise dos dados transitam entre os planos nacional, estadual e municipal, de modo a delinear cenários e apontar os principais desafios para o ensino fundamental, formando um quadro de referência empírica para a leitura da realidade escolar nos próximos capítulos.

Temos como pressupostos teóricos que a base empírica contextualizada nos oferece condições para compreender a realidade de forma histórica, precisando a um recorte analítico do seu processo permanente de transformação.

Embora seja a totalidade historicamente apreendida que nos permite compreender os fenômenos para além das suas aparências, nos ativemos, neste trabalho, a aspectos específicos, restritos, uma vez que, dadas as condições de sua elaboração, optamos por não enveredar por análises e interpretações sociológicas, políticas, econômicas e culturais mais amplas. Entendemos que outras leituras poderão aprofundar a compreensão do objeto aqui estudado.

O percurso realizado baseia-se no entendimento de que a caracterização da prestação do ensino fundamental, no estado de MS e no município de Amambai, nos oferece elementos para a consistente apreensão das peculiaridades da sua efetivação na escola observada neste estudo. Portanto, a meta em vista é a de situar a escola como parte, que é, de um todo multidimensional, interconectado e dinâmico e, dessa forma, qualificar o nosso olhar investigativo sem o compromisso de esgotar a análise.

Para isso, começamos pela caracterização do estado de MS e do município de Amambai (AM), contemplando aspectos geográficos, político-administrativos, socioeconômicos e educacionais. O nosso propósito é trazer algumas informações sobre os contextos referidos sempre como entes da Federação.

1. Caracterização do estado e do município

Para caracterizar o estado de MS e o município de AM, utilizamos dados secundários obtidos em bases especializadas do

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),
- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea),
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep),
- Ministério da Educação (Mec),
- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul,
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (Semac) e
- Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (Sed).

Para levantamento de dados nessas fontes oficiais, operamos ferramentas informacionais disponíveis nos respectivos sites, utilizando a Internet. No tratamento e análise dos dados quantitativos utilizamos recursos da estatística descritiva, a fim de descrever e sintetizar os dados encontrados para que possam ser analisados. Os resultados são, a seguir, descritos.

1.1 O estado

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) é uma das 28 unidades estaduais componentes da federação brasileira, cuja criação ocorreu no ano de 1979, por desmembramento do estado de Mato Grosso. Localiza-se na região Centro-Oeste do País, ocupando uma área territorial de 357.145 km², tendo extensa área de fronteira internacional com o Paraguai e a Bolívia e limites territoriais com os estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Por meio dessas zonas de contato o MS recebe múltiplas influências culturais, sociais e econômicas (Figura 1).

Figura 1. Mato Grosso do Sul e suas fronteiras



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br>

Segundo o Censo de 2010 do IBGE, a população residente no estado totalizava 2.449.024 habitantes, sendo 2,9 % indígenas, 4,9 % pretos, 43,5% pardos, 1,2% amarelos, 47,2% brancos. O MS conta com expressiva presença de sul-americanos (principalmente paraguaios e bolivianos), mas também com a presença de asiáticos (japoneses) e europeus (libaneses, portugueses, italianos, espanhóis e alemães). O estado apresentava, no ano de 2010, uma densidade demográfica de 6,86 hab./km² (IBGE, 2011) e taxa de urbanização de 85,6% (IBGE, 2011). A estrutura etária da população apontava a existência de:

- 191.796 pessoas de 0 a 4 anos (7,83%),
- 197.829 pessoas de 5 a 9 anos (8,07%),
- 222.088 pessoas de 10 a 14 anos (9,06%),
- 225.991 pessoas de 15 a 19 anos (9,22%),
- 437.184 pessoas de 20 a 29 anos (17,85%),
- 382.085 pessoas de 30 a 39 anos (15,6%),
- 323.278 pessoas de 40 a 49 anos (13,2%),
- 229.503 pessoas de 50 a 59 anos (9,37%) e
- 239.270 pessoas com 60 anos ou mais (9,8%).

O perfil educacional da população do estado é menos favorável em alguns níveis de escolaridade do que o apresentado pelo País. Observamos que a população acima de 40 anos de idade é bastante expressiva, sendo maior quando comparado à população da faixa etária até 14 anos. Considerando as pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2009 o perfil educacional era o mostrado na tabela 2.

Tabela 2. Perfil educacional da população do estado de Mato Grosso do Sul e Brasil (2009)

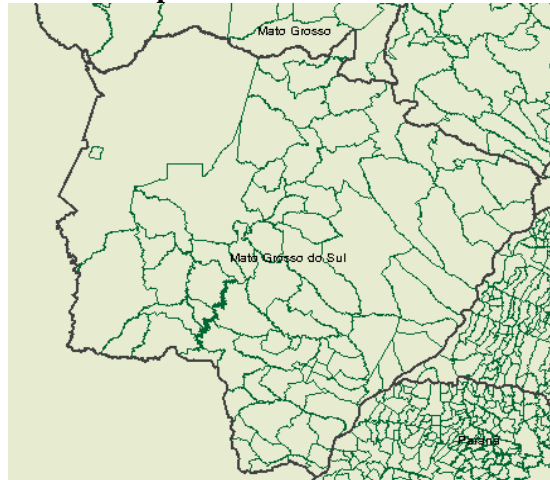
Anos de estudo	Mato Grosso do Sul	Brasil
Sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo	196.000 (9,76%)	15.732.000 (9,66%)
1 a 3 anos de estudo	265.000 (13,2%)	20.468.000 (12,57%)
4 a 7 anos de estudo	605.000 (30,18%)	45.679.000 (28,06%)
8 a 10 anos de estudo	335.000 (16,69%)	29.906.000 (16,53%)
11 a 14 anos de estudo	451.000 (22,48%)	41.696.000 (25,61%)
15 anos ou mais de estudo	147.000 (7,35%)	12.059.000 (7,41%)
Não determinados	7.000 (0,34%)	267.000 (0,16%)

Fonte: IBGE (2011).

Essas características demográficas indicam diversidades que colocam complexas demandas na esfera das políticas públicas. Para a política educacional, são especialmente desafiadoras as demandas relativas ao rural, à questão étnica, do estrangeiro, e do nível de escolaridade abaixo de 10 anos de estudo.

A atual organização político-administrativa do estado de MS, segundo dados do IBGE, compreende 78 municípios (Figura 2), 78 cidades, 163 distritos e 71 vilas.

Figura 2. Municípios do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE

Ainda na esfera da organização político-administrativa, cabe mencionar a liderança política constituída no âmbito do governo estadual.

O governo do estado de MS é atualmente (2011-2014) liderado pelo PMDB¹⁰ que encabeça a coligação “Amor, Trabalho e Fé” (PRB / PTB / PMDB / PTN / PR / PPS / DEM / PRTB / PHS / PMN / PTC / PSB / PSDB / PT do B), tendo como governador, na gestão iniciada em 2011, André Puccinelli.

O governo do estado foi liderado pelo PT¹¹, nas gestões 1999-2002 e 2003-2006, pelo PMDB, na gestão 2007-2010. Em relação à presidência da República o governo do estado somente foi liderado pelo mesmo partido no período de 2003-2006, nos outros períodos sempre se manteve em oposição ao governo nacional.

Dos 81 senadores que compõem o Senado Federal atualmente, três deles são representantes do MS, sendo oito os deputados federais que representam a população do estado na Câmara Federal. Desses parlamentares, somente o senador Delcídio do Amaral e dois deputados integram a base aliada do governo nacional, pois pertencem ao PT, mesmo partido da atual Presidente da República, Dilma Rouseff. Os outros dois senadores pertencem respectivamente ao PR¹² e ao PMDB. Quanto aos outros deputados federais, quatro deles também pertencem ao PMDB, um ao PSDB¹³ e um ao DEM¹⁴.

¹⁰ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

¹¹ Partido dos Trabalhadores.

¹² Partido da República.

¹³ Partido da Social Democracia Brasileira.

¹⁴ Partido Democratas.

A pouco expressiva força política do MS no contexto nacional está ligada principalmente a fatores demográfico-políticos e econômicos. Do ponto de vista demográfico-político, o MS tem participação de apenas 1,3% da população nacional e 1,2% da sua população eleitoral. Do ponto de vista econômico, o estado tem participação nacional pouco expressiva, mas crescente, conforme mostram os dados a seguir.

As principais atividades econômicas do MS são a agricultura e pecuária (MS, 2011). O seu desempenho econômico seguiu a tendência de crescimento verificada para o Brasil na primeira década dos anos 2000. Um indicador nesse sentido é o PIB, que expressa a caracterização quantitativa, de natureza monetária, dos produtos de bens e serviços, informando sobre o crescimento da economia.

Segundo o Ipea, o PIB brasileiro teve crescimento expressivo na primeira década dos anos 2000. Em 2000 ele era, em milhões, da ordem de R\$ 2.409.321,54, passando a R\$ 3.185.125,37, no ano de 2009. No MS, segundo dados da Semac (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia), o PIB passou de R\$ 11.320,38 milhões no ano de 2000 para R\$ 33.145,00 milhões em 2008 (dado mais recente encontrado), embora o estado enfrentasse queda na produção agrícola e problemas sanitários que afetaram a produção pecuária. A melhora no setor agropecuário, a partir de 2006, incidiu positivamente na economia, com resultados também positivos no setor industrial e setor de serviços (Semac, [2009?]).

A contribuição do estado do MS, para o crescimento do PIB nacional, foi de 1,03%, no ano de 2008. No início da década, a contribuição era de aproximadamente 0,46% (Semac, [2009?]). Assim, a participação do estado na composição da riqueza nacional tem crescido.

Esse cenário econômico mais positivo, possivelmente se reflete na área social, a julgar pela evolução dos indicadores sociais do MS.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de MS, em 2008, era de 0,802, com o que ocupava a oitava posição no País, neste ano já era 14,7%, superior ao IDH do Brasil de 2010, que foi de 0,699 (IBGE, 2011).

Mas, o Índice de Gini, que expressa a distribuição da renda, era, em 2003, de 0,46 no MS, enquanto que, no Brasil, ele estava em 0,56, nesse ano. Isso aponta que a distribuição de renda no MS é melhor que no País, embora ainda apresente considerável desigualdade, pois quanto mais este índice se aproxima de zero, maior a igualdade distributiva da renda da população.

A porcentagem de pessoas empregadas, com carteira de trabalho assinada, segundo dados do IBGE em 2009, era de 59,57% em MS e 59,59% no País. Portanto, nesse aspecto o estado acompanha a média nacional.

Quanto à taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos de idade ou mais, em 2009, era de 8,12% no MS, enquanto no País era de 9,92%. Embora a média nesse aspecto seja um pouco menor no MS, este indicador não está distante da média nacional, mostrando que o analfabetismo nessa faixa etária também é um problema no estado.

A esperança de vida ao nascer era, em 2009, de 74,3 anos no MS e de 73,1 anos no Brasil. Este indicador aponta que no MS a expectativa de vida é um pouco maior que a média nacional, porém não a supera em muitos anos, acompanhando assim o desenvolvimento do País.

Em todos esses indicadores sociais o estado de MS apresenta uma situação muito próxima ou ligeiramente melhor que a média brasileira.

Para a educação sistemática, o MS conta com um aparelho de prestação de atendimento que envolve as três esferas federativas (União, estado, municípios), conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Aparelho educacional do estado de Mato Grosso do Sul (2000 e 2010)

Estabelecimentos	Dependência administrativa	2000	2010
Creches / Centros de Educação Infantil	Federal	0	0
	Estadual	32	3
	Municipal	170	688
	Privada	141	268
Escolas de ensino fundamental	Federal	1	1
	Estadual	359	335
	Municipal	480	533
	Privada	281	215
Escolas de ensino médio	Federal	1	2
	Estadual	248	302
	Municipal	5	2
	Privada	116	105
Instituições de Educação Superior	Federal	1	3
	Estadual	1	1
	Municipal	0	0
	Privada	28	43

Fonte: Inep/Mec.

Com esse aparelho, a prestação educacional formal na educação básica apresentava, no ano 2010, o cenário mostrado na Tabela 4.

Tabela 4. Taxa bruta da população atendida na educação básica no estado de Mato Grosso do Sul (2010)

Etapas	2010
Creche	23,8%
Pré-Escola	63,4%
Ensino fundamental	110%
Ensino médio	71,2%

Fonte: Mec.

Constatamos que o estado atende adequadamente a população do ensino fundamental, porém ainda há distorção idade-série, pois a taxa de matrículas nesta etapa de ensino é maior que a população da faixa etária a que corresponde, chegando a 110%. A taxa de escolarização líquida no ensino fundamental do MS, no ano 2000, era de 94,1%, obtendo 2,5% de aumento no final da década, quando o estado atingiu a taxa de 96,5% em 2009. Porém nas outras etapas de ensino requer melhoria no atendimento, uma vez que não atinge grande parte da população, principalmente na creche e pré-escola. Em relação ao ensino médio também apresenta dificuldades, pois nessa faixa etária, somente 71,2% desta população vem sendo atendida na escola. Outro fator que pode estar influenciando nesta taxa, é a reprovação, concorrendo para que alunos que já deveriam estar no ensino médio ainda estejam frequentando o ensino fundamental.

Observamos que o estado de MS tem alcançado avanços do ponto de vista do crescimento econômico, potencializando a qualidade de vida de sua população. Em contraposição observamos que o estado ainda enfrenta desafios não desprezíveis no tocante às condições de oferta da educação, de acesso, de permanência e à qualidade de ensino.

O número médio de alunos por turma do ensino fundamental, no ano 2000, era de 32,2 no Brasil e no MS de 28,4. Em 2010 este indicador era de 24,2 no Brasil e no MS de 23,8. Assim, nesta década, a média estadual se aproximou da média nacional, portanto houve maiores avanços no País, que no MS, de modo que esse aspecto é um desafio.

Quanto ao indicador distorção idade-série, no ano de 2000 o País apresentava uma taxa de 41,7% e o MS de 37,8%. Em 2010 observamos queda nessas taxas, no Brasil ela passava a 23,6% e no MS a 27%. Apesar dos avanços no fluxo escolar estes números revelam ainda problemas no rendimento e qualidade do ensino no estado, já que a média estadual é superior à nacional.

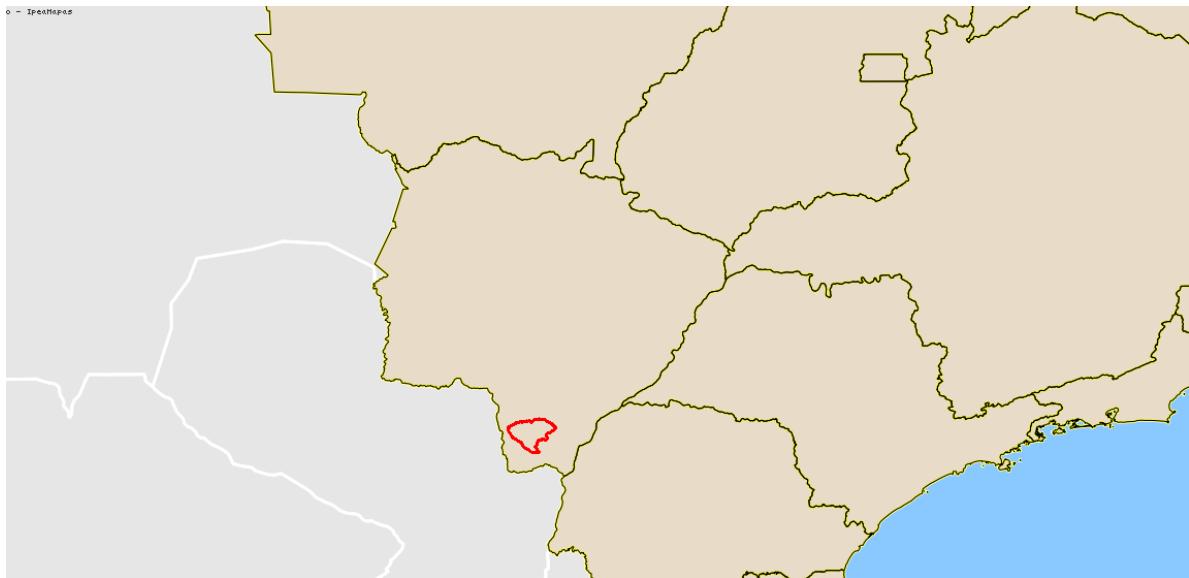
O mesmo problema reflete-se na taxa de aprovação do ensino fundamental. Em 2000 era de 77,3% no Brasil e 75,4% no MS. Em 2010 o País apresentava uma taxa de 86,6% e o estado de MS de 81,6%.

O município de Amambai (AM), onde está situada a escola da pesquisa, reflete o contexto estadual, o que não nos dispensa de caracterizá-lo de forma breve.

1.2 O município

O município de Amambai (AM), emancipado politicamente no ano de 1948, situa-se ao sul do estado de MS, a 346 km de distância da capital, Campo Grande. De acordo com dados do IBGE (2010), a área territorial de AM corresponde a 4.202,34 km².

Figura 3. Mapa da localização do município de Amambai dentro do estado de MS.



Fonte: IPEA

Segundo o Censo do IBGE de 2010, AM tinha uma população de 34.730 habitantes, correspondendo a 0,018% da população total do País. A composição dessa população era, nesse ano, de 52% brancos, 2,03% pretos, 24,4% pardos, 0,39% amarelos, 20,8% indígenas. A densidade demográfica era de 8,26 hab./km², sendo que 64,4% da população residiam na zona urbana (IBGE, 2011). A estrutura etária da população, em 2010, era de

- 3.322 pessoas de 0 a 4 anos (9,57%),
- 3.508 pessoas de 5 a 9 anos (10,1%),
- 3.544 pessoas de 10 a 14 anos (10,2%),
- 3.454 pessoas de 15 a 19 anos (9,94%),
- 5.890 pessoas de 20 a 29 anos (16,96%),
- 5.140 pessoas de 30 a 39 anos (14,8%),
- 3.822 pessoas de 40 a 49 anos (11%),
- 2.721 de 50 a 59 anos (7,83%) e
- 3.329 com 60 anos ou mais de idade (9,6%).

Comparando a composição da população do estado com a do município de AM, observamos que, no âmbito estadual, 24,9% da população possui até 14 anos de idade e 32,3% está acima de 40 anos de idade, no entanto, no município 29,8% possui até 14 anos e 28,4% acima de 40 anos, apontando que a proporção da demanda por escolas no município é relativamente maior do que no estado.

Na esfera político-administrativa, observamos continuidade das lideranças políticas do município, no período de 1997 a 2012. No Executivo municipal, as gestões de 1997-2000 e 2001-2004 tiveram como prefeito Dirceu Luiz Lanzarini, do PSDB, que retornou na gestão de 2009-2012, desta vez pelo PR na coligação “É hora de voltar a crescer” (PR, PSDB, PRB, PRP, PC do B, PTC, PHS, PT do B, PTN, PSC, PT, PV, PSDC, PMN, PTB e DEM). Somente a gestão de 2005-2008 foi liderada pelo PDT¹⁵, tendo como prefeito Sérgio Diozébio Barbosa eleito pela coligação “Amambai União e Trabalho” (PDT, PMDB, PPS e PMN).

Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE, AM possuía, em 2008, um PIB de R\$ 333.844,00, correspondendo a um PIB *per capita* de R\$ 9.676,37, ocupando a 22ª posição no *ranking* do estado. Porém, a renda *per capita*, de acordo com a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), em 2010, foi de R\$1.322,08, ocupando a 60ª colocação no estado de MS. O IDH-M do ano 2000 era de 0,759, ocupando a 23ª posição no estado e a 1634ª colocação no *ranking* nacional dos municípios. Para este último indicador não temos dados mais atualizado.

Para o atendimento educacional da sua população, o município conta com o aparelho educacional mostrado na Tabela 5, a seguir.

Verificamos que atualmente a oferta da educação infantil e do ensino fundamental é principalmente responsabilidade da rede municipal de ensino que, aumentou o seu número de

¹⁵ Partido Democrático Trabalhista

estabelecimentos de 2000 para 2010. A rede estadual está mais presente na oferta do ensino médio. O ensino público no município se destaca, pois há baixa presença da rede privada em todos os níveis.

Tabela 5. Aparelho educacional do município de Amambai (2000 e 2010)

Estabelecimentos	Dependência administrativa	2000	2010
Creches / Centros de Educação Infantil	Federal	0	0
	Estadual	0	0
	Municipal	6	10
	Privada	2	1
Escolas de ensino fundamental	Federal	0	0
	Estadual	5	4
	Municipal	6	10
	Privada	2	1
Escolas de ensino médio	Federal	0	0
	Estadual	3	5
	Municipal	0	0
	Privada	2	1
Instituições de Educação Superior	Federal	0	0
	Estadual	1	1
	Municipal	0	0
	Privada	1	1

Fonte: Mec.

Por meio destas instituições formais, AM apresentava, em 2010, a realidade mostrada na Tabela 6, quanto à prestação do atendimento educacional.

Tabela 6. Taxa bruta da população atendida na educação básica no município de Amambai (2010)

Etapas	2010
Creche	11,9%
Pré-Escola	69%
Ensino fundamental	103%
Ensino médio	52,2%

Fonte: Mec.

Embora os dados sejam de toda a matrícula efetuada na educação básica (abarcando alunos em atraso no processo de escolarização) eles evidenciam atendimento insuficiente em creche, pré-escolar e ensino médio. No ensino fundamental, a taxa não indica universalização do atendimento à população de 6 a 14 anos, mas o atendimento a alunos em situação de atraso na escolarização, ou seja, com idade superior a 14 anos.

A seguir, passamos a analisar os cenários educacionais do Brasil, do estado de MS e do município de AM no tocante aos principais desafios do ensino fundamental, uma vez que a nossa pesquisa se atém a essa etapa da educação básica.

2. Desafios do ensino fundamental

Conforme visto no primeiro capítulo, o ensino fundamental é a etapa da educação escolar básica priorizada nas políticas educacionais sob a vigência da Constituição Federal de 1988. Isso faz com que sejam amplamente conhecidos os problemas desse ensino no conjunto do País. Todavia, julgamos pertinente passar brevemente pelo assunto, pois consideramos ser impossível tratar de qualidade da prestação do ensino fundamental, tanto em escala de sistema como de unidade escolar, sem levar em conta os desafios postos, pela realidade, a todos.

Destacamos, a seguir, os desafios que identificamos por meio da análise de dados estatísticos obtidos no Inep.

2.1 – O acesso: quase, mas não universalizado

As tabelas 4 e 6 deste capítulo, ao mostrarem as matrículas brutas do ensino fundamental em patamar superior a 100%, indicam problemas de fluxo relativos à distorção idade-série e idade-conclusão do ensino fundamental. Esses problemas talvez estejam menos ligados a dificuldades no acesso e mais na permanência e progressão na escola. Por isso, deles trataremos mais adiante. Todavia, esse dado também diz respeito ao acesso no aspecto mencionado, a seguir.

O fato de que estejam matriculados na escola alunos em atraso na idade não significa que existem escolas suficientes para todos no Brasil. Analisando esse aspecto, Oliveira (2007, p. 670) pontuou que:

[...] apesar de já se oferecer mais vagas no ensino fundamental do que a população de 7 a 14 anos, é possível que, ao se concluir o processo de regularização do fluxo escolar e incorporarem-se os contingentes hoje excluídos, mantidas as atuais condições de atendimento (número de horas-aula por dia, número médio de alunos por sala etc.), ainda haja falta de escolas em regiões específicas. Isto pode ocorrer porque a oferta excedente não se encontra, necessariamente, onde se encontra a criança excluída.

Assim, a visão do conjunto do aparelho escolar em termos do seu potencial de atendimento, não informa sobre onde o acesso é dificultado pela baixa oferta de vagas ou até mesmo a sua inexistência.

O desafio do acesso ao ensino fundamental foi contemplado na primeira meta (p.24) do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, que apontou a tarefa a realizar pelo País

Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, no prazo de **cinco anos** a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o **acesso** e a **permanência** de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que se demonstrar necessário programas específicos, com a colaboração da União, dos Estados e dos Municípios (Grifos nossos).

Dados do Mec/Inep concernente ao ano 2000, informam que a taxa líquida de atendimento escolar do ensino fundamental no País se encontrava em 96,4%. No ano de 2005, essa taxa havia chegado a 97,3%, indicando que se estava próximo da universalização do acesso a esse ensino.

Em face dessa situação favorável, o País buscou cumprir mais um objetivo inscrito no PNE de 2001 — o de ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental. Essa ampliação deu-se por meio da obrigatoriedade do atendimento, nesse ensino, da população de 6 anos de idade, até então atendida na Pré-Escola. A ampliação do ensino fundamental para a população de 6 a 14 anos se expressou na taxa de atendimento líquido, no ano de 2009, que foi de 97,6%.

Apesar de haver bom nível de acesso ao ensino fundamental no País, a questão da universalização não deve ser esquecida, pois representa um desafio para aqueles que ainda estão excluídos desse processo, em 2009 segundo o IBGE, 97,6% dos estudantes de 6 a 14 anos estavam matriculados na escola, mas aproximadamente 725.360 crianças nessa faixa etária ainda estavam fora dela. Mesmo sendo minoria, essa parcela da população é a que demanda maiores esforços públicos não só para o acesso, mas, também, para a permanência e o êxito escolares¹⁶.

O desafio do acesso tem a seu favor o decréscimo da demanda associado à queda da taxa de crescimento da população (de 1,64% em 2000 e de 1,17% em 2010). (IBGE, 2011)

¹⁶ A questão de acesso, também foi reafirmada no PLO 8.035/2010, Plano Nacional de Educação para 2011-2020, ainda em trâmite para aprovação, nas três primeiras metas deste documento, especificamente em relação ao ensino fundamental prevê:

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

Um importante aspecto do desafio da universalização do ensino fundamental é o fato de que essa é a tarefa prioritária dos municípios brasileiros, embora com a colaboração dos estados e da União.

Porém com a Emenda Constitucional n.º.59 de novembro de 2009 (Brasil, 2009), a garantia da universalização do ensino é confirmada, mas gera uma demanda maior, pois com ela a obrigatoriedade do ensino passa dos quatro aos dezessete anos de idade até o prazo de 2016, entendemos que o desafio do acesso pode aumentar após este prazo, pois além do ensino fundamental, a pré-escola e o ensino médio serão obrigatórios.

Esta medida é estabelecida como meta no PLO n.8035/2010, PNE (2011-2020) que, além disso, prevê o atendimento em tempo integral em cinquenta por cento das escolas de educação básica. Para isso certamente será necessário ampliar o número de escolas no país, (urbanas e do campo). Esses fatores ampliam o desafio para a década, pois serão necessárias ações políticas planejadas na gestão da educação brasileira no intuito de que toda a população possa ter acesso à educação, melhorando a qualidade da oferta com a estrutura adequada.

O processo de municipalização incentivado pela Constituição Federal de 1988 e, na esfera da política educacional, pela introdução de Fundos na educação (Fundef 1998-2006 e Fundeb 2007 em diante), seguiu deslocando o atendimento aos anos iniciais do ensino fundamental das redes escolares estaduais para as municipais.

Os dados da tabela 7 mostram a variação observada, de 2000 para 2010, na matrícula inicial do ensino fundamental relativa ao conjunto do País (Brasil), do estado (MS) e do município (AM), nas dependências administrativas estadual, municipal e privada.

Tabela 7. Variação da matrícula inicial no ensino fundamental no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Amambai por dependência administrativa (2000 e 2010).

Abrangência	Estadual			Municipal			Privada		
	2000	2010	V %	2000	2010	V %	2000	2010	V %
Brasil	15.806.726	10.116.856	-36	16.694.171	16.921.822	1	3.189.241	3.941.238	23
MS	220.951	154.830	-30	198.676	234.951	18	32.298	36.550	13
Amambai	3.073	2.270	-27	3.033	4.120	36	215	126	-51

Fonte: INEP, 2011

Legenda: V – taxa de variação de 2000 para 2010.

De 2000 para 2010, o maior decréscimo das matrículas no ensino fundamental, no conjunto do País, se deu na dependência administrativa estadual. O mesmo ocorreu no estado de MS e no município de AM. Portanto, nas três escalas territoriais, o ensino fundamental teve o seu atendimento reduzido na dependência administrativa estadual.

O maior crescimento das matrículas no ensino fundamental, no mesmo período, se deu, em escala de País, na dependência privada (23%). No estado do MS o maior crescimento desse atendimento foi efetuado pela dependência administrativa municipal (18%). No município de AM, somente na dependência municipal ocorreu crescimento do atendimento, sendo ele mais acentuado (36%) do que o ocorrido no País e no estado.

Logo, na primeira década dos anos 2000, o estado do MS reduziu o atendimento ao ensino fundamental na sua rede escolar (rede estadual). Isso levou a que, no caso do município de AM, se vivesse um processo de acentuada municipalização do atendimento ao ensino fundamental. A queda do atendimento privado observado, nesse município, no mesmo período, mostra um processo peculiar de redistribuição social e institucional do atendimento ao ensino fundamental.

Essa redistribuição do atendimento levou a que estratos populares passassem a ser atendidos mais pela rede escolar municipal, com os seus estabelecimentos de ensino situados nas regiões periféricas do perímetro urbano e também na área rural. Para os setores socioeconomicamente mais avantajados o atendimento passou a ser efetuado pela rede estadual no município, uma vez que o atendimento privado apresentou forte declínio (decréscimo de 51% das matrículas no ensino fundamental) na década. Isso pode ter acontecido também pela localização das escolas estaduais no município que se encontram na região central da cidade.

O movimento notado no aparelho de prestação do ensino fundamental no município de AM evidencia que demandas sociais de atendimento e de sua qualidade são direcionadas às escolas estaduais e municipais por estratos populacionais com necessidades distintas em cada caso. Nesse contexto, parece plausível supor que os indicadores de qualidade do ensino prestado pela escola estadual observada expressem visão e demandas peculiares dos estratos socialmente avantajados que a ela acorrem. A análise dos dados escolares, nos próximos capítulos, nos permitirá examinar essa hipótese. Caso essa hipótese se confirme, a questão do acesso ao ensino fundamental nesta escola reflete a demanda por qualidade, e pode ser um fator determinante para seus resultados nas avaliações.

2.2 – O rendimento: ainda um desafio

O desafio do acesso está associado a avanços na superação de problemas de rendimento do ensino fundamental que, tornando irregular o fluxo escolar, reduzem a oferta de vagas ou pioram as condições de oferta, principalmente, ao aumentar o número de alunos atendidos em cada turma e piorar a relação professor-aluno. Esse problema tem sido objeto de preocupação desde a expansão do ensino sob a Lei n. 5.692, de 1971, e, conforme apontaram Oliveira e Araújo (2005), levou a que a qualidade do ensino fosse questão associada à correção do fluxo escolar, principalmente ligada a redução da reprovação. Desde os anos 1980, esse problema tem sido estudado e políticas públicas têm sido adotadas, resultando em avanços, mas não na sua superação (Oliveira, 2007).

Na primeira década dos anos 2000, a situação era a mostrada na tabela 8, que traz dados relativos ao Brasil, ao estado de MS e ao município de AM.

A taxa de reprovação aumentou de 2000 para 2005 em todos os âmbitos (País, estado e município), tendo ocorrido o inverso de 2005 para 2009, quando ela foi reduzida em todos esses âmbitos. É possível que essa redução esteja associada ao potencial indutor do Ideb, que teria sido mais influente do que as políticas de progressão continuada, tanto no ensino ciclado quanto nas classes de aceleração de estudos, implementadas antes do Ideb.

Tabela 8. Indicadores de rendimento do ensino fundamental no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e em Amambai (2000, 2005 e 2009)

Abrangência	Reprovação				Evasão				Distorção idade/conclusão	
	2000	2005	2009	2005-2009 %	2000	2005	2009	2005-2009 %	2000	2005
Brasil	10,7	13	11,1	-14,6	4,9	6,9	3,7	-46,3	44,5	59,2
MS	15,5	20	15,4	-23	7,9	7,8	2,6	-66,6	43,3	50,8
Amambai	17	23,5	20,3	-13,6	*	*	*	*	37,8	55,3

Fonte: INEP, 2011

* O Inep não calcula dados de evasão para os municípios, somente de abandono.

Dos três âmbitos considerados (Brasil, MS e AM), a maior redução da taxa de reprovação, de 2005 para 2009, foi registrada pelo estado de MS (-23%). Quanto à evasão, embora o MS apresentasse, no ano 2000, taxa de evasão mais elevada do que a do País, ela teve redução mais acentuada, do que a do Brasil, do ano de 2005 para o de 2009.

A distorção idade/conclusão cresceu de 2000 para 2005, mais acentuadamente no País, depois no município de AM e, em terceiro lugar, no estado de MS. Isso ocorreu a despeito das iniciativas da política educacional voltadas à correção do fluxo escolar, entre as quais citamos as seguintes: organização ciclada do ensino com progressão continuada; classes de aceleração de estudos; adoção de mecanismo de reclassificação do aluno na organização seriada do ensino; gerenciamento de metas de redução da reprovação no contexto do Plano de Desenvolvimento da Escola do Fundescola, implementado nas regiões brasileiras que apresentavam os mais baixos rendimentos escolares; estímulo à via da educação de jovens e adultos (Eja) para alunos em atraso na escolarização.

As taxas de distorção idade/conclusão do ensino fundamental no período 2000-2005 sugerem que as referidas políticas não propiciaram a melhoria do rendimento do ensino fundamental. É provável que a última alternativa (estímulo à Eja) explique o resultado mais favorável do MS em relação ao de AM e do Brasil. Ao lado disso, é preciso lembrar que, nesse período, os resultados da avaliação externa, sob o olhar e ação das mídias de massa, pressionaram as escolas públicas por melhores resultados, assim como se propagaram críticas à progressão continuada associada ao ensino ciclado. Propagaram-se os discursos sobre qualidade de ensino associada ao desempenho cognitivo dos alunos, principalmente nos componentes curriculares contemplados nas avaliações externas.

Ao analisar a questão do rendimento do ensino associada à melhoria da sua qualidade Marchelli (2010, p. 582) afirma que:

Se forem mal interpretados, os déficits de aprendizagem acumulados pelos alunos da educação básica brasileira poderão estimular o reaparecimento das políticas de repetência como proposta para melhorar a qualidade do ensino, perdendo-se as conquistas sociais representadas pela universalização das matrículas, tão duramente conseguidas. Pode-se dizer que é melhor um aluno estar matriculado em uma escola de má qualidade do que ficar fora dela. Isso não significa que a busca pela melhoria da qualidade deixe de ser perseguida, porém é preciso encontrar formas de fazê-lo sem excluir os alunos.

É importante reafirmar e considerar a repetência não como um sinal de eficácia da escola, mas como uma deficiência, pois o percentual de alunos reprovados indica que a escola não conseguiu atingir os objetivos visados.

Vê-se aí a efetiva importância das medidas governamentais, pois a escola brasileira vive um momento em que atende a população que até certo tempo estava excluída do acesso à educação, gerando assim novas demandas. Consideramos ainda o significado de estar na escola para essa população excluída. Tudo isso deve ser levado em conta no processo educacional, porém o poder público não pode prescindir de oferecer educação de qualidade em condições de igualdade.

Os indicadores de rendimento do ensino fundamental, no período considerado, mostraram que expressiva quantidade de alunos não evoluiu regularmente. Isso indica, por um lado, a ineficiência do ensino fundamental e, por outro, a não efetividade do direito público subjetivo à educação. Enquanto o primeiro indicador expressa a frustração do princípio “eficiência” da administração pública, o segundo expressa o fracasso do Estado, da sociedade e da família no cumprimento de suas responsabilidades nessa parcela da educação escolar tida como prioridade nacional.

A não efetivação do referido direito expressa, em última instância, a frustração de princípios democráticos da sociedade brasileira. Por isso mesmo, avançar na melhoria do rendimento escolar é, ainda, um desafio para o País, o estado do MS e o município de AM.

2.3- A qualidade: uma urgência

Melhorar a qualidade do ensino fundamental, ou gerar a qualidade que o torne congruente com as necessidades de todos aqueles a quem se destina, é desafio posto na esfera pública, para o qual são imprescindíveis, entre outras coisas, políticas públicas educacionais em nível de sistema e de escola. Não há dúvidas que temos a urgência de melhorar a qualidade da educação brasileira.

Conforme mostramos no capítulo precedente, a questão da qualidade ganhou nova ênfase na política educacional brasileira da primeira década dos anos 2000. Vimos, também, que uma das vias para promovê-la escolhida, pelo governo brasileiro, foi a da associação de iniciativas de avaliação e de monitoramento de alcance nacional. A principal ferramenta utilizada tem sido o Ideb, com a qual os governos e a sociedade passaram a lidar com uma concepção de qualidade focada nos resultados das redes de ensino e das escolas em termos de desempenho cognitivo e rendimento (aprovação).

Em que pesem as restrições e críticas a essa ferramenta, recorreremos aos dados que ela disponibiliza para por em destaque o desafio da qualidade do ensino fundamental, segundo a ótica de qualidade priorizada pela União no seu papel indutor junto a estados e municípios.

Os dados da tabela 9 mostram, para os âmbitos aqui considerados (Brasil, MS e AM), um crescimento do Ideb nos biênios 2005-2007 e 2007-2009, indicando que metas fixadas têm sido alcançadas.

Tabela 9. Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental observado no Brasil, estado de Mato Grosso do Sul e Amambai, por dependência administrativa (2005, 2007 e 2009)

Abrangência	Ideb Observado			
	2005	2007	2009	Varição 2005-2009
Brasil (geral) – todas as redes	3,8	4,2	4,6	0,8
MS (estadual)	3,6	4,3	4,6	0,8
Amambai (municipal)	3,2	4,3	5,0	1,8

Fonte: INEP, 2011

No ano de 2005, o Ideb do MS e de AM estava abaixo do nacional, respectivamente em 0,2 e 0,6 pontos. No primeiro biênio (2005-2007) ambos ultrapassaram a média nacional em 0,1 pontos. No biênio seguinte (2007-2009), o MS se manteve na média nacional enquanto AM a ultrapassou em 0,6 pontos. Neste município, a variação do Ideb de 2005 para 2009 (1,8 pontos) na rede municipal expressou uma elevação acima da média nacional geral (0,8) e da média estadual (0,8).

O patamar alcançado pela rede municipal de AM, em 2009, é superior ao atingido pela rede estadual de MS e todas as redes no Brasil, embora em 2005 exibisse o pior desempenho no Ideb dos três âmbitos.

O maior crescimento do Ideb na rede municipal de AM chamou-nos a atenção por três motivos: primeiro, porque esse resultado positivo diz respeito ao atendimento prestado a populações com condições socioeconômicas menos favoráveis do que a que ocorre às escolas estaduais no município, conforme antes mencionado; segundo, porque esse dado revela que o contexto de atuação da escola observada nesta pesquisa é positivo, na medida em que ele é marcado por avanços no Ideb nas duas redes de ensino: estadual e municipal. Terceiro, porque se estabelece um clima de corrida em busca de melhores resultados no município.

Embora os avanços sejam notáveis, o desafio de atingir a média 6,0 espera por adequada resposta nos três âmbitos: Brasil, MS e AM, isso tem mostrado que as políticas que vem sendo desenvolvidas não tem sido suficientes para alcançar as metas privilegiadas. A urgência da melhoria da qualidade certamente não se restringe aos indicadores privilegiados pelo Ideb.

3. A política da rede estadual

Com a aprovação da Lei estadual n. 2.787, de 24 de dezembro de 2003, o MS criou o Sistema Estadual de Ensino, cujas competências assim definiu:

Art. 20. Ao Sistema Estadual de Ensino, por intermédio de seus órgãos normativo e executivo, das instituições públicas e privadas, que o compõem ou a ele estejam vinculadas, compete elaborar, executar, manter e desenvolver as ações político-administrativas, as relações pedagógicas, as legislações e as políticas e planos educacionais em Mato Grosso do Sul, integrando, em regime de colaboração, suas ações com as dos Municípios e da União, coordenando os planos e programas de âmbito estadual, para garantir à população sul-mato-grossense uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação de profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar, por meio de representantes nos processos de definição e acompanhamento da execução de políticas educacionais.

A Lei dispôs sobre normas e princípios que devem reger a educação no estado de MS. No geral, se manteve muito próxima ao texto da LDB/1996, reproduzindo-a nas disposições para o ensino fundamental. Determinou que se privilegiasse, entre outras formas de colaboração, o uso comum de recursos que cita:

Art. 9º Na universalização do ensino obrigatório, o Estado e os Municípios garantirão, mediante convênio, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal, dentre outras formas de colaboração, o uso comum e articulado de seus espaços físicos e dos recursos humanos e materiais, precedido de autorização dos órgãos normativos e gestores dos sistemas envolvidos.

Atendendo disposições nacionais, essa Lei criou o Fórum Estadual de Educação e estabeleceu as normas da “gestão democrática” da educação. Em relação ao Fórum dispôs que

Art. 32. O Fórum Estadual de Educação é uma instância de consulta dos órgãos executivo e normativo do Sistema Estadual de Ensino, com composição e atribuições definidas no ato convocatório, destinado a assessoramento para formulação e implementação de políticas e planos educacionais para o Estado de Mato Grosso do Sul.

.....

Art. 34. O Fórum Estadual de Educação será integrado por representantes indicados pelos diversos segmentos educacionais da sociedade sul-mato-grossense, por intermédio de suas respectivas entidades estaduais.

.....

Art. 35. São objetivos do Fórum Estadual de Educação:

I - a proposição de diretrizes e prioridades para a formulação da política pública estadual de educação, na perspectiva da valorização do ensino público;

II - a promoção anual de, no mínimo, uma Conferência Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. O Fórum Estadual de Educação reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, para avaliar a situação da educação em Mato Grosso do Sul.

Apesar de ser confirmado por esta lei, o referido Fórum já era existente sob a denominação Fórum Permanente de Educação de Mato Grosso do Sul (Forpems), criado em 1997. Este órgão atua através de onze grupos de trabalho, com as funções de consulta e proposição para implantação e implementação de políticas educacionais para o sistema de ensino, sendo aberto à participação da comunidade. (Forpems, 2011).

Este Fórum é coordenado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e no biênio 2010-2011 esteve sob a presidência do Serviço Nacional da Indústria (Senai). A presidência e vice-presidência deste Fórum são escolhidas por eleição, realizadas a cada dois anos.

Não há informações específicas de propostas deste Fórum que tenham chegado até a escola observada na pesquisa.

Para a “gestão democrática” da educação, a Lei estabeleceu as seguintes diretrizes:

Art. 36. A Gestão Democrática do Ensino, entendida como princípio e prática político-filosófica e como ação coletiva, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

.....

Art. 38. A gestão democrática será efetivada mediante a participação da comunidade escolar na:

I - elaboração do Plano Estadual de Educação com efetiva participação da sociedade sul-mato-grossense;

II - elaboração e aprovação da proposta pedagógica e do regimento escolar pelas instituições de ensino;

III - avaliação da aprendizagem dos educandos, do desempenho dos profissionais da educação e da instituição;

IV - indicação dos diretores, nas escolas públicas, com participação efetiva da comunidade escolar, adotado o sistema eletivo, mediante voto direto proporcional e secreto na forma da lei ou regulamento próprio.

.....

Art. 39. São estratégias destinadas a assegurar a gestão democrática, além de outras previstas em lei, ou instituídas pelo Poder Executivo:

.....

- IV - a garantia, em cada instituição pública de educação básica, de:
- a) colegiados escolares, com a participação de representantes da comunidade escolar, definidos em regulamento próprio;
 - b) critérios democráticos para escolha de diretor da escola;
 - c) transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares, na forma definida em lei ou regulamento próprio.

A elaboração da proposta pedagógica da rede estadual de ensino tem sido feita pelas escolas mediante a aprovação da Secretaria Estadual de Educação, já o regimento escolar tem percurso contrário, uma vez que a SED envia sua sugestão às escolas, que devem adequarem-no às suas peculiaridades institucionais. Também o que foi mencionado na Lei citada anteriormente sobre o sistema eletivo de escolha de diretores é confirmado, ocorrendo com regularidade nas escolas estaduais de MS.

As determinações sobre o colegiado escolar ocorrem efetivamente na rede estadual e na escola observada, porém cabe ressaltar que a efetiva participação da comunidade só pode ser avaliada pela instituição de ensino.

A escolha de diretores ocorre mediante processo de avaliação, pois aqueles interessados em concorrer ao cargo no processo eletivo, devem primeiramente ser aprovados em curso de capacitação e avaliação em gestão escolar promovida pela SED.

A Lei introduziu a avaliação institucional, ao dispor que:

Art. 114. A avaliação institucional é o procedimento de controle da eficácia do processo ensino-aprendizagem incidindo sobre as suas condições estruturais e de funcionamento e compreenderá:

- I - avaliação interna e auto-avaliação, organizada e executada pela própria instituição envolvendo os diferentes segmentos que integram a comunidade escolar a partir de critérios estabelecidos na proposta pedagógica;
- II - avaliação externa, organizada e executada pelos órgãos próprios da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 115. O processo de avaliação institucional incidirá, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

- I - o cumprimento da legislação de ensino;
- II - o processo de planejamento de ensino-aprendizagem;
- III - a qualificação e desempenho dos dirigentes, professores e demais funcionários;
- IV - a qualidade dos espaços físicos, instalações, equipamentos e adequação às suas finalidades;
- V - a organização da escrituração e do arquivo escolar;
- VI - a articulação com a família e a comunidade escolar;
- VII - o desempenho dos alunos suas competências e habilidades.

Art. 116. Os resultados dessa avaliação constituir-se-ão em parâmetros para a definição de implementação de políticas públicas e para concessões do Poder Público.

A avaliação institucional na rede estadual de MS é mais evidente através da avaliação externa aplicada pela SED, já a avaliação interna e autoavaliação são determinadas pela Lei, mas na escola observada não vem ocorrendo de forma sistemática e com a participação de toda a comunidade escolar.

Os aspectos de incidência da avaliação institucional na escola são avaliados e promovidos no cotidiano escolar, conforme observado, mas não há um instrumento específico para avaliá-los.

Não está claro na política da rede estadual se os resultados da avaliação institucional induzem as políticas públicas implementadas. Mas um programa implantado em 2008 e ainda existente, tendo em vista a melhoria da qualidade nas escolas da rede estadual, é o Projeto “Além das Palavras”.

O objetivo do “Além das Palavras” é melhorar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, principalmente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Com o programa da SED, o governo do estado pretende contribuir para que as escolas atinjam a meta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Dentre as ações do projeto, está a formação continuada para os coordenadores de áreas (professores contratados especificamente para este cargo na execução do projeto). Estes atuam como multiplicadores junto aos professores, promovendo formação continuada para professores regentes, por meio de encontros quinzenais, aquisição de material pedagógico para professores e coordenadores e material didático para alunos. Para medir o aprendizado dos estudantes que participam do projeto e verificar as mudanças que a iniciativa proporciona são aplicadas avaliações diagnósticas. Os exames também detectam as dificuldades e defasagens dos alunos em relação aos conteúdos e habilidades. Observando os resultados das avaliações, a metodologia do programa procura planejar estudos e atividades a serem exploradas para um melhor desempenho dos estudantes. O projeto é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e recebe recursos do Plano de Ações Articuladas (PAR)¹⁷. (SED, 2010)

Parece que um dos parâmetros deste projeto é o Ideb, havendo clara ênfase nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, aquelas que são cobradas também nas avaliações do MEC.

¹⁷ O Plano de Ações Articuladas (PAR) foi apresentado aos estados e municípios e o Distrito Federal em abril de 2007, fornecendo instrumentos para elaboração de políticas de melhoria da qualidade da educação. Através dele estados e municípios elaboram seus Planos de Ações Articuladas, concernentes a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Fonte: www.mec.gov.br Acesso em: 17 abr. 2012.

A Lei mencionou a qualidade do ensino como um compromisso a ser atendido na educação básica e superior, assim como nas modalidades de atendimento, estabelecendo como dever estatal assegurar “padrão de qualidade”, conforme segue:

Art. 5º O dever do Estado de Mato Grosso do Sul com a educação escolar pública será efetivado mediante:

.....
 XII - padrões de qualidade, definidos como a variedade e a quantidade mínima por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, sua qualificação para o trabalho e o posicionamento crítico diante da realidade.

Portanto, o padrão de qualidade abarca a dimensão das condições de oferta (insumos do ensino-aprendizagem) e a dimensão dos resultados a serem obtidos com os alunos.

Concomitantemente à elaboração da Lei supramencionada, o estado de MS elaborou o Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado pela Lei nº 2.791, de 30 de dezembro de 2003. Esse Plano passou a vigorar a partir do ano 2004.

A elaboração desse Plano foi iniciativa do estado de MS em face do Plano Nacional da Educação (PNE) 2001, tendo como fontes principais a legislação nacional e estadual, os documentos gerados pelo processo denominado “Constituinte Escolar” e os documentos oriundos das Oficinas Regionais que, envolvendo os municípios, levantaram as peculiaridades e necessidades regionais (PEE, MS, 2003).

Cabe esclarecer que a “Constituinte Escolar” foi um processo componente do programa denominado “Escola Guaicuru: Vivendo uma nova lição” implementado na gestão de 1999-2001, cujo governador foi José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT). A Constituinte visava à elaboração participativa do Plano da Rede Estadual de Ensino (PRE).

Sobre a Constituinte Escolar Aranda e Senna (2005) afirmam que teria sido um instrumento de gestão democrática a mobilizar a participação da comunidade escolar na discussão de metas da rede estadual de ensino. Esse processo foi, no entanto, descontinuado no período 2001-2003, e sua retomada se deu na elaboração do PEE de 2004. Cabe salientar que enquanto o PRE fixou objetivos e metas somente para a rede estadual de ensino, o PEE (2004) envolveu também os municípios e a rede privada pois constituiu-se um plano para a educação no estado de MS.

O PEE de 2004 salientou a necessidade de grandes investimentos no ensino fundamental, dada a baixa qualidade de ensino, seus altos índices de reprovação e de abandono. Desse modo fixou, para o ensino fundamental, metas com vista a:

- promover e subsidiar as escolas, para atendimento à população rural;

- promover avaliações sistemáticas;
- realizar o acompanhamento do sistema de organização em ciclos, promovendo também a recuperação paralela;
- incentivar parcerias das escolas com empresas;
- formular um referencial curricular adequado, que contemplasse as peculiaridades regionais, e um material didático com as mesmas características.

As prioridades são, portanto, o atendimento rural, o uso de meios para controlar a qualidade do ensino e buscar apoio fora do estado e a política curricular instrumentada por material didático específico.

Embora o PEE previsse o acompanhamento do sistema de organização em ciclos, o qual funcionava apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, aprovada a partir do ano 2004, as escolas estaduais de MS voltaram a oferecer esta etapa de ensino de forma seriada no ano letivo de 2005. Cabe destacar que a menção de ciclos é feita especificamente para a rede estadual de ensino que introduzira o ensino ciclado em 1998.

Segundo Pereira (2004) o sistema de ciclos nos anos iniciais do ensino fundamental foi uma iniciativa implantada com o intuito de diminuir o fracasso escolar na rede estadual de MS, porém não houve preparo dos gestores e professores para tal ação, o que gerou questionamentos por parte desses segmentos, que seriam os atores mais importantes para efetividade da mesma. Em seu estudo relata que este sistema “[...] passou ano a ano, a ter a sua estrutura modificada, ora aumentando ou diminuindo o número de etapas e anos de estudo em cada ciclo. Depreende-se que muitas dessas mudanças visavam conter os custos do Projeto.” (p.92). Vê-se assim a característica de descontinuidade e falta de recursos, o que pode ter contribuído para sua desativação. A esse respeito a autora ainda salienta:

[...] cumpre informar que a ausência de capacitação de professores, de um processo de acompanhamento e avaliação sistemática aliada à falta de uma concepção de ciclos, talvez tenha sido o motivo principal para a sua desativação na rede estadual de ensino [...] (Pereira, 2004, p.95)

Uma das metas do PEE de 2004 previa a implementação, a partir daquele ano, de avaliação educacional anual “[...] visando à melhoria do ensino e à valorização do profissional da educação, por meio da concessão de incentivos financeiros”. Desse modo o Plano indica a pretensão de associar a avaliação à remuneração dos profissionais, mas esta foi uma proposta que não aconteceu durante a sua vigência.

Com o Decreto n°. 11.737, de 22 de dezembro de 2004, instituiu-se o Conselho Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso

do Sul (CONAPEE), com objetivo de avaliar e acompanhar a operacionalização das diretrizes e metas planejadas. Esse Conselho iniciou seu trabalho de avaliação junto às secretarias municipais de educação a partir de outubro de 2005 (SED, 2011).

Aliado às ações de avaliação o governo estadual criou em 2003 o “Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul” (SAEMS), o qual avaliava o desempenho em Língua portuguesa e Matemática dos alunos da 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e do 3^o ano do ensino médio. As provas foram aplicadas nos anos de 2003 e 2005. (SED, 2011).

Diferentemente do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o SAEMS constituía-se somente da aplicação de uma avaliação anual e não utilizava dados complementares como, por exemplo, questionário socioeconômico, como é feito no SAEB. A principal justificativa para sua aplicação foi a possibilidade de avaliar a qualidade do ensino e da aprendizagem no estado de MS. Porém não houve divulgação de resultados ou incidência dos mesmos na elaboração de políticas neste período.

Em 2009 a SED realizou também avaliação semelhante, porém somente na rede estadual de ensino. Esta adotou outra denominação: “Avaliação Estadual de Desempenho dos alunos do Estado de Mato Grosso do Sul”. Foi ela aplicada no 3^o ano do ensino fundamental e 1^o ano do ensino médio, para avaliar Língua Portuguesa, produção de textos e Matemática.

Neste caso, houve divulgação de resultados em cada escola, apresentando especificamente o desempenho de cada aluno, mostrando em quais aspectos a escola deveria melhorar seu trabalho, potencializando o trabalho de melhoria da qualidade na escola.

Mas em 2011 a aplicação de avaliação externa pela SED, com esse mesmo intuito, foi novamente aplicada com a designação de SAEMS. Observamos assim oscilações na organização das avaliações da qualidade do ensino pela SED. Cabe salientar que essas avaliações não estão relacionadas à Prova Brasil e ao Ideb.

Para o ensino fundamental, a atual política de governo tem ofertado algumas orientações para a prática pedagógica, instituindo que ela deve se basear em quatro eixos: formação científica, formação ético-política, formação ambiental e formação estético-cultural. Esses eixos devem integrar a formação do educando a cargo da rede estadual de ensino. Eles referenciam as propostas pedagógicas das escolas e as práticas de operacionalização do currículo. (SED, 2011).

Essas indicações são relevantes para o ensino nas escolas da rede estadual, na medida em que norteiam o trabalho pedagógico, pois os professores ao planejarem as situações

didáticas de ensino-aprendizagem, devem contemplar esses eixos de formação integral do educando.

Para o atendimento escolar da população rural, como é salientado no PEE (2004), o governo geriu o transporte escolar em parceria com os municípios, de modo que, no ano de 2006, o repasse de recursos para as Secretarias Municipais de Educação para que incluíssem no transporte escolar o atendimento aos alunos da rede estadual de ensino correspondia a R\$58,00 por aluno,

No ano de 2008, com a participação dos professores da rede estadual de ensino, foi elaborado o referencial curricular, com a expectativa de que as necessidades peculiares da escola pública sul-mato-grossense fossem atendidas, como ressalta o PEE (2004). O referencial curricular é utilizado, desde então, para direcionar e subsidiar o planejamento didático-pedagógico. Atualmente (2011), este documento está em reformulação pela SED, em consonância com as sugestões dos professores da rede estadual de MS.

Algumas ações previstas no PEE (2004) foram contempladas pela política do governo estadual. Ao realizarmos uma consulta às resoluções da SED dos últimos anos (2004-2011), observamos uma intensidade de ações voltadas para o ensino médio nas escolas estaduais de MS. Houve ampliação significativa desde 2009, da oferta de cursos técnico-profissionalizantes pelo estado, também foram mais bem contempladas as escolas indígenas, considerando a expressiva população indígena do estado.

Mesmo assim, as escolas estaduais têm atuado de forma importante nos municípios ofertando o ensino fundamental. Muitas vezes a rede estadual fornece subsídios e atua como referência para as redes municipais.

Voltando especificamente ao rendimento, ao compararmos o início (2000) com o final da década (2009), percebemos que as taxas de reprovação no Brasil e em AM aumentaram, enquanto que no MS quase que se equipararam. Mas se observarmos também 2005, vemos que aumentaram em relação a 2000, mas diminuíram em 2009. Esses dados podem, portanto, indicar a efetividade das políticas implementadas, pois no esforço de universalizar o ensino fundamental no início da década, aumentando a demanda de alunos, conseqüentemente aumentou a reprovação. Entretanto a partir de 2005 a implantação das políticas do Ideb e a iniciativa das redes e escolas de promoverem ações no intuito de melhorar seus indicadores, podem ter se refletido na queda das taxas de reprovação e evasão, sinalizando que estas políticas foram interessantes para a melhoria da qualidade e universalização do ensino fundamental.

Caracterizamos assim o ensino fundamental no estado de MS, especialmente considerando as especificidades em relação à rede estadual de ensino à qual a escola pesquisada faz parte, apontando resultados, políticas e os principais desafios em evidência atualmente na rede estadual: acesso, rendimento e qualidade.

Capítulo III

A ESCOLA E SEUS DESAFIOS

No capítulo anterior caracterizamos os cenários do ensino fundamental em escala de País, do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e do município de Amambai (AM), onde se localiza a escola observada nesta pesquisa, constatando que os principais desafios se situam nas questões do acesso, rendimento e qualidade. Caracterizamos também a política educacional formulada pelo estado do MS para a rede estadual, com atenção ao fixado para o ensino fundamental, uma vez que a escola de pesquisa pertence a essa rede.

Neste capítulo caracterizamos a escola observada — Escola Estadual Dom Aquino Corrêa (EEDAC) — identificando suas peculiaridades na prestação do ensino fundamental, suas condições de oferta, assim como as estratégias que utiliza em busca da qualidade do atendimento nos primeiros anos do ensino fundamental.

Com esse objetivo, levantamos dados por meio de observação participante, aplicação de questionário e realização de entrevistas a mães de alunos, professores, direção e coordenação pedagógica. No trabalho com os dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo e os aportes buscados na literatura da área por meio de estudos bibliográficos.

Iniciamos situando a EEDAC na rede de ensino estadual considerando o seu desempenho no Ideb, passando, a seguir, a caracterizá-la nos aspectos histórico, material, profissional, organizacional, de gestão e, ainda, quanto à população que atende.

1. Desempenho no Ideb — a Escola no contexto

A EEDAC está sobre a responsabilidade do estado de MS há 51 anos, fazendo parte de sua rede de escolas que, em 2010, somava 335 estabelecimentos oferecendo

ensino fundamental. No município de AM existem quatro escolas estaduais, a EEDAC é a segunda mais antiga delas.

Com o seu desempenho no Ideb dos anos 2005, 2007 e 2009, a EEDAC tem sido vista como referência de boa qualidade de ensino no município e no estado, sendo destacada nas mídias de massa (Anexo 02), por figurar em 1º lugar no *ranking* desse Índice no estado de MS (Tabela 10).

Quanto à evolução positiva do Ideb, a EEDAC situa-se na primeira posição, em todos os anos considerados (2005, 2007 e 2009) superando, no ano de 2007, a nota 6,0 — meta projetada para o País até o ano 2021. Em 2009, ela registrou Ideb 7, ou seja, 1,0 ponto acima do patamar médio nacional fixado como horizonte a alcançar pelo País.

Segundo o Portal do Ideb/Inep, o Ideb 2009 dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC estava 19% acima da meta projetada para essa escola, que era 5,9. O Ideb alcançado pela EEDAC se mostrou bem superior ao da rede estadual, quer seja no âmbito do estado (4,4) ou do município (5,9).

Mesmo com o Ideb 2009 dos anos iniciais do ensino fundamental em 19% acima da meta projetada (5,9) a EEDAC apresentava um fluxo apenas razoável (0,93), sendo a sua proficiência adequada (7,50).

Embora esses resultados positivos, a EEDAC tem importantes desafios a enfrentar, alguns dos quais o seu próprio desempenho no Ideb aponta. Conforme dados do Portal Ideb/Inep, o desempenho da escola no componente fluxo, que vinha melhorando de 2005 para 2007, apresentou queda em 2009, ficando, conforme dito em patamar considerado apenas razoável (Tabela 10).

Tabela 10. Desempenho da EEDAC no Ideb – Taxa de aprovação por série nos anos iniciais do ensino fundamental (2005, 2007 e 2009)

	Taxa de aprovação					
	Fluxo	Série inicial	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
2009	↓ 0.93	100.0	↑ 92.1	↓ 93.3	↓ 85.2	↑ 98.3
2007	↑ 0.97	100.0	↓ 91.1	↑ 97.0	↑ 100.0	↑ 98.2
2005	0.95	∅	98.1	92.6	93.7	95.1

Tabela reproduzida de:

[http://ideb.meritt.com.br/#{\"aba\":{\"aba\":\"escola\",\"escola_id\":\"50015257\"},\"municipio_id\":\"5000609\",\"rede\":\"estadual\",\"-visao\":\"fluxo\"}](http://ideb.meritt.com.br/#{\)

O desempenho da EEDAC em proficiência tem crescido a cada biênio (Tabela 11), chegando a 7,50 em 2009, sendo ele considerado adequado. Quanto a isto, o desafio é seguir melhorando esse elemento do Ideb, pois a escola como instituição pública enfrenta desafios em relação à qualidade da sua oferta.

Tabela 11. Desempenho da EEDAC no Ideb – Nota na Prova Brasil (2005, 2007 e 2009)

	Nota na Prova Brasil		
	Proficiência	Matemática	Português
2009	↑ 7.50	↑ 269.35	↑ 241.86
2007	↑ 6.74	↑ 254.44	↑ 215.83
2005	5.89	218.39	206.72

Tabela reproduzida de:

[http://ideb.meritt.com.br/#{"aba":{"aba":"escola","escola_id":"50015257"},"municipio_id":"5000609","visao":"proficiencia","rede":"estadual"}](http://ideb.meritt.com.br/#{)

Observamos aqui que o terceiro risco de utilização do Ideb apontado por Freitas (2007), mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, não se confirma na EEDAC, pois os indicadores apontam que a escola procura melhorar o padrão médio de proficiência que possui, já que a Escola continua buscando melhorar seu desempenho e os resultados continuam apresentando crescimento.

A tabela 12 apresenta os desempenhos no Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental de 77 escolas estaduais situadas em 76 municípios sul-mato-grossenses nos anos de 2005, 2007 e 2009, sendo as que apresentaram os melhores resultados em 2007. Observamos o desempenho da EEDAC entre essas escolas do estado.

Os dados relativos ao ano de 2007 — ano de lançamento oficial do Ideb — estão organizados em ordem decrescente, permitindo ao leitor observar a posição das escolas no *ranking* estadual.

Tabela 12. Escolas estaduais (EE) com Ideb mais elevados nos anos iniciais do ensino fundamental no estado de Mato Grosso do Sul (2005, 2007, 2009)

MUNICÍPIO	ESCOLA ESTADUAL	IDEB		
		2005	2007	2009
Amambai	EE Dom Aquino Corrêa	5,6	6,6	7,0
Campo Grande	EE São José	5,2	5,7	5,5
Dourados	EE Castro Alves	4,9	5,4	5,9
Deodópolis	EE 13 de maio	*	5,3	4,9
Guia Lopes da Laguna	EE Salomé de Melo Rocha	3,9	5,3	4,2

Itaporã	EE Princesa Izabel	*	5,3	*
Caarapó	EE Tenente Aviador Antonio João	4,6	5,1	5,0
Paranaíba	EE José Garcia Leal	3,8	5,0	5,5
Três Lagoas	EE Profº. João Magiano Pinto	4,7	5,0	5,5
Aparecida do Taboado	EE Ernesto Rodrigues	4,8	4,9	5,5
Coronel Sapucaia	EE Coronel Sapucaia	3,8	4,9	5,0
Vicentina	EE Emmanuel Pinheiro	*	4,9	*
Costa Rica	EE Santos Dumont	3,8	4,8	4,6
São Gabriel do Oeste	EE Bernardino Ferreira da Cunha	4,4	4,8	5,3
Brasilândia	EE Adilson Alves da Silva	3,8	4,7	4,8
Naviraí	EE Juracy Alves Cardoso	4,2	4,7	5,7
Mundo Novo	EE Profº. Iolanda Ally	4,2	4,6	4,9
Ponta Porã	EE Dr. Miguel Marcondes Armando	3,3	4,6	4,7
Aquidauana	EE Cândido Mariano	3,2	4,5	4,6
Eldorado	EE Eldorado	3,6	4,5	4,7
Iguatemi	EE 8 de maio	3,8	4,5	4,4
Ivinhema	EE Reynaldo Massi	3,8	4,5	4,7
Fátima do Sul	EE Vicente Pallotti	4,0	4,4	4,5
Jateí	EE Profº. Bernadete Santos Leite	3,5	4,4	4,2
Maracaju	EE Cambará	3,7	4,4	5,4
Jardim	EE Cel. Pedro José Rufino	4,0	4,4	4,7
Bataguassu	EE Profº. Luiz Alberto Abraham	3,5	4,3	4,6
Batayporã	EE Jan Antonin Bata	*	4,3	4,7
Caracol	EE Dr. Rubens de Castro Pinto	3,2	4,3	4,8
Glória de Dourados	EE Hilda Bergo Duarte	3,5	4,3	3,7
Nova Andradina	EE Mal. Rondon	3,5	4,3	4,1
	EE Luiz Soares Andrade	2,3		4,9
Cassilândia	EE Hermelina Barbosa Leal	3,7	4,2	*
Corguinho	EE José Alves Quito	*	4,2	4,7
Figueirão	EE Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo	3,8	4,2	4,7
Nova Alvorada do Sul	EE Antonio Coelho	3,2	4,2	4,2
Rio Brillhante	EE Etalvío Pereira Martins	2,5	4,2	4,8
Sonora	EE Comandante Mauricio Coutinho Dutra	3,0	4,2	4,1
Tacuru	EE Profº. Cleto de Moraes Costa	2,8	4,2	4,0
Antonio João	EE Pantaleão Coelho Xavier	3,0	4,1	4,6
Chapadão do Sul	EE Augusto Krug Netto	2,6	4,1	4,6
Sidrolândia	EE Profº. Catarina de Abreu	3,5	4,1	4,0
Rio Negro	EE Leontino Alves de Oliveira	4,3	4,1	3,8
Bela Vista	EE Ester Silva	2,6	4,0	4,7
Coxim	EE Silvio Ferreira	3,2	4,0	4,4
Pedro Gomes	EE Francisco Ribeiro Soares	3,0	4,0	3,6
Bonito	EE Luiz da Costa Falcão	2,9	3,9	4,5
Camapuã	EE Miguel Sutil	3,6	3,9	4,4
Corumbá	EE Carlos de Castro Brasil	2,2	3,9	3,6
Inocência	EE Profº. João Pereira Valim	3,2	3,9	4,3
Itaquiraí	EE Manoel Guilherme dos Santos	2,5	3,9	4,1
Paranhos	EE Santiago Benites	3,1	3,9	4,3
Santa Rita do Pardo	EE José Ferreira Lima	2,5	3,9	3,5
Ribas do Rio Pardo	EE Dr. João Ponce de Arruda	2,6	3,9	4,7
Água Clara	EE Chico Mendes	3,1	3,8	4,3
Rochedo	EE José Alves Ribeiro	*	3,8	5,4
Alcinópolis	EE Profº. Romilda Costa Carneiro	2,8	3,7	4,7
Angélica	EE Sen. Filinto Muller	*	3,7	4,0
Nioaque	EE Odete Ignez Resstel Villas Boas	3,5	3,7	4,2
Sete Quedas	EE Guimarães Rosa	2,7	3,7	4,3
Anaurilândia	EE Maria José	3,4	3,6	3,6
Bandeirantes	EE Ernesto Solon Borges	3,7	3,6	4,3

Selvíria	EE Ana Maria de Souza	3,3	3,6	3,8
Terenos	EE Eduardo Perez	2,7	3,6	4,5
Anastácio	EE Romalino Alves de Abres	2,5	3,5	3,9
Bodoquena	EE Joaquim Mário Bonfim	2,7	3,5	4,0
Dois Irmãos do Buriti	EE Estefana Centurion Gambarra	2,8	3,5	3,6
Miranda	EE Dona Rosa Pedrossian	*	3,5	3,7
Porto Murtinho	EE José Bonifácio	3,2	3,4	3,9
Aral Moreira	EE Dr. Fernando Corrêa da Costa	2,7	3,3	3,9
Ladário	EE 2 de setembro	2,3	3,2	4,1
Japorã	EE Japorã	3,0	3,1	3,6
Douradina	EE Barão do Rio Branco	2,5	3,0	3,4
Jaraguari	EE José Serafim Ribeiro	*	3,0	4,1
Rio Verde de Mato Grosso	EE Thomaz Barbosa Rangel	3,1	3,0	3,8
Taquarussu	EE Dr. Martinho Marques	3,2	3,0	3,7
Juti	EE 31 de março	2,6	2,9	3,0

Legenda: ■ Notas/*ranking* 2007; ■ Notas em decréscimo em relação a 2007.

Fonte: INEP/Mec

*Ausência de dados.

No biênio 2007-2009, 48 escolas elevaram o Ideb, 16 registraram decréscimo no Índice e 13 ficaram estáveis ou próximas à estabilidade, ou não apresentou dados para o biênio.

Observamos comparativamente as escolas colocadas nas três primeiras posições no *ranking* da rede estadual no estado de MS, no ano de 2007, e notamos semelhanças entre elas.

A EEDAC, primeira do *ranking*, situa-se em pequeno município do interior do estado do MS, o município de AM. A segunda escola no *ranking* (EESJ) situa-se na Capital do estado de MS e a terceira (EECA) situa-se na cidade de Dourados, que é o segundo mais populoso município do estado de MS. Entre as três escolas a EEDAC é a que se encontra em município menos desenvolvido sob diversos aspectos.

As três escolas têm em comum a localização central nas suas cidades, o que pode indicar semelhança na população que atendem. Sendo a matrícula regionalizada, essas escolas não ou pouco atendem às populações residentes nas periferias urbanas cuja situação socioeconômica é, sabidamente, desfavorável. No caso da EEDAC, a população provém de famílias residentes na área central de AM que, semelhantemente a outras pequenas cidades sul-mato-grossenses, são socioeconomicamente favorecidas. Prova disso é o fato de que somente cinco alunos desta escola utilizavam o transporte escolar em setembro de 2011, de acordo com o Dataescola/Inep.

Outro dado comum às três escolas é que elas vêm atuando há várias décadas na oferta do ensino equivalente ao fundamental. A EEDAC atua há 51 anos, a EESJ atua há 44 anos e EECA há 45 anos.

Há similaridade no porte das três escolas, que atendem a menos de 1.000 alunos. A EEDAC atende a 520 alunos no ensino fundamental, a EESJ a 478 alunos e a EECA a 857 alunos, segundo o Dataescola/Inep (2011).

Quanto à evolução do Ideb no biênio 2007-2009, a EESJ registrou variação de -0,2 pontos, enquanto nas outras duas a variação foi positiva — na EECA foi de 0,5 e na EEDAC de 0,4. Nesta última a evolução do Índice foi menos expressiva do que ocorrera no biênio 2005-2007.

O desempenho do conjunto de escolas públicas do município de AM, no Ideb do ano 2009 (Tabela 13), mostra que a EEDAC situa-se num contexto educacional favorável.

Tabela 13. Desempenho das escolas públicas do município de Amambai e da EEDAC no Ideb e em seus componentes (2009)

Aspectos	Município	EEDAC
Ideb registrado	5,0	7,0
Superação da meta	39%	19%
Fluxo	0,85 (razoável)	0,93 (razoável)
Proficiência	5,86 (adequada)	7,50 (adequada)
Escolas que atingiram as suas metas	100%	-----

Fonte:

[http://ideb.meritt.com.br/#{\"municipio_id\":\"5000609\",\"rede\":\"publica\",\"aba\":{\"aba\":\"escola\",\"escola_id\":\"50015257\"},\"-visao\":\"ideb\"}](http://ideb.meritt.com.br/#{\)

A tabela 14 mostra a evolução do Ideb (2005, 2007 e 2009) de todas as escolas públicas de AM e da única escola privada existente. O menor Ideb estava em 4,1, a maioria das escolas tem ultrapassado as metas projetadas para o Ideb e 6 delas tinham nota acima da média nacional em 2009. A EEDAC se destaca no conjunto com Ideb 7, acima do obtido pela escola privada e bem acima do Índice obtido pelas outras escolas estaduais.

Tabela 14. Evolução do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas e da escola privada do município de Amambai, MS (2005, 2007 e 2009)

Escola	Dependência Administrativa	Ideb			
		2005	2007	2009	Evolução de 2005 para 2009
Dom Aquino Corrêa	Estadual	5,6	6,6	7,0	1,4
Centro Educacional Luiz Quareli	Privada	5,9	6,0	6,4	0,5

(CELQ)					
Cel. Felipe de Brum	Estadual	3,5	5,1	5,6	2,1
Dr. Fernando Corrêa da Costa	Estadual	4,0	4,5	5,2	1,2
Vespasiano Martins	Estadual	3,4	4,3	5,3	1,9
Prof ^ª . Maria Bataglin Machado	Municipal	3,4	4,3	5,0	1,6
Flávio Augusto Coelho Derzi	Municipal	2,9	4,1	4,8	1,9
Julio Manvailler	Municipal	*	4,0	4,5	--
Antonio Pinto da Silva	Municipal	2,9	3,8	4,7	1,8
Marlene Vilarinho de Albuquerque	Municipal	*	3,3	4,1	--

Fonte: Inep/Mec

*Ausência de dados.

A EEDAC obteve a terceira menor evolução do Ideb de 2005 para 2009 no conjunto das dez escolas de AM. As maiores evoluções foram registradas pelas escolas que, em 2005, apareciam, no conjunto, com os mais baixos desempenhos no Ideb.

Visto que o desempenho da EEDAC no Ideb a destacou no contexto do município de AM e da rede estadual do estado de MS e que ela é a escola observada nesta pesquisa, passamos a caracterizá-la, começando pelo aspecto histórico.

2. Histórico e prestígio da escola

No ano de 1958 jovens amambaienses que acabavam de concluir o ensino primário (1º ao 4º de escolarização), motivados pelo interesse em continuar estudos, reivindicavam, juntamente com alguns pais, uma escola que pudesse lhes oferecer o Ginásio (atendimento correspondente aos quatro anos finais do ensino fundamental atualmente). Em resposta a essa demanda foi criada em 19 de abril deste mesmo ano a “Sociedade Instrutiva Amambai Ltda”, por meio de iniciativa liderada por Ernesto Vargas Batista e João Portela Freire, que organizaram um estatuto para manter a sociedade que ofertaria o Ginásio (Projeto Pedagógico, 2011). Essa Sociedade iniciou a oferta do ensino reivindicado em um salão cedido pelo Rotary Clube, atendendo a 25 alunos aprovados no exame de admissão ao Ginásio¹⁸.

¹⁸ A organização das etapas de ensino que atualmente chamamos de fundamental, nesse período era dividida em ensino primário e secundário, o ginásial se compunha do primeiro ciclo do ensino

O primeiro diretor da referida organização escolar foi o Padre Genésio Trevisan, que também era professor de Latim. Além de Trevisan os primeiros professores foram: Walmir da Rosa Peixoto, técnico em agrimensura, professor habilitado em Desenho e Matemática e graduado em Ciências Econômicas e Direito; Joacir Machado, graduado em Ciências Contábeis, que lecionava História; Ada Batista, formada no curso Normal, que lecionava a disciplina Francês; Ernesto Vargas Batista, engenheiro civil, que lecionava a disciplina Matemática; Aristeu Vargas de Aquino, médico, que lecionava Geografia; e Adail Araújo de Freitas, que não tinha formação, mas lecionava Português.

Sobrinho (2009, p. 184) informa que

[...] o estabelecimento de ensino que funcionava sob a responsabilidade da Sociedade Instrutiva Amambai, no ano seguinte passou para o Estado. No dia 10 de agosto de 1960, o Diário Oficial publicou o Decreto n. 940, pelo qual o Estado assumia o Ginásio, que passou a denominar-se Ginásio Estadual Dom Aquino Corrêa.

Para conseguir a instituição do mencionado Decreto, um grupo de alunos da Sociedade Instrutiva de Amambai, viajou até a capital do estado, a cidade de Cuiabá, liderados pelo aluno Almiro Pinto Sobrinho. Acabaram conquistando o almejado Ginásio Estadual Dom Aquino Corrêa. (Projeto Pedagógico, 2011).

Com a nova denominação, a escola homenageava o bispo cuiabano, cidadão mato-grossense, que atuou como político e governador no estado de Mato Grosso, pois na ocasião em que a escola foi criada completavam-se quatro que Dom Aquino Corrêa havia falecido.

A partir do decreto n. 606, de 30 de junho de 1976, o Ginásio passou a denominar-se Escola Estadual de I Grau Dom Aquino Corrêa, e, em 1998, ganhou a atual denominação: Escola Estadual Dom Aquino Corrêa (EEDAC).

Após atuar no salão oferecido pelo Rotary Clube, durante o seu primeiro ano de funcionamento, em seguida a Escola funcionou, por pouco tempo, no prédio da Escola Estadual Coronel Felipe de Brum¹⁹. Em seguida o Ginásio passou a se instalar num prédio cedido pela prefeitura municipal, na região central da cidade, onde funcionou por trinta e

secundário, e era dividido em quatro séries. A matrícula no ginasial só era possível mediante aprovação em exame de admissão – exame seletivo dada a falta de vagas para atender a toda demanda. Esta estrutura foi definida pelo Decreto-lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942 e se manteve até a Lei n. 5.692/71 que reformou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Romanelli, 1983).

¹⁹ Esta escola é a mais antiga do município de AM, funcionando no local desde 1945, antes mesmo da criação do município (1948), era denominada Escolas Reunidas de Amambai, e passou a ser chamada Grupo Escolar Coronel Felipe de Brum em 1950, situa-se na área central da cidade.

cinco anos. A partir de 1995 passou a utilizar as instalações da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no município de AM (Projeto Pedagógico, 2011).

A importância social dessa Escola é amplamente reconhecida no município, pois forneceu a escolarização fundamental para as elites locais (econômicas, políticas, culturais, profissionais) e para pessoas que, vivendo em outras localidades, atuam em profissões liberais, no Magistério Público, em Universidades brasileiras. O atendimento dessa Escola se estendeu a diversas gerações de uma mesma família (de avós a bisnetos) — tem tradição na sua área de atuação, sua contribuição na formação social e cultural é largamente reconhecida e goza de grande prestígio na localidade.

No ano de 2010, a Escola se organizou para participar do desfile cívico em comemoração ao aniversário do município (28/09), apresentando gerações de ex-alunos numa mesma família (pais, avós e até bisavós) que haviam sido alunos da EEDAC. Trajariam estes uma camiseta com os seguintes dizeres: “Faço parte da família Dom Aquino”. Porém, o desfile foi cancelado devido ao mau tempo. Egressos de várias gerações se orgulham da Instituição. Aqueles que adentram as instalações da Escola são recebidos com o seguinte quadro:

Figura 4. Quadro de entrada do corredor da EEDAC.



Fonte: Registro da pesquisadora.

A atual diretora da escola, Vilma Oliveira da Cruz, também foi aluna da EEDAC. Em depoimento a diretora rememorou o que segue:

Antes de estudar no Dom Aquino, estudei na escola particular Joel Martins, que havia no município. Fui para o ensino noturno no Dom Aquino na 7^a série. Lembro-me muito da cobrança dos professores, principalmente do professor de Matemática, o professor Walmir. À época já era uma satisfação estudar na Escola, pois eu sempre participava de fanfarras como baliza, porta-bandeira e também pela qualidade do ensino que era evidente. Quando tive meus filhos, não pensei outra coisa, senão que fossem alunos desta Escola. Também iniciei a carreira profissional na EEDAC, primeiramente como bibliotecária, depois secretária e hoje estou no terceiro mandato da direção.

Almiro Pinto Sobrinho, um dos alunos fundadores da Escola, lembra que nos quatro anos em que cursou o Ginásio havia muita dificuldade. Os próprios alunos se empenhavam em conseguir pessoas da comunidade dispostas a exercer a docência, uma vez que faltavam professores formados. No primeiro ano de funcionamento da Escola o pagamento dos professores era advindo das mensalidades pagas pelos alunos. Como era difícil manter o pagamento, reivindicaram que a escola se tornasse pública. O Poder Público autorizou o funcionamento da Escola à tarde, mas as aulas ocorriam no período noturno, pois a maioria dos alunos trabalhava durante o dia. Sobrinho diz ter sido de suma importância a oportunidade que teve de frequentar essa Escola porque, na ausência dela, possivelmente não continuaria seus estudos. Após concluir o curso no Ginásio Dom Aquino Corrêa, Sobrinho fez o curso Técnico em Contabilidade, na cidade de Campo Grande (MS), e, em seguida, se graduou em Ciências Econômicas. No município de Amambai, Sobrinho atuou em escritório de contabilidade, como professor de Contabilidade, Organização e Técnica Comercial, foi vereador por seis anos, foi Agente Regional de Educação (do sistema estadual de ensino) e Vice-diretor da Faculdade de Amambai (FIAMA).

No contexto educacional municipal, a Escola é vista como referência para as demais escolas locais. O seu trabalho pedagógico tem credibilidade e se expressa na grande procura de pais pela matrícula para os seus filhos. A divulgação do desempenho da EEDAC no Ideb acentuou o seu destaque local e estadual, assim como a demanda por vagas.

A partir do ano 2008, atendendo demandas de seus alunos, a escola passou a oferecer também o ensino médio.

3. Condições físicas e materiais de oferta do ensino

Desde a sua criação, a EEDAC nunca teve um prédio próprio, utilizando sempre espaços que lhe foram cedidos. Atualmente utiliza as instalações físicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no município de AM, que lhe são disponibilizadas no período diurno. As duas instituições (UEMS e EEDAC) são mantidas pelo estado de MS.

Figura 5. Fachada da EEDAC e UEMS (Unidade de Amambai)



Fonte: Registro da pesquisadora.

O prédio onde a Escola funciona atualmente está construído numa área bastante ampla, com cerca de 10.000m². Conta com parque de recreação infantil (Figura 6) recentemente construído, no intuito de atender os alunos com seis anos de idade que, com o ensino fundamental de nove anos, ingressaram no ensino fundamental. A quadra de esportes é descoberta.

Figura 6. Parque de recreação infantil



Fonte: EEDAC.

Das dez salas de aula utilizadas, 70% estão equipadas com carteiras universitárias (Figura 7), estas são inadequadas para as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, prejudicando a postura e o desempenho dos alunos por dificuldade de acomodação. Todas as salas estão equipadas com aparelhos de ar condicionado, conseguidos pela equipe da escola, por meio de doações de pais de alunos e rifas promovidas no interior da instituição. São utilizadas seis salas para acomodar direção, coordenação, secretaria, sala de professores,

cozinha e almoxarifado, as quais são de uso exclusivo dos funcionários da EEDAC. Os sanitários são em quantidade suficiente e estão em bom estado de conservação. A iluminação natural e artificial e o arejamento das salas de aula e administrativas são satisfatórios. Os bebedouros são em quantidade suficiente e passam pela devida manutenção, com regularidade. A limpeza e coleta de lixo são adequadamente realizadas. A sua manutenção é realizada em conjunto pela UEMS e EEDAC.

Figura 7. Sala de aula da EEDAC com cadeiras universitárias.



Fonte: EEDAC.

Na avaliação da diretora e dos professores da EEDAC, as instalações utilizadas atualmente não atendem às necessidades da Escola, embora considerem o seu funcionamento bastante satisfatório, conforme mostram as manifestações abaixo.

Em relação à estrutura da escola, é um pouco complicado porque a escola não tem um prédio próprio. Isso dificulta o trabalho da gente, porque às vezes precisamos de mais espaço, de lugares para, por exemplo, colar cartazes em sala... não podemos usar muitas vezes certos locais até mesmo do pátio. A gente depende de uma autorização da Universidade [...] apesar de ser um prédio muito bom, só que não é nosso. E o funcionamento da escola, eu vejo assim pelas escolas que eu já trabalhei, [...] é muito bom, tanto é que ele dá certo, porque assim, todos participam. Em relação a isso, né, todos participam, a direção, a escola... vamos dizer assim, são todos bem atuantes: o pessoal da secretaria, a diretora... Ela está sempre na escola, [...] andando pela escola, [...] vendo o que está acontecendo, a mesma coisa a coordenadora. Eles estão sempre a par do que está acontecendo. (Professor 1)

O funcionamento é ótimo, devido ao prédio ser emprestado a sua estrutura deixa muito a desejar, temos pouco espaço físico que a gente pode utilizar. (Professor 2)

Deficitária, a estrutura é deficitária porque estamos num prédio alheio que não é da escola e há falta de biblioteca, principalmente. Quanto ao funcionamento, eu acho muito bom, todos empenhados pelo Dom Aquino, todos os funcionários, professores, diretores e coordenadores. (Professor 4)

Eu avalio de ótima qualidade o funcionamento da escola por parte dos professores, por parte da coordenação e por parte da direção da escola. Agora, a questão da estrutura ela deixa a desejar em relação à minha disciplina [...] há ausência de uma quadra com condições adequadas pra atividade de educação física e não existe cobertura. A qualidade da aula de educação física é praticamente reduzida a 30% do aproveitamento e não tem um outro local para a adequação da aula, colocação dos alunos. (Professor 5)

A falta de prédio próprio com adequadas instalações dificulta a dinâmica escolar e interações que dependem da existência de espaço. As limitações físicas escolares são compensadas pelo empenho da equipe escolar em superá-las, porém sempre expressando o anseio pela construção de um prédio próprio para a escola. A esse respeito a coordenadora pedagógica assim se manifestou:

Bom, para começar, a escola não tem prédio próprio. Então, vamos analisar assim: a estrutura física é insuficiente. A gente usa o mesmo prédio da UEMS, então temos um espaço bem restrito. As salas de aula são pequenas, a maioria com cadeiras universitárias que dificultam o trabalho com as crianças [...]. Não temos biblioteca, [apenas] um espaço onde a gente armazena os livros didáticos, é praticamente um depósito que a gente tenta organizar da melhor maneira possível para os professores realizarem pesquisa, mas é insuficiente [...]. Não temos uma quadra coberta, não temos nenhum espaço coberto de saguão pra reunir as crianças, nem refeitório, não temos a sala de tecnologia também. Então, assim, em termos de estrutura física, a escola é precária. A solução é realmente um prédio [próprio]. (Coordenadora pedagógica)

Embora as boas condições físicas e de manutenção do prédio, ele não é apropriado para acomodar a UEMS e a EEDAC. A precariedade da estrutura física, a que se referiram os atores entrevistados, diz respeito a limitações funcionais das instalações, uma vez que elas não foram planejadas para uso compartilhado pela educação básica e educação superior.

Mesmo não contando com biblioteca escolar, os alunos da EEDAC são contemplados com atividades de leitura proporcionadas em sala de aula. A falta de espaço adequado para a acomodação do acervo e para a prática da leitura não tem impedido a escola de proporcioná-la, de estimular ao bom uso dos livros, pelos alunos e também pelos professores. O acervo de literatura infantil fica disponível em caixas organizadas para cada ano do ensino fundamental (Figura 8) para que os professores as utilizem em sala de aula, conforme o seu planejamento de ensino.

Figura 8. Organização dos livros de literatura infantil



Fonte: EEDAC.

A escola disponibiliza aos professores um único computador com acesso à Internet e com impressora, para uso no planejamento didático. Os alunos não contam com atividades escolares de informática, pois a escola não possui laboratório e equipamentos para isso.

Também não há disponibilidade de laboratório de ciências na escola, sendo que os professores devem proporcionar ações nesse sentido somente no espaço da sala de aula.

Quando disponível, a escola utiliza o auditório (Figura 9) que, no entanto, não comporta todos os alunos de um mesmo período. As atividades realizadas nesse espaço são organizadas em dois momentos, para atender a todos os alunos.

Figura 9. Auditório da escola (2009).



Fonte: EEDAC.

A escola não conta com sala de multimeios, sendo que os jogos e outros recursos ficam disponíveis em armários da sala dos professores ou em um pequeno almoxarifado.

Para superar o problema da precariedade da quadra de esportes, os professores frequentemente procuram lugares alternativos para as atividades desportivas ou, então, procuram realizar jogos e brincadeiras dentro da sala de aula nos dias mais ensolarados ou chuvosos.

Vimos, portanto, que o estado de MS não tem dado solução à falta de condições propícias de oferta do ensino na EEDAC. Nem mesmo o bom desempenho dessa escola nos indicadores oficiais tem levado o governo do estado a ação efetiva nesse sentido. O fato de que a EEDAC esteja em prédio construído para a prestação do ensino superior mostra a precedência deste ao ensino fundamental que historicamente o estado presta por meio dessa Escola. Cabe, ainda, lembrar que a Escola oferece ensino fundamental a estrato populacional do qual procedem as elites (econômica, cultural, política) locais. O estado de MS oferece-lhes uma experiência de escolarização privada de recursos imprescindíveis para as aprendizagens requeridas pelos novos tempos. Essa é uma forma de negar o atendimento universal à população local.

A via privada da oferta de atendimento tem baixa demanda nesse município, conforme mostraram os dados apresentados no capítulo anterior. A demanda está posta para a rede estadual à qual deve responder mais adequadamente, a menos que a estratégia estatal seja deixar a cargo das famílias o suprimento do que não tem sido assegurado aos alunos. Tendo em vista o princípio de igualdade de condições de oferta do ensino, o estado não pode prescindir de formar adequadamente esse estrato populacional que demanda por educação pública de boa qualidade junto à EEDAC.

No Plano Estadual de Educação em vigência a partir desde 2004, as metas em relação ao ensino fundamental também contemplavam a criação de condições físicas e materiais:

15. criar mecanismos para a disponibilização de espaço físico, recursos pedagógicos e tecnológicos à comunidade, a partir de 2004;
16. assegurar, a partir de 2004, a execução de reforma das instituições de ensino consoante com as suas necessidades;

Porém a EEDAC não foi contemplada com medidas que atendam as suas necessidades físicas e materiais, a despeito de suas demandas e do destaque nos indicadores oficiais.

4. Profissionais e condições de trabalho

A gestão escolar em seus aspectos administrativos e pedagógicos é realizada principalmente pela diretora em parceria com a coordenadora pedagógica. As duas são graduadas em Pedagogia em instituições privadas, a diretora em Jales/SP e a coordenadora em Ponta Porã/MS. A diretora possui também especialização em Didática Geral, obtida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales/SP.

A diretora e a coordenadora possuem experiência de cinco e quinze anos, respectivamente, na docência em escolas públicas. A diretora há 30 anos exerce esse cargo dos quais seis na EEDAC e a coordenadora exerce sua função há três anos nessa escola.

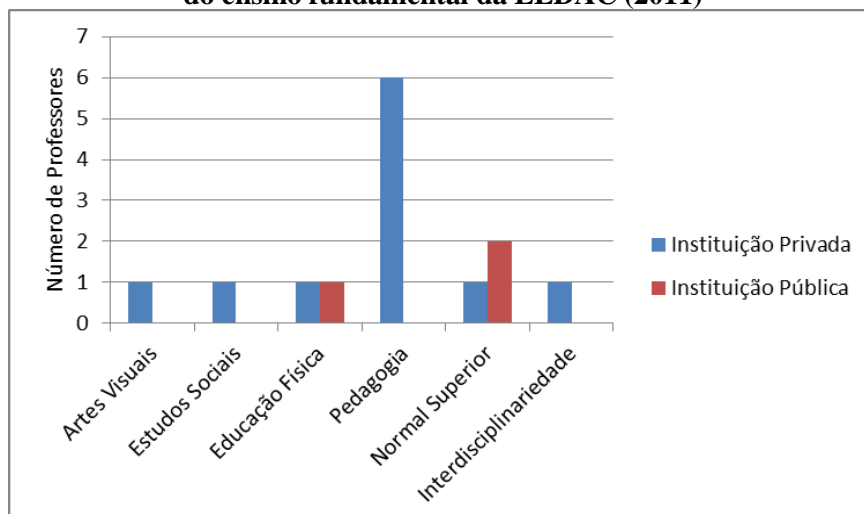
Segundo o Projeto Pedagógico (2011) as atribuições da direção escolar se enquadram em ações no âmbito da gestão dos serviços escolares, no exercício da coordenação das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, orientada pelas atribuições das políticas da Secretaria Estadual de Educação (SED).

Quanto à função da coordenação pedagógica, o mesmo documento remete a um trabalho articulado com a direção escolar de condução das atividades pedagógicas da escola, implementando as diretrizes pedagógicas, as determinações da SED, do regimento interno e da legislação educacional vigente.

A escola conta com 12 funcionários administrativos em diversas funções: secretária (01), assistentes de administração (04), auxiliares de limpeza (03), merendeiras (03) e inspetora de alunos (01). A maioria deles atua na EEDAC há um tempo considerável, a funcionária mais antiga está com 29 anos de trabalho na instituição e o funcionário com menos tempo de atuação, ali está há quatro anos.

O corpo docente soma 32 professores, dos quais 14 atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Todos os professores dos anos iniciais possuem formação em nível superior, conforme mostra o gráfico 1, além disso, aproximadamente 85,7% possuem algum curso de especialização *lato sensu*.

Gráfico 1. Formação superior dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC (2011)



Fonte: Elaborado para este trabalho tendo como fonte dados levantados em questionário (fevereiro/2011).

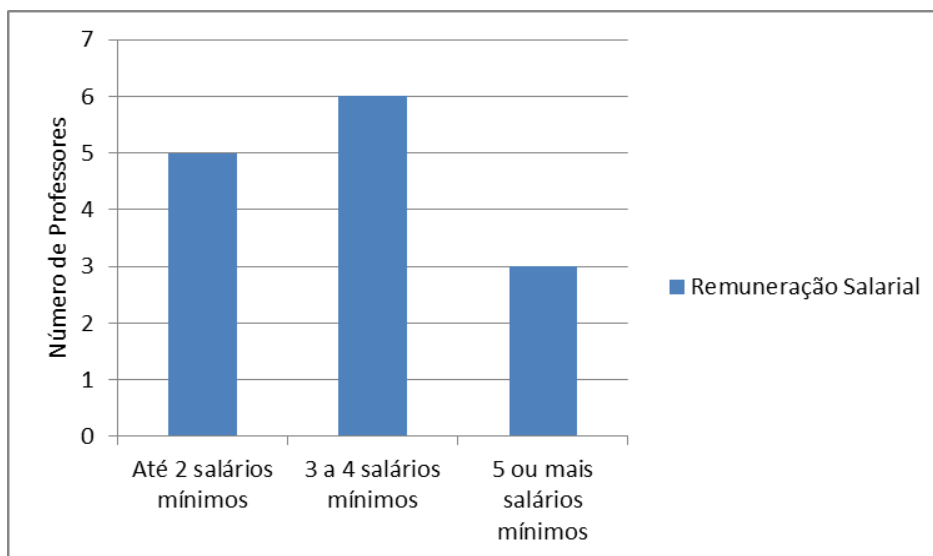
Mello (2000) ressalta a importância dos cursos de graduação em licenciatura como formação inicial para os professores da educação básica, considerando ainda que se estes cursos conseguissem formar profissionais bem preparados, haveria menos gastos com educação continuada podendo esta realizar-se principalmente na escola. Para além disso, esta autora entende a formação inicial “[...] como componente estratégico da melhoria da qualidade da educação básica [...]” definindo-a como uma política pública.

Como mostrado no gráfico acima, as instituições de ensino superior privadas são as principais responsáveis pela formação dos professores desta escola. O curso Normal Superior foi criado com o objetivo de oferecer aos docentes que já atuavam na rede pública de ensino do MS, a formação em nível superior para atuarem na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, este curso foi oferecido pela UEMS de 2000 a 2010.

Sete dos professores estão trabalhando na EEDAC há menos de cinco anos e os outros 11 há mais de cinco anos. Dois professores trabalham na escola há 16 anos. Metade dos professores é efetiva. Não atuam exclusivamente na EEDAC 50% dos professores, uma vez que exercem docência também em escola municipal. Do conjunto, 64% dos professores têm jornada diária de oito horas e 36% de quatro horas.

A remuneração dos professores, segundo informação dos mesmos (gráfico 2), está predominantemente na faixa de 3 a 4 Salários Mínimos²⁰ vigentes.

Gráfico 2. Remuneração salarial dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC (2011)



Fonte: Elaborado para este trabalho tendo como fonte dados levantados em questionário (fevereiro/2011).

²⁰ O valor do Salário Mínimo vigente a partir de 1º março de 2011 é de R\$540,00.

É notável que os professores desta escola não recebem o mesmo nível salarial, a remuneração destes se distribui em três níveis, as causas dessa diferença podem estar na remuneração dos professores em início e no final de carreira que se diferenciam por adicionais de tempo de serviço e também no salário de professores convocados.

Soares (2005) enfatiza a importância de professores bem pagos para a realização do trabalho docente, salientando que este fator contribui para o bom funcionamento da escola, pois os recursos financeiros para pagar os professores e outros funcionários, assim como para aquisição de outros materiais é fundamental. Este autor ainda afirma que nesse aspecto há disparidade entre as escolas públicas e privadas na realidade brasileira.

No município de AM as escolas públicas atraem os melhores professores através da vantagem de trabalho fixo efetivado por concursos públicos. Há somente uma escola privada no município.

Soares (2005) e Cury (2007, p.488) associam a qualificação do docente à qualidade do ensino prestado, indicando que:

[...] a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. Os profissionais da educação, dada a disponibilidade de informações cada vez mais rápidas e disponíveis que, de certo modo, deixam de ser propriedade exclusiva de especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas. (Cury, 2007)

Nestes aspectos este autor caracteriza a formação profissional docente e sua atuação na escola, remetendo as principais exigências do trabalho pedagógico favorável à aprendizagem do aluno.

Quanto à condição de trabalho concernente ao número de alunos por docente, nos anos iniciais do ensino fundamental, na EEDAC ela é, em média, de 27 alunos por sala.

Sobre o tamanho da classe Soares (2005) afirma que as evidências empíricas mostram que principalmente os alunos de baixo capital cultural e aqueles dos níveis de ensino iniciais apresentam melhor desempenho em salas com menor número de alunos, pois assim o professor tem maiores condições de estabelecer contato próximo ao aluno, atendendo-o individualmente. Para tanto este autor considera que o ideal seria, pelo menos, 20 alunos por professor, mas também lembra que a escola pública brasileira está distante dessa realidade.

O quadro docente da Escola caracteriza-se por condições apenas medianas de trabalho. É inferior a 70% a ocorrência de fatores que são considerados fundamentais para que a escola ofereça ensino com qualidade tais como: quadros formados em instituições públicas de

educação superior (geralmente com os melhores resultados nos indicadores oficiais), dedicação a uma só escola e estabilidade.

5. Condições organizacionais e institucionais

Em relação à organização observamos que não há um organograma atualizado, mas sabemos que a EEDAC conta com direção, coordenação pedagógica, Associação de Pais e Mestres (APM), Colegiado Escolar, Conselho de Classe, quadro administrativo, quadro docente e quadro discente.

A APM da EEDAC foi fundada em 06 de junho de 1982, com a finalidade de promover a integração entre o poder público, a comunidade, a escola e a família. Atua no sentido de colaborar para atender às necessidades da escola, gerida por diretoria escolhida por eleição direta a cada três anos. A diretoria da APM é composta por presidente (que deve ser um pai de aluno ou responsável), vice-presidente (que deve ser um professor ou coordenador), um secretário (professor ou coordenador) e um tesoureiro (que deve ser pai ou responsável). Esta Associação também administra os recursos financeiros advindos de repasses federais, estaduais ou municipais, assim como, contribuições voluntárias, convênios com a SED e outros órgãos, doações e outras fontes. (Estatuto, 2008).

A APM tem atuado ativamente na EEDAC, existe um bom relacionamento dessa Associação com os atores escolares, pois devido a escolha dos seus componentes por eleição, estes são conhecidos pela maioria e tem contribuído em relação à aquisição de recursos para a escola, conforme a necessidade, ou para atividades com os alunos, por exemplo, a festa do dia das crianças.

O Colegiado Escolar foi criado em 1991 e está composto por representantes dos segmentos da comunidade escolar, conforme segue: professores (01), coordenadores pedagógicos (01), funcionários administrativos (01), alunos (01), e pais (02). Seus componentes são escolhidos por eleição, com a exigência de que o seu presidente não pode ser o diretor da unidade escolar. A atuação desse Colegiado tem sido no âmbito da gestão escolar, discutindo e propondo formas de melhoramento do trabalho da escola, quando necessário, também pode sugerir formas de aplicação dos recursos financeiros, divulgando semestralmente prestação de contas da aplicação dos mesmos (Regimento, 2008).

Tanto a APM quanto o Colegiado Escolar são organizações que se compõem dos vários segmentos que atuam no âmbito escolar. Os dois são atuantes na EEDAC, cada uma

atuando nas suas funções, contribuindo para atender aos interesses da escola como um todo. Atualmente (2011) o Colegiado Escolar é presidido pela mãe de aluno Vania Costa Machado Berlitz, e a APM, até 2011, foi presidida pela professora dos anos iniciais do ensino fundamental Maristela Zagonel da Silva.

Segundo a opinião da presidente do Colegiado escolar ao avaliar a atuação da EEDAC, considera que vem sendo realizada

Com muita responsabilidade, visando em primeiro lugar o aluno. Um trabalho que todas as escolas e instituições de ensino em geral deveriam fazer.

O Conselho de Classe, definido pelo Regimento Escolar, atua nos assuntos didático-pedagógicos. É constituído pelo diretor, coordenador pedagógico, professores da classe e pelos estudantes ou seus representantes. O Regimento determina que haja reunião ao final de cada bimestre, para acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes, análise de resultados para melhorá-lo. (Regimento, 2010). Para os anos iniciais do ensino fundamental, o Conselho tem sido realizado por turma com todos os professores que nela atuam discutindo os pontos positivos e negativos da turma, sobre os alunos com dificuldades de aprendizagem e de comportamento e as sugestões para a melhoria do trabalho com a turma (Anexo 2).

A proposta pedagógica da escola valoriza o planejamento como parte do processo de ensino-aprendizagem, caracterizando princípios norteadores da sua sistematização, estabelecendo que:

A ideia chave do trabalho de nossa escola respalda-se na relação que se pretende estabelecer com os professores, alunos e os conteúdos de aprendizagem por meio de atividades planejadas cuidadosamente. Essas deverão ser significativas, voltadas para os alunos e os professores, deverão ter o propósito de ensinar, pensar e preparar os alunos para um futuro de resolução de problemas, de tomada de consciência, de decisões e de aprendizagem (Projeto Pedagógico, 2011, p.28).

Em média, os professores dos anos iniciais do ensino fundamental possuem quatro horas semanais para realizar o planejamento didático. Eles afirmaram que o planejamento de ensino é realizado individualmente, com a colaboração da coordenação pedagógica ou com a ajuda de professores que atuam na mesma turma. O espaço destinado aos professores para o planejamento pode ser visto na figura 10.

Considerando as limitações do espaço, a sala acomoda bem os professores, levando em conta que eles somente em horário de planejamento a ocupam conforme o cronograma do horário de aulas. A sala é equipada com ar condicionado, possui cadeiras em quantidade suficiente e, conforme a observação realizada oferece um ambiente de trabalho a salvo de

barulho excessivo. Os professores possuem armário individual para guardar os materiais necessários ao planejamento, dispõem de um computador com acesso à internet e de impressora para seu uso.

Figura 10. Sala dos professores da EEDAC.



Fonte: Registro da pesquisadora.

O planejamento de ensino faz parte da gestão da sala de aula, conduzida pelo professor, expressando o efeito da escola no aprendizado dos alunos e é o professor quem determina esse aspecto (Soares, 2005). Outro fator apontado por este autor é a interação entre os professores, relacionando a importância desse aspecto com a seguinte afirmativa:

A interação entre os professores seja no ambiente escolar, buscando-se a troca de experiências ou a ajuda mútua, seja eventualmente em outros ambientes sociais, cria oportunidades para o desenvolvimento de relações que podem ter enorme impacto institucional, já que formaram a base para uma maneira colegiada de soluções de problemas institucionais.[...] (Soares, 2005, p.185)

Sammons (2008) também aponta a organização eficaz do trabalho de sala de aula como um fator de eficácia escolar, ou seja, que contribui para o sucesso do desempenho da escola.

É possível afirmar que na EEDAC a sistematização do planejamento e a interação entre os professores ocorrem satisfatoriamente, porém poderiam ser mais efetivos se não houvesse entraves burocráticos e sociais como a falta de tempo e as dificuldades de relacionamento entre determinados professores.

O Regimento Escolar existente na escola, em vigor desde 2010, é o mesmo para todas as escolas estaduais, porém pode ser complementado com as regras específicas da escola (conforme anexo 3). As regras acrescentadas pela EEDAC foram elaboradas em conjunto pela

direção, coordenação e professores e tiveram a aprovação do Colegiado Escolar. Essas regras são informadas, por escrito, aos pais, alunos e professores todo início de ano letivo.

O regimento escolar define a gestão escolar como

[...] o processo que rege o funcionamento da Unidade Escolar, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação das questões administrativas e pedagógicas. (Regimento, 2010, p.07).

O Regimento Escolar contempla a questão da qualidade do ensino, na medida em que estabelece normas e regras para os procedimentos dentro da escola, destinadas aos alunos, aos professores, e aos demais funcionários. As regras contemplam principalmente a disciplina em relação à rotina escolar e as responsabilidades dos alunos nas tarefas escolares, trazendo indicações para os pais. Conhecidas por todos, as regras tem o seu cumprimento cobrado por toda a equipe escolar.

O conhecimento e o cumprimento dessas regras escolares colaboram para manter a boa disciplina na Escola, e atuam no sentido apontado por Sammons (2008, p.369) “[...] a disciplina eficaz envolve manter a boa ordem, a aplicação de regras consistentes, justas, claras e bem entendidas e o uso pouco frequente de punição de verdade [...]“. A disciplina eficaz na EEDAC colabora para que o ambiente escolar seja favorável ao bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Através da observação do cotidiano escolar foi possível avaliar que o processo de gestão escolar na EEDAC acontece conforme determina o regimento, pois há tomada de decisões em conjunto, tanto em aspectos administrativos e pedagógicos, embora sempre haja divergências de opiniões, procura-se atender à decisão da maioria. O que a proposta pedagógica contempla em relação ao planejamento das atividades coletivas da escola ocorre regularmente. Podemos considerar ser uma das características da escola a preocupação em desenvolver atividades voltadas primordialmente ao aluno, no intuito de desenvolver suas potencialidades e competências.

No aspecto da avaliação escolar constatamos que, não há um sistema de autoavaliação periódica da escola como um todo, em seu caráter institucional. A coordenadora pedagógica relatou que houve um momento característico, neste aspecto, para fins de elaboração do Projeto Político Pedagógico:

A equipe escolar, pais e alunos colaboraram respondendo questionários que foram analisados e tabulados pela coordenação. Foi realizado um estudo com os professores para a definição da filosofia, metas, objetivos e tendências pedagógicas. Também foi analisada a forma de avaliação da escola.

O Projeto Pedagógico da Escola ressalta a avaliação de caráter diagnóstico, somativo e formativo. As formas de avaliação propostas pelo Projeto subsidiam a tomada de decisões pedagógicas e didáticas no intuito de diagnosticar a realidade, analisando as problemáticas, propondo ações para melhorias que podem resultar de criação coletiva.

A coordenadora pedagógica afirma que a escola não possui um sistema próprio de avaliação, descrevendo o processo realizado pela escola conforme segue:

[...] normalmente, no começo do ano, a gente faz as atividades diagnósticas e cada professor elabora a sua atividade com a ajuda da coordenação. Nos primeiros anos [do ensino fundamental] a gente realiza o diagnóstico em relação ao nível de leitura e escrita. [...] existem avaliações bimestrais que são elaboradas com auxílio das coordenadoras pedagógicas de área, [...] de Português e Matemática, [...]. Elas corrigem e já fazem uma tabulação para identificar onde há dificuldades e o que precisa melhorar. [...] o restante são [...] as avaliações diárias, as avaliações bimestrais, tem a avaliação qualitativa e as avaliações da Sed e do Mec.

A avaliação qualitativa é sistematizada em ficha individual para cada aluno (Anexo 5). Ao longo do bimestre os professores efetuam registros relativos ao processo ensino-aprendizagem e, ao final de cada bimestre, atribuem aos alunos uma nota da avaliação qualitativa.

As entrevistas e as observações no cotidiano escolar mostraram que as avaliações descritas cumprem o caráter previsto na Proposta Pedagógica.

As avaliações diárias compreendem as provas, trabalhos e observações de todo o bimestre, incluindo as tarefas e atividades no caderno. Também expressam uma nota ao final do bimestre que fará parte da média bimestral.

As avaliações bimestrais, também citadas, possuem um calendário elaborado pelos professores, com auxílio da coordenação, que é enviado antecipadamente aos pais, acompanhado de indicação de todos os conteúdos trabalhados no bimestre. Tem-se como pressuposto que, na aplicação desse instrumento de avaliação, não será oferecido ao aluno o atendimento individualizado ou a intervenção do professor para a sua realização.

Para o cálculo da média bimestral (Figura 11) os professores, a partir do 2º ano do ensino fundamental, utilizam a seguinte fórmula:

Figura 11. Fórmula de cálculo da média bimestral na EEDAC

EXEMPLO	Média da Ava. Diária	Avaliação Bimestral	Qualitativa	MAD - Média da Avaliação Diária AB - Avaliação Bimestral
----------------	-----------------------------	----------------------------	--------------------	---

	7,0	4,0	9,0	NB - Nota do Bimestre Q - Qualitativa MB - Média Bimestral
FÓRMULA	$\frac{(MAD + AB) = NB}{2}$ $\frac{(NB \times 9) + (Q \times 1)}{10} = MB$			EXEMPLO $(7,0 + 4,0) = 5,5$ $\frac{(5,5 \times 9) + (9,0 \times 1)}{10} = 6,0$

Fonte: (Projeto Pedagógico, 2011).

No primeiro ano do ensino fundamental esta média não é utilizada porque não há avaliação por notas, tendo em vista que não há retenção de alunos neste ano, a avaliação é realizada pelo preenchimento de ficha avaliativa fornecida pela SED (Anexo 5), com avaliação individual dos alunos em cada bimestre.

Nota-se na figura 11 que os professores usam vários instrumentos avaliativos durante o bimestre, utilizando escores dos testes realizados durante o bimestre também aspectos chamados qualitativos do desempenho do aluno que se referem à organização, responsabilidade, assiduidade e comportamento do aluno registrados diariamente conforme a necessidade tendo em vista as regras escolares. Porém a avaliação do aprendizado se sobrepõe à qualitativa, dando ênfase aos conteúdos do ensino.

O processo de avaliação da EEDAC contempla aspectos da avaliação formativa, pois através das avaliações diárias o professor pode promover a melhoria da aprendizagem do aluno, diagnosticando as suas dificuldades e promovendo ações pedagógicas incidentes sobre elas. Ao final do ano letivo, essa avaliação define a aprovação ou não do aluno mediante a somatória dos resultados.

Esta articulação entre avaliação, planejamento do processo de ensino-aprendizagem e intervenção favorece o desempenho do aluno. Sousa (2007, p.32) ressalta os riscos da ênfase nos resultados nas avaliações, afirmando:

A aprovação/reprovação ganha centralidade nas relações entre professores, alunos e pais, sendo foco das preocupações não a aprendizagem, mas as notas obtidas, o número de pontos ou o conceito necessário para "passar". Esses resultados, tratados sem articulação com o processo de ensino, não se constituem em subsídios para definição de diretrizes e procedimentos de ação, caracterizando-se como produto de um ritual que, apesar de ocupar grande parte do tempo do trabalho escolar, torna-se improdutivo do ponto de vista pedagógico.

Os aspectos até aqui mencionados concorrem para a organização da EEDAC e concorrem para o sucesso da dinâmica escolar, pois vemos que há sistematização da ação

escolar, da aprendizagem e há, também, atuação referenciada em normas conhecidas por todos os envolvidos nos processos escolares.

6. Características da gestão escolar e articulações escolares

A gestão democrática na escola implica principalmente em participação na escola, dos pais, dos alunos, professores, coordenação pedagógica e quando possível de pessoas da comunidade, sob liderança do diretor. Esta participação, quando eficaz, se reflete nas ações (da APM, do Colegiado Escolar e do Conselho de Classe), contribuindo também para a promoção da qualidade da escola.

Consideramos esses encaminhamentos positivos, pois, como afirma Cury (2005, p.493):

A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira [...].

A participação implica no cumprimento dos atores escolares e da comunidade do seu papel social e cidadão frente à instituição pública escolar cuja importância para a sociedade é inegável.

Nos processos de gestão, tem papel de destaque a diretora escolar cuja liderança é reconhecida pelo coletivo e cultiva relações baseadas no respeito, no diálogo, na tomada de decisão conjunta, no estímulo à participação e ação colaborativa, no chamamento ao cumprimento das responsabilidades e das regras estabelecidas. Em situações peculiares, a diretora sabe agir adequadamente, tomando as decisões mais apropriadas conforme às necessidades.

Cada profissional da Escola conhece bem as suas funções. Há articulação entre os profissionais e disposição de colaborarem uns com os outros no atendimento às necessidades dos alunos. Todos procuram saber o que acontece na escola, encaminhar demandas aos respectivos responsáveis e expressam disposição para o trabalho cooperativo.

A relação da EEDAC com outras escolas, principalmente da rede estadual de ensino, é de articulação, troca de ideias e cooperação, mais frequentemente no âmbito de atuação da direção e da coordenação pedagógica.

A Escola é uma instituição muito bem vista pela SED, conforme afirma a diretora. Isso foi conferido através de observação do cotidiano. A diretora também relata que faz contatos frequentes com funcionários desse órgão com os quais mantém boas relações, e é bem tratada.

Mas segundo a diretora, a Escola não recebe nenhum incentivo da SED pelos seus resultados e desempenho, além da cordialidade.

A comunidade a que a EEDAC atende responde positivamente às demandas escolares e as relações se estabelecem sem dificuldades. Colabora com doações ou participando do que a Escola promove como a venda de rifas, venda de pizzas, ou outras ações. Há solidariedade, disposição em colaborar quando solicitado pelas gestoras e professores da escola. A comunidade respeita e acolhe as normas de funcionamento da escola.

O processo de eleição para direção escolar, APM e Colegiado Escolar ocorre na escola de acordo com as regras e normas da SED, sendo que somente a eleição para a direção ocorre num mesmo período para todas as escolas estaduais de MS. Podemos dizer que estes processos são democráticos, havendo na EEDAC participação razoável da comunidade escolar. Todos os pais, professores, alunos e funcionários são informados do que acontece na Escola e se envolvem de maneira significativa.

Sendo assim, caracterizamos a gestão escolar da EEDAC como democrática, pois atende à maioria dos interesses da comunidade escolar, tendo como foco principalmente o aluno. Há elevado grau de compromisso dos segmentos escolares com a gestão da escola, boa comunicação e interação dos gestores com os demais profissionais, predominando assim a ação democrática.

O que ocorre na EEDAC é consonante ao conceito de gestão democrática, formulado por Souza (2009, p.125-126):

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

7. A coordenação pedagógica

A coordenação pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental atualmente é exercida por professora cujo processo de designação foi por ela descrito como segue:

A diretora e a coordenadora que ocupava o cargo anteriormente, antes de sua aposentadoria, realizaram o convite. Não havendo interesse de nenhum

[outro] professor, aceitei com prazer. Então foi realizada uma reunião com o Colegiado Escolar e em seguida enviei o Plano de Ação para a SED.

O Plano de Ação da coordenadora pedagógica, mesmo sendo discutido e aprovado na escola, foi encaminhado para a SED anexado ao processo administrativo encaminhado para que ela pudesse ocupar este cargo, tendo em vista que a mesma é efetiva no cargo de professora dos anos iniciais do ensino fundamental.

A coordenadora tem voltado as suas ações principalmente para a articulação da escola com os pais tendo em vista o acompanhamento dos alunos. Por isso mesmo, consegue saber que a participação dos pais na educação dos seus filhos tem sido muito boa. A proximidade com alunos e pais lhe permite contribuir para o aprimoramento do trabalho pedagógico da escola, uma vez que lhe possibilita o reconhecimento das necessidades para melhor auxiliá-los. Considera isso um aspecto positivo da coordenação, sendo a falta de tempo para cumprir os serviços burocráticos o aspecto negativo.

Cabe esclarecer que a carga-horária da professora coordenadora é de vinte horas de trabalho na EEDAC. E, ainda, que a promoção da formação continuada não é tarefa que lhe caiba realizar. Sua atuação junto aos professores tem sido no intuito de acompanhá-los no planejamento, dando sugestões de atividades e recursos, assim como buscando conhecer o desenvolvimento dos alunos segundo o relato dos professores, tomando providências junto aos pais conforme necessário.

Consideramos que o trabalho da coordenação pedagógica se relaciona com a questão da qualidade de ensino, na medida em que ela está preocupada com o desenvolvimento do aluno, tendo-o como principal foco do seu trabalho, atendendo suas reais necessidades, contando também com o apoio da família. Isso mais por iniciativa da escola em cobrar a participação e presença dos pais, do que por iniciativa das próprias famílias. Entendemos que isso confirma ser importante estimular a presença dos pais na escola e a articulação das ações da família e da escola.

A forma como tem se dado a coordenação pedagógica na EEDAC segue a linha apontada por Lima e Santos (2007 p. 83-84):

A coordenação pedagógica em seu sentido estrito, conseqüentemente, não caracteriza-se como dimensão mecânica e centralizadora, definidora da relação mando-submissão alienando-se das questões contextuais que inquietam professores, alunos e comunidade; muito pelo contrario, garante o espaço da dialogicidade fortalecendo a vitalidade projetiva do agrupamento de atores sociais, atendendo as perspectivas da comunidade extraescolar na luta por uma educação de qualidade e primando pela superação dos obstáculos que inviabilizam as ações coletivas.

A prática tem confirmado a importância da mediação e do diálogo em detrimento do autoritarismo nas relações de modo que a coordenação pedagógica cumpre o seu papel satisfatoriamente, apesar de dificuldades e dos desafios do cotidiano escolar.

8. A dimensão do atendimento e a população atendida

A EEDAC é uma unidade de pequeno porte que, em setembro de 2011, atendia a um total de 612 alunos, sendo 276 (45%) nos anos iniciais do ensino fundamental, 244 (40%) nos anos finais desse ensino e 92 (15%) no ensino médio. A falta de prédio próprio tem impossibilitado a escola de ampliar o seu atendimento (Tabela 15), além de outras limitações apontadas anteriormente.

Tabela 15. Matrículas no ensino fundamental e médio da EEDAC (2000, 2005 e 2010)

Abrangência	2000	2005	2010
Anos iniciais do ensino fundamental	233	250	299
Anos finais do ensino fundamental	282	270	274
Ensino médio	-	-	105

Fonte: EEDAC

Evidenciamos que a demanda de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de 2000 a 2010 aumentou na proporção de 28,3%, enquanto que nos anos finais do ensino fundamental houve queda nas matrículas neste período (-2,83%). Porém a partir de 2008 a escola contou com a construção de duas salas de aula, para aumentar o número de matrículas, mas passou a oferecer o ensino médio, fator que pode ter contribuído para diminuir as matrículas nos anos finais do ensino fundamental. Outro aspecto que podemos considerar é o aumento do ensino fundamental para nove anos. No entanto o crescimento total da escola é considerável visto que o aumento das matrículas de 2000 a 2010 foi de 31,6%.

A escola se defronta com forte demanda social pela sua ampliação. Até o ano de 2010 a matrícula de alunos novos se dava em meio à disputa de vagas, ocasionando filas de pais acampados em frente da escola ante o menor indício de que o processo de matrícula seria aberto (Figura 12).

Figura 12. Pais à espera da abertura de matrícula na EEDAC (2009)



Fonte: EEDAC

A partir de 2011, a direção da escola passou a distribuir senhas na véspera da abertura da matrícula, após divulgação na rádio local. A fila deixou de existir, mas a disputa por vagas permanece, pois não há como atender a toda demanda. Conforme antes mencionado, essa é uma demanda que não encontrou uma resposta positiva do estado.

Observamos ainda que essa alta demanda que a escola possui não está relacionada a divulgação dos indicadores do Ideb, pois antes mesmo da sua existência, já havia grande procura de pais de alunos, para matricular os filhos nesta escola.

A principal justificativa para a procura da escola é a sua qualidade, embora também pese o fato de se encontrar próxima à residência dos que a buscam, conforme as manifestações abaixo sobre por que as famílias escolheram matricular seus filhos na EEDAC.

Primeiro, porque é a melhor escola que a gente tem [referindo-se à Amambai] de que eu tenho conhecimento. (Mãe 1)

[...] pelo conceito que ela vem tendo, já há anos, de ser uma ótima escola, de estar sempre cobrando dos alunos atitude e postura corretas e, também, outro fato foi o de eu morar aqui perto. Mas, acredito que a primeira justificativa pesou mais na escolha da escola. (Mãe 2)

Por ser uma escola pública acho que ela tem a oferecer e os alunos a ganhar muito, por isso que ele está aqui. Gosto muito da escola, dos professores e, assim, de um modo geral, porque também é muito bem vista pela cidade. (Mãe 3)

Bom, porque a escola tem um nível muito bom no seu quadro de professores. Os professores são muito competentes e é uma escola em que realmente as crianças aprendem. A metodologia utilizada aqui é totalmente voltada para o aprendizado. (Mãe 7)

Podemos considerar que a situação apresentada compõe uma peculiaridade da realidade em que a análise se apresenta, pois os pais têm condições de fazer a escolha pela escola que acreditam ser a “melhor” para a educação dos seus filhos. Isso faz com que a escola ganhe destaque na localidade.

Mello e Souza (2005, p. 100), relacionando indicadores de qualidade da escola e demanda da população por educação, afirmam que:

[...] A demanda das famílias por educação é determinada pelas aspirações educacionais, pela renda e pela disponibilidade de vagas em escolas minimamente atraentes. Essas aspirações influenciam a decisão de colocar o filho na escola e definem o envolvimento familiar no processo educacional, expresso no apoio aos estudos. Como se sabe, este é um insumo crítico para o sucesso educacional dos filhos ao retratar influências como o ambiente cultural, familiar e o grau de estímulos favoráveis ao estudo.

A questão da escolha da escola para os filhos foi contemplada no estudo realizado por Freitas e Real (2001) cujo objetivo foi investigar como pais de alunos das classes médias do município de Dourados (MS) explicavam a opção pelo ensino fundamental público ou privado. Buscavam analisar quais eram as demandas dessas classes à escola pública e se a política educacional as vinha contemplando ou não. Estatísticas educacionais mostravam que, nos anos 1990, as matrículas nas escolas privadas declinaram e aumentaram nas escolas públicas. Mas, mostravam que, ainda assim, havia aumentado o número de estabelecimentos de ensino privado, principalmente os de médio e pequeno porte. Nestes estabelecimentos foram identificados e entrevistados pais que haviam transferido seus filhos de escolas públicas. Nas escolas públicas tradicionalmente buscadas pelas classes médias as pesquisadoras entrevistaram pais cujos filhos procediam de escolas privadas. As autoras constataram que a opção pela escola pública deveu-se a dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias. A opção pela escola privada devia-se à insatisfação com a escola pública devido a um currículo mínimo, à falta de segurança, ao ensino realizado sem atendimento às necessidades individuais dos filhos, à ocorrência de greves, faltas e trocas de professores. Essas demandas não atendidas pelas escolas públicas também não encontravam na política educacional ressonância. O estudo concluiu que as políticas públicas de educação não eram eficazes em atender as demandas das classes médias para a escola pública.

No município de Amambai a preferência pelos estabelecimentos privados não se verifica, tanto se considerarmos a quantidade destes como o número de alunos matriculados. As demandas das classes médias e classes proprietárias são, no geral, direcionadas às escolas públicas estaduais, com destaque para a EEDAC que é reconhecida na comunidade como a

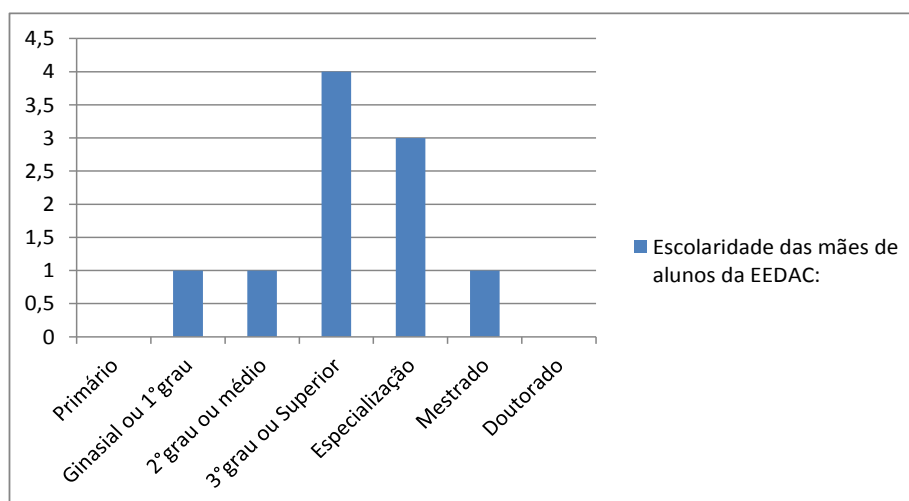
escola dos filhos das elites locais. Assim, procuramos conhecer características das famílias dos alunos do ensino fundamental da EEDAC.

Quanto ao nível de instrução das famílias dos alunos da EEDAC, a observação amostral mostrou que são pessoas bem esclarecidas que procuram sanar as dúvidas e demonstram interesse pelo trabalho da escola. Conforme mostra o Gráfico 3, das dez mães de alunos entrevistadas, a maioria possui formação em nível superior e compreende a importância da educação na vida da criança. Dentre essas dez mães, nove afirmaram que a sua formação aconteceu em instituição pública, somente uma teve a maior parte da sua formação na rede privada de ensino.

Esta característica verificada pode também ser confirmada pela afirmação seguinte de uma das professoras que atua na escola, quando questionada sobre a participação dos pais na educação dos filhos:

O que eu percebo é uma preocupação maior com os alunos em comparação com as outras escolas que eu já trabalhei, os pais tem um nível educacional acho que mais elevado, então eles dão uma importância maior ao conhecimento, é claro que a gente tem as exceções, mas a maioria, a grande maioria eles são mais atuantes, participativos, toda vez que a gente solicita a presença eles vem, são raras exceções que a gente observa do contrário.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade de dez mães de alunos da EEDAC em 2011



Fonte: Elaborado para este trabalho tendo como fonte dados levantados em questionário (fevereiro/2011).

Observamos predominar na amostra o nível superior de formação escolar. Nesse entendimento origens familiares de pais com bom nível educacional, valorizam mais as ações

da escola e proporcionam aos filhos melhores condições que favorecem o desempenho escolar (Carnoy, Gove e Marshall, 2009, p.26).

Com relação ao trabalho que realizam como profissão, ocupação ou atividade produtiva, foi possível identificar que três são professoras, duas donas de casa, uma estudante, uma administradora, uma comerciária, uma exerce atividade autônoma e uma é assistente social. No conjunto, predominou na amostra a profissão professor.

Conforme esclarecido na introdução deste trabalho, várias mães não se dispuseram a colaborar para esta pesquisa. As mães professoras se mostraram receptivas, assim são em maior número na amostra. Cabe ainda esclarecer que estas não possuem relação docente com a EEDAC e que não houve da parte desta pesquisadora qualquer intervenção no sentido de levá-los a compor a amostra da pesquisa.

A faixa de renda mensal da família mostrou o seguinte perfil no conjunto observado: duas mães declararam renda familiar na faixa de três a quatro salários mínimos; cinco na faixa de cinco a seis salários mínimos; uma mãe na faixa de sete a oito salários mínimos; e duas com renda acima de quinze salários mínimos. Portanto, a amostra indica famílias com condições socioeconômicas razoáveis (80% acima de cinco salários mínimos).

As características familiares positivas apontadas, sem dúvida, operam favoravelmente ao ensino oferecido pela EEDAC, de modo que a atuação e resultados desta unidade escolar se beneficiam da situação comentada Oliveira, Dourado e Santos (2004, p.13):

Estudos mostram que até mesmo a visão que se tem da escola na comunidade e no sistema educativo, e que leva os usuários à escolha da escola e mantém motivações para sua permanência, influencia na aprendizagem e na produção de uma escola de qualidade social para todos. Isso também acaba contribuindo na expectativa de aprendizagem na escola pelos professores, pais e alunos, que aceitam como *normal* e *natural* um determinado padrão de aprendizagem para parte dos estudantes.

Tanto pela cultura local, quanto pelos próprios resultados que a escola vem apresentando, as expectativas de pais, professores e alunos são evidentes. Quanto ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, os pais sabem que seus filhos serão cobrados a bons resultados e os alunos são também conscientes quanto isso, respondendo às expectativas que lhes são apresentadas. Claro que há exceções, mas a equipe escolar não se acomoda diante da situação, procurando saber os motivos pelos quais o aluno não responde aos desafios apresentados pelo professor, buscando alternativas para a solução do problema, na maioria das vezes junto à família, quando esta se dispõe a colaborar.

Quanto ao tamanho da formação familiar, observamos predominar na amostra a existência de poucos filhos. Seis famílias possuem dois filhos, duas apenas um filho, uma tem

três e uma quatro filhos. Considerando o nível de renda, antes apontado, observamos haver condições para o oferecimento de um bom nível de formação aos filhos.

No que se refere aos recursos que a família disponibiliza aos filhos em casa, podemos identificar que são bastante variados e possuem condições de proporcionar um ótimo nível de conhecimento aos filhos em complemento às ações escolares, como indicam os dados do Quadro 3.

Quadro 3. Recursos disponibilizados pelas famílias aos filhos que estudam na EEDAC											
FAMÍLIAS:	RECURSOS										
	Livros de literatura infantil ou juvenil	Revistas de notícias	Revistas especializadas (em ciências, geografia, história, artes, saúde)	Revistas em quadrinhos	Jornal local	Jornal regional e/ou estadual	Jornal Nacional	Computador	Acesso à internet	Jogos eletrônicos	Filmes em DVD
Família 1	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X
Família 2	X			X				X	X	X	X
Família 3	X	X	X	X	X			X	X	X	X
Família 4	X							X	X	X	X
Família 5	X	X		X	X			X	X	X	X
Família 6	X	X	X		X			X	X	X	X
Família 7	X	X			X	X	X	X	X		X
Família 8	X			X				X	X	X	X
Família 9	X			X	X				X		X
Família 10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado para este trabalho tendo como fonte dados levantados em questionário (fevereiro/2011).

Levando em conta que todos os alunos possuem livros em casa e a maioria tem acesso a revistas e jornais, percebemos que o hábito de leitura também é estimulado em casa, somando e contribuindo com o trabalho realizado pela escola anteriormente mencionado. Todos os alunos possuem acesso à internet e a maioria possui computador, condição que não é proporcionada pela escola, conforme visto. Na maioria dos casos, a iniciativa familiar supre

Mãe 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mãe 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mãe 4	X		X	X	X	X		X	X	X
Mãe 5		X			X					
Mãe 6			X	X	X	X	X	X		X
Mãe 7	X	X	X	X			X	X	X	
Mãe 8	X	X		X	X	X	X			X
Mãe 9	X			X		X				
Mãe 10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Total	8	7	7	9	8	8	7	7	6	7

Fonte: Elaborado para este trabalho tendo como fonte dados levantados em questionário (fevereiro/2011).

A dedicação aos estudos foi a característica mais mencionada seguida pela inteligência, organização, capricho e satisfação em ter bom desempenho escolar. A característica menos frequente, na amostra, foi a facilidade de lidar com as atividades escolares.

A alta frequência de assinalamento em todos os itens indica que as mães tendem a atribuir aos próprios filhos o mérito pelo bom desempenho escolar. Somente duas mães assinalaram menos do que cinco dos itens apresentados.

Caracterizamos nesta seção a população atendida pela EEDAC, levantando os aspectos socioeconômicos e culturais que podem influenciar no processo de ensino-aprendizagem, verificando que os alunos são, na maioria, privilegiados quanto a esses aspectos. As famílias têm condições de suprir-lhes as necessidades que a escola não consegue, ou, por algum motivo, tem dificuldade de atender. A condição favorável dos alunos é, sem dúvida, um dos fatores que concorrem para o bom desempenho da EEDAC.

9. Detalhamento dos indicadores oficiais da EEDAC

Conforme visto em capítulo precedente, contamos hoje com dados gerados e disponibilizados pelo Inep por meio de levantamentos estatísticos anuais (Censo escolar) e de avaliações em larga escala, destacadamente a Prova Brasil. Esta, desde 2005, ofereceu dados também para a escola, além dos fornecidos para redes escolares, sistemas de ensino,

municípios, estados, País. Com esses dados observamos a EEDAC da perspectiva dos indicadores oficiais de fluxo escolar e desempenho cognitivo dos alunos.

Na Tabela 16, trazemos dados que mostram o comportamento dos indicadores aprovação, reprovação, abandono, proficiência em Língua Portuguesa (leitura) e em Matemática (cálculo e resolução de problemas).

Tabela 16. Indicadores de fluxo e desempenho no ensino fundamental da EEDAC (2000, 2005, 2007, 2009, 2010)

EF	Indicadores	2000	2005	2007	2009	2010
Anos iniciais	Aprovação	94,9%	94,8%	97%	93,7%	95,2%
	Reprovação	5,1%	5,2%	3%	6,3%	4,8%
	Abandono	0	0	0	0	0
	PB – Leitura	-	206,72	215,83	241,86	-
	Prova Brasil - Matemática	-	218,39	254,44	269,35	-
Anos finais	Aprovação	88,5%	90,5%	73,7%	81,5%	76,2%
	Reprovação	21,3%	9,5%	26,3%	18,5%	23,8%
	Abandono	1,2%	0	0	0	0
	PB – Leitura	-	268,71	288,55	287,61	-
	Prova Brasil - Matemática	-	292,06	306,60	309,19	-

Fonte:Inep e EEDAC.

A partir dos dados da tabela acima, podemos comparar os indicadores da EEDAC em relação aos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em relação à aprovação vemos que, nos anos iniciais, esta taxa não foi menor que 93% na década, nos anos finais ela variou de 73,7% a 90,5%.

O abandono escolar foi observado somente nos anos finais do ensino fundamental no ano 2000, situação que pode estar associada a campanhas de valorização do ensino que foram encaminhadas por diversos atores sociais, principalmente o Estado e as mídias de massa.

A EEDAC apresenta nas avaliações da Prova Brasil bons níveis de proficiência tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Nos anos iniciais vemos que, a cada período, há crescimento nos níveis. Nos anos finais também houve crescimento no nível de proficiência em Matemática, porém em Língua Portuguesa houve pequena queda de 2007 para 2009.

Os resultados obtidos pela EEDAC devem ser ainda considerados em relação às condições de oferta do ensino como a quantidade de aluno por turma (AT), horas diárias de efetivo trabalho escolar com os alunos (HT) e percentual de professores com formação em

nível de educação superior (DES). Os seus indicadores devem ainda ser vistos em relação aos da dependência administrativa estadual no município de Amambai, no estado (MS) e Brasil. Para isso, a Tabela 17 traz dados de 2005, 2007 e 2009 quando as diretrizes e políticas deram ênfase à melhoria da qualidade do ensino fundamental, conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho.

Tabela 17. Indicadores de fluxo e desempenho escolar e condições de oferta dos anos iniciais do ensino fundamental estadual para Brasil, MS, Amambai e a EEDAC (2005, 2007 e 2009)

Ano	Abrangência	TA	LP	MT	IDEB Estadual	DIS	AT	HT	DES
2005	Brasil	84,4	176,07	182,25	3,9	27	28	4,3	56,8
	MS	77,8	171,60	178,40	3,6	27,9	24,8	4,1	87,4
	AM	76,5	177,62	187,72	3,9	26,5	25,3	4,0	87,1
	EEDAC	94,5	206,72	218,39	5,6	03,3	28,8	4,0	80,0
2007	Brasil	84,6	175,96	192,95	4,3	24,6	26	4,4	61,6
	MS	83,7	175,05	192,42	4,1	23,4	23,1	4,1	83,6
	AM	79,3	195,60	214,93	5,1	25,0	23,8	4,0	70,9
	EEDAC	97,0	215,83	254,44	6,6	02,6	23,2	4,0	91,7
2009	Brasil	87,3	186,22	207,12	4,9	18,6	25,3	4,4	62,9
	MS	84,5	186,31	205,58	4,5	19,3	25,5	4,2	87,1
	AM	84,9	213,63	236,45	5,9	23,9	26,8	4,1	80,7
	EEDAC	93,7	241,86	269,35	7,0	3,1	28,7	4,3	86,7

Legenda: TA- Taxa de aprovação; LP – Nota da Prova Brasil em Língua Portuguesa; MT – Nota da Prova Brasil em Matemática; DIS – Distorção idade/série; AT – n. aluno/turma; HT –horas-aula diária; DES – professores com ensino superior.

Fonte: Inep (2011).

Os indicadores relacionados na tabela acima apontam condições mais favoráveis na EEDAC em relação aos níveis municipal, estadual e nacional na maioria dos aspectos. As taxas de aprovação na EEDAC são superiores, embora tenha havido queda em 2009. Os resultados tanto em Língua portuguesa quanto em Matemática na Prova Brasil cresceram continuamente, assim como o Ideb. As taxas de distorção idade/série são as que apresentam maior disparidade em relação aos outros contextos, embora a média de alunos por turma tenha aumentado em 2009 superando a média nacional.

A média de horas-aula diárias para os anos iniciais apresentou aumento no indicador em 2009, embora ainda esteja abaixo da média nacional.

Quanto à formação docente, apresentada no indicador de docentes com ensino superior, a melhor ocorrência foi registrada no ano de 2007, pois em 2009 houve queda neste indicador que ficou abaixo da média estadual, embora superando a média nacional e municipal.

Isto mostra que a escola supera seus desafios de trabalhar com a falta de estrutura adequada, com turmas numerosas, e mesmo assim consegue avançar nos indicadores de rendimento, em relação aos anos iniciais do ensino fundamental.

Em resumo, apresentamos neste capítulo a caracterização da EEDAC como instituição escolar e sua prestação dos anos iniciais do ensino fundamental, contextualizando a escola no município em que se situa, assim como no estado de MS. Verificamos assim algumas peculiaridades desta escola no município, como as condições socioeconômicas da população a que atende, a falta de prédio próprio, a valorização cultural da escola como instituição que oferece um ensino de qualidade, conduzindo assim a uma grande demanda de alunos.

A EEDAC é uma escola que apresenta condições e características favoráveis ao alcance de bons resultados no atendimento aos anos iniciais do ensino fundamental. Entre as condições destacam-se as relativas à população atendida que dizem respeito ao nível socioeconômico favorável. Entre as condições escolares destacam-se quadro docente com formação de nível superior, organização e clima escolar.

São características da Escola que parecem atuar favoravelmente no seu desempenho a disciplina, a gestão democrática, a participação dos pais, a liderança da diretora, o foco no aluno e no seu aprendizado, entre outras.

No próximo capítulo, situaremos suas principais ações e estratégias em favor da qualidade de ensino promovida, analisaremos os seus indicadores de qualidade e compararemos com outros estudos nesta mesma perspectiva.

Capítulo IV

A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA

No capítulo anterior, caracterizamos a EEDAC, suas condições de trabalho, organização, gestão, profissionais e população atendida, além de analisar o seu desempenho em indicadores oficiais. Desenvolvemos este capítulo com o objetivo de sistematizar os principais indicadores de qualidade da escola que constatamos, por meio desta pesquisa, ao analisar ações escolares e a avaliação que atores escolares e pais de alunos fazem da qualidade do ensino prestado pela Escola. Temos, ainda, o propósito de cotejar os nossos achados com outros estudos disponíveis.

Para tanto, analisamos dados obtidos por meio de entrevistas e de questionários aplicados na investigação de campo, assim como dados obtidos por meio de observação de documentos escolares, do ambiente e de rotinas escolares. Também, consultamos pesquisas que trouxeram apontamentos sobre indicadores de qualidade do ensino no contexto brasileiro.

Organizamos o capítulo em cinco seções, primeiramente apresentando as ações da EEDAC que são voltadas à promoção da qualidade, em seguida caracterizando a qualidade da Escola na avaliação dos atores escolares e dos pais. Na quarta seção apontamos o quadro de avaliação da qualidade da escola revelado na pesquisa e finalmente confrontamos esses resultados com os de outras pesquisas.

1. As ações escolares voltadas à promoção da qualidade

Para caracterizar as ações escolares desenvolvidas no âmbito da EEDAC, primeiramente buscamos compreender a concepção de qualidade das gestoras escolares.

A diretora assim caracteriza uma escola de qualidade:

É aquela escola que atinge seus objetivos, que faz com que a gente entregue pra sociedade alunos com boa formação, com bons resultados.

Para a coordenadora pedagógica a escola de qualidade fundamenta-se no:

[...] comprometimento de todos, de toda a equipe pedagógica, de todos os funcionários que atuam na escola, [...] dos pais e dos alunos. Então é aquela que se preocupa com a aprendizagem de conteúdos mesmo científicos, conteúdos mais elaborados, mas também se preocupa com questões de formação, de valores, de mudança de atitudes, de comportamento, e que tem também uma preocupação social: que os alunos consigam realmente aprender esses conteúdos formalizados e usá-los no meio em que eles vivem. [...] um comprometimento de todos com a questão da aprendizagem. Não é só uma questão de governo, mas é um comprometimento de pais, professores e alunos, desde a zeladora, a merendeira, a inspetora, todos tem que se unir, falar numa mesma língua [...] pra que a gente efetive realmente a aprendizagem das crianças.

Vemos assim que aspectos relacionados ao comprometimento com o bom desempenho do aluno, a priorização da aprendizagem e a articulação entre os profissionais da escola, tendo em vista a aprendizagem, são destaques nos conceitos das gestoras.

Para a sistematização do processo de ensino-aprendizagem comprometido com o atendimento às necessidades do aluno, observamos que os professores procuram se utilizar de situações didáticas diversificadas, usam recursos variados. Dentre os principais recursos citados pelos professores estão: projetor de slides, aparelho de som, sólidos geométricos, Material Dourado, disco fracionário, relógio, televisão, DVD, jogos pedagógicos, livros, retroprojetor, jornais, revistas, fantoches e atividades impressas e xerocopiadas.

Observamos no Anexo 7, figuras de algumas das situações didáticas em que são utilizados recursos diferenciados, levando em conta que há o subsídio da coordenação e da direção para o efetivo uso desses recursos. Eles estão disponíveis para que cumpram sua função, auxiliando a aprendizagem, tornando-a significativa e despertando o interesse dos alunos.

De fato, poder utilizar os materiais é fundamental e isso a gestão da EEDAC assegura a professores e alunos.

Observamos que, apesar da dificuldade do mobiliário inadequado, a aula, utilizando materiais diversificados como o material dourado, é realizada por iniciativa do planejamento docente. A interação dos alunos com o recurso didático favorece a atenção e o interesse dos alunos, promovendo aprendizagem mais significativa que aquela baseada na memorização.

Também verificamos a dedicação dos professores e da coordenação pedagógica em realizar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos. Há preocupação com a existência de defasagens. A coordenadora pedagógica afirma que as coordenadoras de área (Língua Portuguesa e Matemática) colaboram bastante, pois auxiliam o professor no planejamento,

procuram atividades de reforço nos conteúdos que os alunos apresentam mais dificuldade. Essas coordenadoras são funcionárias que atuam por meio do Projeto “Além das Palavras”, iniciado em 2009 na Escola por determinação da SED. Elas são remuneradas para tal função e possuem habilitação específica em Letras e Matemática conforme a área que atua, dando ênfase nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Caso o problema seja individual os pais são chamados e lhes é solicitado auxílio em casa, ou, quando têm condições, que coloquem em aulas particulares de reforço.

Na figura 13, vemos a coordenadora da área de Língua Portuguesa realizando a avaliação do nível de leitura dos alunos, considerando aspectos como dicção, número de palavras lidas por minuto expressão e compreensão da leitura. Este trabalho é feito com todos os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Figura 13. Avaliação individual do nível de leitura (2009).



Fonte: EEDAC.

A foto mostra que a atividade é realizada em lugar impróprio. A coordenadora e o aluno estão no corredor, o aluno está mal acomodado e o trabalho pode ser afetado pelo barulho daqueles que por ali transitam. Certamente essas condições podem interferir no desempenho do aluno.

Considerando as dificuldades de aprendizagem existentes, a escola procurou oferecer, no ano 2009, aulas de reforço para os alunos dos anos iniciais (figura 14), mas os seus pais deveriam cobrir a despesa com a contratação de professora para esse trabalho. Houve dificuldade de se manter o pagamento da professora e essa iniciativa não teve prosseguimento. Atualmente as coordenadoras de área de Língua Portuguesa e Matemática oferecem aulas de reforço aos alunos dos anos iniciais, no contra turno de frequência às aulas,

porém somente uma vez na semana e para poucos alunos selecionados pelos professores da turma, geralmente os alunos que possuem menores notas.

Observamos ainda que, na proposição das atividades didáticas, os professores procuram estabelecer a participação efetiva dos alunos, tornando a aprendizagem mais significativa.

Figura 14. Aulas de reforço aos alunos os anos iniciais do ensino fundamental (2009)



Fonte: EEDAC

Esta parece ser uma medida interessante, pois colabora para suprir as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem, auxiliando o aluno na tarefa de conseguir o sucesso escolar. Carvalho (2004, p.95) considera a atuação da família como fundamental para esse processo:

[...] No contexto brasileiro da jornada escolar de meio período, percebia a família na base tanto do sucesso quanto do fracasso escolar, ao compensar (ou não) as deficiências escolares e as dificuldades dos estudantes, oferecendo (ou não) alguma forma de reforço escolar, conforme a classe social (capital econômico e cultural) e o tipo e qualidade da escola (privada ou pública, mais ou menos exigente). [...]

Na proposta da EEDAC também é decisiva a iniciativa dos pais, pois mesmo que os professores indiquem a necessidade de reforço escolar, cabe aos pais oferecê-lo, já que não é uma proposta regular da escola pública. Como bem mencionada a autora afirma, tudo depende das condições socioeconômicas dos pais e da qualidade da escola.

Isto também é apontado por Dourado e Oliveira (2009, p.210) como um fator intraescolar de qualidade do ensino, delimitado ao plano do aluno, pois com aprendizagem

significativa assegura-se a permanência e o sucesso do aluno na escola. Os autores consideram que essas condições são:

[...] adequadas à diversidade socioeconômica e cultural e à garantia de desempenho satisfatório aos estudantes; consideração efetiva da visão de qualidade que os pais e estudantes têm da escola e que levam os estudantes a valorarem positivamente a escola, os colegas e os professores, bem como a aprendizagem e o modo como aprendem, engajando-se no processo educativo; processos avaliativos, centrados na melhoria das condições de aprendizagem, que permitam a definição de padrões adequados de qualidade educativa e, portanto, focados no desenvolvimento dos estudantes [...].

A escola desenvolve projetos ao longo do ano letivo, como, por exemplo, o projeto de aulas de xadrez (Anexo 7) do qual participam alunos dos 4º e 5º anos, a partir do segundo semestre, nas aulas de Educação Física. O projeto “Incentivando a leitura para melhorar a escrita e a interpretação” é desenvolvido, ao longo de todo ano letivo, em todas as turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. O projeto “Educando o motorista do futuro”, com o tema trânsito, o projeto “Comunidade consciente, indivíduo cidadão”, sobre o tema meio ambiente, o projeto “Viva as diferenças” com o tema da cultura afro-brasileira, os projetos “Comitê do Bullying” e “Comitê da Dengue” também destinados a todos os anos e realizados interdisciplinarmente ao longo do ano letivo.

Com o intuito de motivar os alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental a melhorarem as suas médias de desempenho escolar, a Escola ofereceu, a partir do ano 2011 a quem obtivesse média acima de 7,0, o “Certificado Fera”.

A entrega desses “certificados” é positiva no sentido de incentivar os alunos a melhorar suas notas, dedicando-se mais aos estudos e a ter compromisso com as responsabilidades escolares, pois há alunos que ainda não agem sob esta motivação. Porém essa prática pode induzir os alunos a agir induzidos pelo estímulo externo, o que pode desqualificar o processo ensino-aprendizagem desenvolvido na escola, pois a motivação dos alunos será apenas pela busca de melhores notas e não pela satisfação em aprender. Outra observação realizada desta prática consiste no fato de que os alunos do 1º ano do ensino fundamental sentem-se frustrados por não receber tal prêmio, uma vez que não possuem notas.

Ao analisar as ações desenvolvidas na EEDAC mediante a observação no espaço escolar, podemos afirmar que a maioria delas são positivas e contribuem para a qualidade do ensino, pois são promotoras da aprendizagem significativa e contribuem para que os alunos tenham expectativas positivas em relação à escola (Dourado e Oliveira, 2009).

Observamos que além das práticas didáticas mencionadas, essas ações escolares estão subsidiadas pelas práticas de gestão da direção e coordenação pedagógica. Mostrando-se organizada e disciplinada a diretora da EEDAC conduz sua equipe dentro destes mesmos parâmetros, induzindo também a boa gestão da sala de aula.

Pode parecer que essa postura seja centralizadora, porém o que vemos é o exercício da autoridade com o predomínio da ação coletiva, caracterizando assim um contexto de ação política democrático. A equipe gestora e a docente estão em diálogo cotidianamente, cada um cumpre sua função por meio de uma atitude articulada. Essa interatividade também ocorre em relação aos pais dos alunos da Escola.

Outro fator que podemos salientar é a continuidade das ações desenvolvidas pela direção, visto que a diretora tem bastante experiência na gestão de instituições escolares e na EEDAC está nessa função há pelo menos seis anos. Isso concorre para que ela conheça a Escola, seu contexto, suas necessidades e a clientela a que atende, apesar de sempre ser um trabalho desafiador, dá-se condições para exercê-lo com confiança, desenvolvendo o sentimento de pertencimento à instituição. E neste sentido sua atuação tem sido a de manter os professores, criando condições para que permaneçam e atuem geralmente nas mesmas turmas a cada ano letivo, aprimorando as suas experiências.

Feitas essas considerações sobre a ação observada da escola e suas possíveis contribuições para a qualidade do ensino na EEDAC, passamos à avaliação dos atores escolares na próxima seção.

2. A qualidade na avaliação dos atores escolares

Considerando a direção, a coordenação pedagógica e os professores como os principais atores escolares responsáveis pelo desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem na EEDAC, buscamos questioná-los sobre, quais características estariam concorrendo para que a EEDAC seja considerada uma escola de qualidade.

Sobre essa questão a diretora afirma:

[...] nós temos uma equipe comprometida, nós temos uma organização, nós temos uma boa proposta pedagógica, então eu acho que tudo isso aí soma e leva a esse resultado, mas do meu ponto de vista o que mais contribuiu é o serviço da coordenação e o compromisso dos professores.

Na opinião da coordenadora pedagógica:

[...] uma coisa que vejo positiva na nossa escola é que a gente consegue a participação dos pais, [...] uma parte deles já vem pra escola sem que sejam chamados, mas a gente insiste muito em chamar os pais pra escola. Eu acredito que isso também é um dos fatores que faz com que a gente consiga alcançar um resultado melhor. Outra coisa é o comprometimento mesmo dos professores, nós temos professores muito empenhados, [...] que vestem a camisa da escola, que trabalham assim firme dentro de sala de aula, cobram tarefa e cobram resultado das crianças. [...] a forma de avaliar da escola acho que é muito boa. O Ideb da escola, acho que é o resultado de tudo isso, [...] as crianças precisam participar e entender que isso é importante. E não é importante, eu vejo assim, por uma questão só de resultado, pra se dizer que é a melhor escola, mas que consequentemente se a escola está sendo bem avaliada e é a melhor escola, [...] os filhos deles estão aprendendo bastante, estão tendo um aprendizado diferente das outras escolas, [...] o resultado do Ideb é tudo isso: a gente conseguir trazer os pais na escola, a gente conseguir cobrar a questão de responsabilidade das crianças, comprometimento com estudos, com tarefas, as responsabilidades deles e o comprometimento dos professores, que [...] vestem mesmo a camisa [...] sou Dom Aquino. A gente vai continuar trabalhando para que a escola continue sendo melhor.

Em resumo, a qualidade da EEDAC, segundo a diretora e a coordenadora, tem como principais indicadores o comprometimento da coordenação e dos professores, a parceria escola e família, a cobrança de responsabilidade de alunos e pais em relação à Escola e o sentimento de pertença dos professores que ingressam na instituição e se comprometem com a sua filosofia de trabalho.

Para a presidente do Colegiado Escolar o destaque no Ideb tem se dado pelo seguinte motivo:

Creio que seja por ser um trabalho feito em conjunto, primeiro a escola através dos professores, coordenadores e administração em geral e também dos pais cobrando responsabilidade, mostrando para o aluno a importância da educação para o futuro.

Quanto aos professores encontramos as seguintes explicações:

É um conjunto, [...] do bom funcionamento da escola em relação à direção, coordenação e todos os funcionários, à participação dos pais e também o que eu tinha falado: que as crianças têm objetivo de vida, elas estudam para algo, elas não estudam por estudar, acho que é isso (Professor 1).

Eu acho que, na verdade, é o trabalho sistemático que nós fazemos. Nós temos um processo. Não é porque eu estou lá no quinto ano que os meus alunos, que realizaram a Prova Brasil e conseguiram nota, que o mérito é meu, eu não esqueço que eu tenho um trabalho anterior, [...] eu acho que o meu trabalho é só o fecho do que já foi feito, a gente não trabalha sozinho. (Professor 6)

Eu acho que é justamente por trabalhar a questão da disciplina e o empenho do conjunto [...] ninguém faz nada sozinho, tudo aqui tem grupo e união e, se cada um fizer a sua parte e seguir dentro das disciplinas impostas pela escola, é uma maneira de se atingir um nível e por faltar alguns recursos como [...] os recursos tecnológicos [...] eu acredito que o que mais nos ajuda a dar esse salto é justamente a questão disciplinar (Professor 9).

[...] acho que o grande motivo mesmo [...] é o trabalho em equipe assim a sintonia entre professores, coordenadora. Acho que é o conjunto mesmo da escola, que acaba falando a mesma língua. A gente procura sempre estar conversando com os professores de séries anteriores ou mesmo os que passaram por mim pra saber o que faltou pra gente trabalhar. E também tem a questão de tarefas, pesquisas. Mas acho que o ponto principal é a equipe mesmo, que é bem entrosada, bem comprometida com o trabalho (Professor 14).

Na visão dos professores, os aspectos mais destacados são: o trabalho em equipe, a articulação entre os profissionais da escola, o compromisso dos pais e professores e a prática disciplinar adotada na escola.

Os principais aspectos negativos apontados pelos professores situam-se no espaço físico, na indisciplina, na falta de iniciativas da escola para proporcionar aos professores estudos e capacitações e, na falta de recursos tecnológicos.

3. A qualidade na avaliação de pais

Os pais de alunos, quando indagados sobre quais aspectos estariam levando a EEDAC a bons resultados no Ideb, apresentaram afirmações semelhantes às dos atores escolares, como podemos observar nos trechos seguintes:

Pela cobrança, por ela ser de pulso firme com os alunos [...] Os alunos sabem que, se não atenderem aos requisitos mínimos, serão punidos. Eu acho isso legal porque, desde criança, já tem que ter responsabilidade porque senão que adultos nós teremos, que governantes nós teremos então acho que mantém-se pela cobrança. (Mãe 2).

É pelas regras, se não tiver regras as crianças não vão [...] é o capricho e a procura do melhor. (Mãe 6).

É exatamente por causa disso, um todo: o trabalho do diretor, coordenador e professor. O conjunto de todos eles ali e sempre pedindo ajuda dos pais. Também os pais se esforçam porque eles não querem que caia, sempre querem ter os filhos na melhor escola, numa escola bem conceituada. Então, foi mesmo um todo que levou eles a serem destaque, e creio que dá pra melhorar e chegar com uns pontinhos na frente (Mãe 8).

Pude perceber nesse período curto que eu estou aqui [...] que há muita dedicação por parte da direção, coordenação, toda essa equipe técnica de apoio aos professores e, principalmente, dos professores. Eu vejo que eles

têm uma dedicação muito grande com os alunos. Sei do comprometimento [...] não conheço todos, mas acredito que isto esteja num contexto, até por conhecer outras mães, então vejo a mediação do profissional que está aqui. [...] A escola Dom Aquino é uma escola que, quem entra lá, tem que se dedicar mais. Então a pessoa acaba tendo esse princípio de dedicação, os próprios alunos têm dedicação. A gente tem que dar o mérito também, o professor passa a matéria e os próprios alunos são dedicados e tem esse princípio de que essa é uma escola excelente e que eles são da excelência. [...] a escola não teria a qualidade que tem se não fosse esse conjunto professor e aluno. (Mãe 10).

Identificamos assim alguns indicadores de qualidade apontados pelas mães de alunos da EEDAC, como a cobrança, a disciplina, as altas expectativas, o apoio dos pais no processo educativo da escola, a dedicação e o bom desempenho dos professores. Os discursos indicam haver articulação entre os professores e os pais, e que estes aceitam as regras da escola e as procuram cumprir porque sabem que os resultados são bons. Mas, há pais que, embora colaborem no processo, o criticam, afirmando serem os conteúdos do ensino muito difíceis e a cobrança demasiada.

Quanto aos pontos fracos da escola apontados pelas mães 40% delas afirmam que eles inexistem 20% afirmam que a escola faz cobranças aos alunos para as quais não estão preparados e 40% apontaram aspectos diversos relativos à estrutura física e à falta de materiais de limpeza e didáticos. Uma mãe considerou que a escola poderia cobrar mais dos alunos e que deveria ampliar as suas vagas.

4. Avaliação da qualidade da EEDAC

Antes de considerarmos o que outras pesquisas apontam a respeito dos indicadores de qualidade trazemos o quadro de avaliação mostrado por esta pesquisa.

Buscamos em Ribeiro e Kaloustian (2007) um conjunto de indicadores de qualidade da escola, para trazer uma visão geral da EEDAC a partir dos dados da observação (OBS.), das entrevistas e questionários das mães (EQM) e de entrevistas e questionário dos professores (EQP) (Tabela 18). Utilizamos uma escala para indicar o grau de presença ou ausência de cada um dos indicadores na EEDAC, conforme segue:

- Forte (F) – 6 ou mais afirmações.
- Médio (M) – entre 3 e 5 afirmações.
- Fraco ou débil (D) – entre 1 e 2 afirmações.
- Não mencionado, ausente (A)

Tabela 18. Incidência na EEDAC dos indicadores de qualidade apontados por Ribeiro e Kaloustian (2007)

Dimensões	Indicadores de qualidade	OBS.	EQM	EQP
1. Ambiente educativo	• Amizade e solidariedade	F	A	M
	• Alegria	M	A	A
	• Respeito ao outro	F	F	F
	• Combate à discriminação	F	F	A
	• Disciplina e tratamento adequados aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola	F	F	M
	• Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes	F	F	A
2. Prática pedagógica e avaliação	• Projeto político-pedagógico definido e conhecido por todos	M	M	M
	• Planejamento;	F	A	F
	• Contextualização;	M	M	M
	• Prática pedagógica inclusiva;	M	A	D
	• Formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos;	F	F	F
	• Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos;	M	A	A
3. Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita	• Orientações para a alfabetização inicial implementadas;	M	A	A
	• Existência de práticas alfabetizadoras na escola;	F	A	A
	• Atenção ao processo de alfabetização de cada criança;	F	A	M
	• Ampliação das capacidades de leitura e escrita ao longo do ensino fundamental;	F	F	F
	• Acesso e bom aproveitamento da biblioteca ou sala de leitura, dos equipamentos de informática e da internet;	D	D	D
	• Existência de ações integradas entre a escola e toda a rede de ensino com o objetivo de favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita.	M	A	A
4. Gestão escolar democrática	• Informação democratizada;	F	F	F
	• Conselhos escolares atuantes;	F	A	A
	• Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral;	F	F	F
	• Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino;	M	A	A
	• Participação em programas de repasses de recursos financeiros;	F	A	A
5. Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola	• Formação inicial e continuada;	F	A	M
	• Suficiência e estabilidade da equipe escolar;	F	F	F
	• Assiduidade da equipe escolar.	F	F	F

6. Ambiente físico escolar	• Suficiência do ambiente físico escolar;	D	D	D
	• Qualidade do ambiente físico escolar;	D	D	D
	• Bom aproveitamento do ambiente físico escolar.	F	M	M
7. Acesso e permanência dos alunos na escola	• Atenção especial aos alunos que faltam;	F	D	D
	• Preocupação com o abandono e evasão;	F	D	D
	• Atenção especial aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem;	F	M	M

Legenda: **OBS** – Observação; **EQM** – Entrevista e questionário das mães; **EQP** – Entrevista e questionário dos professores. **F** – forte; **M** – médio; **D** – fraco; **A** – não mencionado.

Observamos assim que as dimensões onde há maior incidência de indicadores fortes na realidade da EEDAC foram o ambiente educativo e a gestão escolar democrática. Embora muitos indicadores não tenham sido mencionados nos instrumentos das mães e professores, eles puderam ser observados no contato com a rotina escolar pela pesquisadora. A dimensão que se mostra mais deficitária refere-se ao ambiente físico escolar, embora o que existe seja bem aproveitado. Muitos dos indicadores identificados na observação também foram confirmados pelos atores escolares.

Somente as dimensões 4 e 5 tiveram dois indicadores com incidência forte nas três colunas avaliadas, sendo que na dimensão gestão escolar democrática (4) apresentaram-se fortes os indicadores de informação democratizada e participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral. Na dimensão formação e condições de trabalho dos profissionais da escola (5), os indicadores fortes foram a suficiência e estabilidade da equipe escolar e a assiduidade da equipe escolar. As dimensões 1, 2 e 3 tiveram apenas um indicador forte, na dimensão ambiente educativo (1) demonstrou-se forte o respeito ao outro, na dimensão prática pedagógica e avaliação (2) foram as formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos e na dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita (3) destacou-se a ampliação das capacidades de leitura e escrita ao longo do ensino fundamental. Nas outras dimensões (6 e 7), não houve nenhum indicador avaliado como forte pelas três categorias.

A predominância forte em duas colunas de avaliação ocorreu somente nas duas primeiras dimensões (ambiente educativo e prática pedagógica e avaliação), em três indicadores da primeira dimensão: combate à discriminação, disciplina e tratamento adequados aos conflitos que ocorrem no dia a dia da escola e respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. Na segunda dimensão, predominou apenas no indicador planejamento.

A ausência apontada nos indicadores significa que não foi mencionado ou não pode ser observado nas respostas dos instrumentos de coleta de dados às mães e professores, havendo maior incidência de indicadores ausentes nas dimensões 3 e 4. Na primeira dimensão (ambiente educativo), houve predominância de ausência no indicador alegria. Na segunda dimensão (prática pedagógica e avaliação) houve esta ocorrência no indicador monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos. Na dimensão seguinte (ensino e aprendizagem da leitura e escrita) a ausência predominou em orientações para a alfabetização inicial implementadas, existência de práticas alfabetizadoras na escola (embora este indicador tenha se demonstrado forte pelas observações realizadas) e existência de ações integradas entre a escola e toda a rede de ensino com o objetivo de favorecer a aprendizagem da leitura e da escrita. Por fim, na dimensão 4 (gestão escolar democrática) predominou ausência nos indicadores conselhos escolares atuantes, acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino e participação em programas de repasses de recursos financeiros. Nas outras dimensões (6 e 7) não houve predominância de ausência.

Na dimensão ambiente físico escolar (6), foram considerados fracos os indicadores suficiência do ambiente físico escolar e qualidade do ambiente físico escolar. Também na dimensão acesso e permanência dos alunos na escola (7) dois indicadores foram considerados fracos na observação de pais e professores, embora fortes na observação da pesquisadora, a atenção especial aos alunos que faltam e preocupação com o abandono e evasão. E na dimensão ensino e aprendizagem da leitura e escrita (3), o indicador acesso e bom aproveitamento da biblioteca ou sala de leitura, dos equipamentos de informática e da internet, foi considerado fraco nas três avaliações.

Foram avaliados com incidência média os indicadores projeto político-pedagógico definido e conhecido por todos e contextualização da dimensão prática pedagógica e avaliação (2). Também o indicador bom aproveitamento do ambiente físico na dimensão ambiente físico escolar (6) e o indicador atenção especial aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem na dimensão acesso e permanência dos alunos na escola (7) tiveram predominância média.

5. Cotejamento com outras pesquisas

É crescente o desenvolvimento de iniciativas em pesquisas que investigam as boas práticas das escolas, determinando fatores que caracterizam experiências de sucesso em

relação ao ensino público. No Brasil muitos desses fatores encontrados são semelhantes, mas também possuem peculiaridades.

Soares (2002) buscou analisar as interferências da escola no desempenho escolar com base em seis categorias de fatores: infraestrutura e fatores externos à organização da escola, a governança da escola, os professores, a relação com as famílias, o clima interno e as características do ensino. Esta pesquisa constatou que a liderança e o clima da escola são fatores importantes para a compreensão dos seus resultados, sendo elementos de destaque nos dados coletados. Indicando, ainda, que ações como a seleção de alunos e a disponibilidade de recursos materiais e humanos não conduzem à eficácia da escola.

A pesquisa do Unicef (2007) que investigou “boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil” delimitou os indicadores de qualidade encontrados em cinco dimensões: as práticas pedagógicas, a importância do professor, gestão democrática e a participação da comunidade escolar, participação dos alunos e as parcerias externas. Mas, para além dessas dimensões, considerou outros achados como importantes para o bom desempenho da escola, que são os seguintes:

- clima da escola (ambiente escolar e boas relações entre diretores, professores, funcionários, alunos, coordenadores e pais);
- a organização e a disciplina como elementos que valorizam a escola;
- importância das bibliotecas, laboratórios de informática, ciências e quadra de esportes;
- importância do trabalho articulado com as secretarias municipais e estaduais e com as demais escolas da rede e do município.

Outra pesquisa do Unicef (2010) que investigou “boas práticas de 26 municípios que melhoraram a qualidade da educação” considerou três dimensões: formação dos professores, práticas pedagógicas e ambiente de aprendizagem.

Muitas são as peculiaridades da escola pública brasileira, não é diferente na análise da EEDAC, que apresenta potencialidades, mas também muitos desafios.

Como visto no capítulo anterior, um aspecto que dificulta o trabalho escolar, largamente apontado pelos atores ouvidos é a falta de prédio próprio e as limitações do espaço em que se encontra instalada a escola. Este é um fator apontado por Soares (2002), quando considera a infraestrutura. Isto é sentido principalmente por quem convive dentro do espaço escolar. Parandekar, Oliveira e Amorim (2008) em pesquisa sobre as redes municipais de ensino que apesar de suas condições socioeconômicas obtiveram resultados melhores que o esperado na Prova Brasil, revelam que:

[...] Mesmo tendo sido notada na visita às escolas a precariedade de prédios – particularmente nas regiões Norte e Nordeste – não foi este o assunto central no diálogo com as/os secretárias/os municipais de Educação ao exporem suas visões do lugar que querem que sua rede ocupe no curto prazo. (p.51).

Talvez a distância entre a escola e a Secretaria de Educação de estado de MS, ou a descontinuidade pelas mudanças de governo, como um fator externo à organização da escola (Soares, 2002), expliquem porque há tantos anos que a instituição trabalha sem prédio próprio, sendo aprovada a construção do seu prédio somente no ano 2011.

A prática pedagógica analisada nas pesquisas Unicef (2007; 2010) e também contemplada por Soares (2002) nas características de ensino é um fator que merece atenção, pois tudo se organiza na escola e se fundamenta em função da aprendizagem do aluno, na EEDAC observamos esta preocupação por todos os atores escolares.

Apesar das dificuldades, como mostrado, a EEDAC procura atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo reforço escolar quando possível ou solicitando ajuda dos pais nesse sentido, pois a maioria das famílias tem condições de propiciá-la aos filhos. Observamos também na seção das ações escolares que são práticas diversificadas que estimulam a aprendizagem dos alunos (Unicef, 2010). A coordenadora pedagógica procura acompanhar sistematicamente os resultados dos alunos e o trabalho dos professores, embora faça isso de maneira externa ao espaço da sala de aula. Ao conhecer os indicadores que o desempenho dos alunos produz, e através destes promover ações incidentes às suas necessidades é um indicativo de uma boa gestão escolar no âmbito da coordenação pedagógica.

O ambiente e o clima escolar verificado em todas as pesquisas citadas anteriormente, também são fatores preponderantes que estão presentes na EEDAC, pois há motivação, compromisso e responsabilidade dos profissionais e parceria favorável entre a família e a escola (Unicef, 2010). Também é presente a boa expectativa em relação ao desempenho futuro dos alunos (Soares, 2002).

[...] Especialmente nas melhores redes escolares, os principais programas educacionais visam aprimorar a aprendizagem e privilegiam: 1) o incentivo à leitura, valorizando a literatura e a interpretação de textos; 2) o estímulo à criatividade e à construção de um universo lúdico; e 3) a conscientização ambiental. [...] (Parandekar, Oliveira e Amorim, 2008, p.58)

A afirmação acima condiz com as ações escolares da EEDAC, principalmente na ênfase à leitura, ao raciocínio lógico e à ludicidade.

Considerando os estudos brasileiros com relação aos fatores associados à eficácia escolar Alves e Franco (2008), revelaram principalmente cinco categorias a serem tomadas como análise: recursos escolares; organização e gestão da escola; clima acadêmico; formação e salário docente; e ênfase pedagógica.

Quando se fala na categoria **recursos escolares**, já se tem ideia do que pode ser desenvolvido, pois muito se tem falado na precariedade de recursos das escolas brasileiras. Nesta perspectiva os estudos revelam que a disponibilidade de equipamentos, a conservação do prédio escolar, ou seja, a infraestrutura física da escola e suas condições de funcionamento tem efeito sobre o desempenho dos alunos, não deixando de salientar que a simples existência dos recursos, não faz realmente diferença, mas o que reporta o avanço acadêmico é a forma como estes recursos são utilizados. (Alves e Franco, 2008)

No aspecto da **organização e gestão da escola** os estudos indicam que a liderança e dedicação do diretor, com perfil democrático, organizados num trabalho colaborativo da equipe, são aspectos que estão relacionados ao desempenho dos alunos. (Ibid.)

O **clima acadêmico** revela também que quando há ênfase no ensino e aprendizagem, com atividades como a exigência de tarefas de casa e o rigor no cumprimento do conteúdo curricular, o respeito e a disciplina contribuem para o melhoramento escolar. (Ibid.)

O efeito positivo relacionado à eficácia escolar também é observado quando há um alto padrão no nível de formação dos professores. Também, quanto ao salário do professor, variável esta que representa a **valorização profissional do trabalho docente**. Esses dois fatores estão assim interligados um ao outro, para elevação do nível de desempenho. (Ibid) Isso na EEDAC é satisfatório, pois, como visto no capítulo anterior, os professores possuem formação em nível superior e muitos fizeram especialização, porém observamos que a remuneração é bastante variável.

Por fim, quando nos referimos à **ênfase pedagógica** estamos considerando que o professor desafie o aluno com situações-problema aprofundadas, instigando-o à pesquisa e ao raciocínio, fator que pode contribuir para o melhoramento do seu desempenho.

Na realidade observada (EEDAC) muitos desses aspectos são observáveis como pode ser visto nas seções anteriores, caracterizando assim os indicadores que potencializam a qualidade desta instituição.

Desta forma, a pesquisa confirma a importância principalmente de aspectos como a infraestrutura e organização da escola, o clima escolar, a parceria da escola com as famílias, a

disciplina, a prática pedagógica e a gestão escolar, citados nas pesquisas mencionadas nesta seção. Destacamos também, apontado pelos atores escolares, que na EEDAC há engajamento e articulação entre os profissionais da escola, porém isso é garantido pela gestora, que valoriza estes aspectos e cria condições para que eles existam no ambiente escolar. Ainda citado pelos pais de alunos, há altas expectativas sobre o desempenho dos educandos tanto da parte das famílias como da escola.

Os atores escolares enfatizaram como indicador principal do bom desempenho da escola o trabalho em equipe decorrente do compromisso e da articulação dos seus profissionais, o que promove um clima escolar favorável. O segundo aspecto ressaltado nos dados coletados foi a parceria entre a família e a escola expressa na participação dos pais na educação dos filhos.

Freitas (2007) enfatiza que a melhoria do ensino precisa da elaboração de políticas de Estado que potencializem ações nos municípios, assim como a avaliação institucional com o envolvimento dos atores escolares. O autor valoriza as ações desenvolvidas também no âmbito escolar, não de forma isolada, mas relacionadas às políticas públicas existentes, desta forma a gestão escolar pode fazer diferença.

A gestão da EEDAC, como visto nos indicadores tem promovido ações neste sentido, porém não consegue contemplar todas as necessidades da escola, o que observamos é que os pais de alunos tem notado mais a ação pedagógica e as qualidades dos filhos, que as ações gestoras que ocorrem na instituição, embora não passem despercebidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos compreender em que consiste a qualidade de ensino para uma Escola destaque em indicadores oficiais largamente divulgados pelos governantes, com o concurso das mídias de massa, e bem conhecidos pela sociedade. Para esse propósito analisamos as ações que a Escola implementa com vistas a essa qualidade e que avaliação fazem gestores, professores e pais de alunos sobre a qualidade do seu ensino.

Iniciamos o nosso estudo buscando uma visão de contexto do ensino fundamental, atentando para as peculiaridades da sua oferta e para as políticas que o contemplam, no País, no estado de Mato Grosso do Sul (MS) e no município de Amambai onde se localiza a Escola observada nesta pesquisa: Escola Estadual Dom Aquino Corrêa (EEDAC). Em todos estes âmbitos, a melhoria da qualidade aparece como um dos principais desafios desse ensino. Desafio esse que tem ensejado políticas nacionais e estaduais, assim como o debate sobre a complexidade de se precisar consensualmente a qualidade em educação e também pesquisas que buscam evidenciar indicadores de tal qualidade. Ainda que se reconheça o peso de fatores extraescolares no processo de escolarização e nos seus resultados, é comum o entendimento de que é preciso e possível melhorar a escola pública e a sua prestação educacional. Observamos que as políticas têm enfatizado a melhoria dos resultados escolares em termos de rendimento, que implica a regularização do fluxo escolar, e de desempenho cognitivo dos alunos em componentes curriculares avaliados.

A seguir, voltamos a nossa observação para essa Escola no intuito de identificar as suas características, os seus principais desafios na prestação educacional e as suas potencialidades. A qualidade do ensino é vista como sua principal característica, em razão do que a Escola é socialmente prestigiada e a escolha tradicional de muitas famílias. Surgida da luta de jovens pela continuidade de seus estudos primários, a Escola sempre contou com o apoio da comunidade e dos pais dos alunos. Mesmo assim, até o momento não tem sede própria, sendo a superação dessa limitação o seu maior desafio. Isso impede que ela dê consequência ao seu potencial de crescimento, atendendo às demandas comunitárias.

Ampliar a oferta de vagas para atender à demanda existente e melhorar ainda mais o rendimento escolar são seus principais desafios. Mesmo com os indicadores em elevação, alunos com dificuldades de aprendizagem ainda não têm suas necessidades educacionais atendidas pela/na escola. As iniciativas da escola nesse sentido não são suficientes, embora haja preocupação com isso. Professores, gestores e pais se preocupam em manter e elevar a

qualidade expressa pelos indicadores oficiais. Constatamos que os resultados positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não têm sido motivo para desatenção dos professores à melhoria da qualidade do ensino.

Desta forma, foi possível também observar que o Ideb não foi o principal responsável pela qualidade existente na Escola, este indicador, demonstrou ser apenas uma constatação do que a instituição já é, e vem construindo durante sua história na comunidade em que se insere.

Investigamos a seguir os indicadores da qualidade do ensino fundamental (1º ao 5º ano) nessa Escola, observando a forma pela qual ela se organiza e atua e ouvindo os atores escolares e mães a respeito de como explicam a qualidade evidenciada pelos indicadores oficiais.

Constatamos que na EEDAC a condição socioeconômica das famílias dos alunos e a proximidade cultural entre professores e alunos são condições que favorecem o ensino. Mas, a qualidade deste está relacionada a indicadores como: estabilidade de professores, organização da escola, trabalho de equipe, articulação com os pais e motivação dos alunos. Esses podem ser traços peculiares e fundamentais que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino ali prestado, conforme apontamento dos atores escolares.

A direção e coordenação pedagógica consideram que os principais indicadores de qualidade da escola são o comprometimento da coordenação, dos professores, a parceria escola e família, a cobrança de responsabilidade de alunos e pais e o comprometimento dos professores com a Escola. Os fatores mais destacados pelos professores foram o trabalho em equipe, a articulação entre os profissionais da escola, o compromisso dos pais e professores e a prática disciplinar adotada.

Entre os pais de alunos os indicadores de qualidade apontados foram: exigência e disciplina escolares, altas expectativas de pais e professores, apoio dos pais no processo educativo, dedicação e bom desempenho dos professores.

Destacamos, com base na visão dos atores escolares, que houve ênfase nos aspectos do trabalho em equipe e articulação dos profissionais, e a participação dos pais na escola. Devemos considerar que estes não são indicadores inéditos, uma vez que foram evidenciados por outras pesquisas. São eles confirmados no caso da EEDAC.

Certamente as condições socioeconômicas e culturais das famílias dos alunos favorecem a participação dos pais na escola. O nível de instrução dessas famílias pode fazer com que se preocupem assiduamente com a educação dos filhos, assegurando que o processo que ocorre na escola tenha continuidade no ambiente familiar.

Seria importante que outra pesquisa investigasse se esses indicadores estão presentes nos anos finais do ensino fundamental que, conforme mencionado na introdução deste trabalho, tem apresentado resultados menos favoráveis nos indicadores oficiais.

Foi possível observar que no contexto da EEDAC os fatores socioculturais parecem influenciar mais do que o esperado no desempenho da instituição, principalmente pelo que representa para a sociedade local, havendo assim a necessidade de estudos mais aprofundados neste sentido.

Concluimos que a melhoria da qualidade do ensino fundamental não prescinde da continuidade das políticas públicas voltadas para esse objetivo. Além da atuação consequente do Estado a iniciativa da sociedade também pode ser importante. Como vimos, na EEDAC muitas das necessidades não são atendidas pelo Poder Público, mas pela comunidade local, o que não isenta a instância governamental de suas responsabilidades com a instituição.

A pesquisa mostrou que a Escola é de pequeno porte, organizada, com regras disciplinares que se dispõem tanto para alunos quanto para funcionários, que se efetiva pela cobrança sistemática. Outras escolas também podem conseguir esta organização. O engajamento de seus profissionais e a participação das famílias, também são fatores que podem ser tomados como referência.

Salientamos que a escola analisada é uma realidade complexa e os seus indicadores de qualidade não devem ser tomados isoladamente, por que também fazem parte do contexto. Cada escola pública brasileira possui suas peculiaridades, de modo que seus indicadores de qualidade não devem ser entendidos como “receita de qualidade”. Mas, é de consenso que o direito à educação pública de qualidade é uma necessidade emergente, isso faz com que estudos nesta temática contribuam para que as demais instituições escolares reflitam sobre seus indicadores de qualidade e as suas potencialidades no desenvolvimento da oferta de ensino.

Esperamos ter somado aos estudos empíricos sobre a complexa questão da qualidade do ensino fundamental em sua fase inicial. Em especial, por havermos privilegiado a perspectiva de atores locais que materializam a escola pública. Mesmo sendo um simples estudo de caso esperamos ter contribuído para o debate do tema na área que, seguramente, não prescinde das abordagens qualitativas. Embora com as suas inegáveis limitações, este trabalho pode somar com pesquisas dedicadas à análise de como se percebe e enfrenta o desafio da qualidade do ensino fundamental — um direito de todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. *A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar*. In: BROOKE, Nigel; SOARES, Francisco. (orgs.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.482-500.

ANDRÉ, Marli E. D. A. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Liber Livro, 2005.

ANPED. *Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado*. Rio de Janeiro: Anped, 2011.

ARANDA, Maria Alice de Miranda; SENNA, Ester. A Constituinte Escolar da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001): uma proposta de gestão democrática da educação. *Intermeio: revista do mestrado em educação*, Campo Grande: MS, v.11. n.22, p.66-87, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Ed.70, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1999.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jan. 2001.

_____. Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2006.

_____. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

_____. Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do

exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

_____. *Projeto de Lei Ordinário nº 8.035/2010*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Congresso nacional, Brasília DF, 2010.

_____. *Parecer CNE/CEB nº 8/2010*. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96(LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5368&Itemid= Acesso em: 05 set. 2011.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *A qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Liber Livro, 2005.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. (Orgs.). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. *et.al. A qualidade na educação escolar: dimensões e indicadores em construção*. In: FARENZENA, Nalú (Org.). *Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais*. Brasília: INEP, 2006.

CARNOY, Martin; GOVE, Amber K.; MARSHALL, Jeffery H. *A vantagem acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola*. São Paulo: Ediouro, 2009.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Rezende. *Custo Aluno-Qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil*. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. *Revista Brasileira de Educação*. n.25 jan./fev./mar./abr., 2004. p.94-104.

CEDES. *Emendas do CEDES ao Projeto de Lei n. 8035/10*. III Seminário de Educação Brasileira: Plano Nacional de Educação: Questões desafiadoras e embates emblemáticos. Campinas, SP, 2011.

CELLARD, André. *Análise documental*. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. Ana cristina Nasser. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. v. 23. n.3 set./dez, 2007. p.483-495.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade* [online], Campinas, v.28, n.100, 2007. p.921-946.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Caderno CEDES*: Campinas. v.29. n. 78. maio/ago. 2009. p.201-215.

DOURADO, Luiz Fernandes (coord.) OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2011.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. *São Paulo em Perspectiva*. vol.18, n.2, 2004. p.113-118.

ESTATUTO da APM EE. Dom Aquino Corrêa. Amambai, MS: 2008.

FARENZENA, Nalú (Org.). *Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais*. Brasília: INEP, 2006.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. *Políticas educativas no Brasil no tempo da crise*. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (org.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. pp.253-270.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. *Avaliação educacional e indicadores de qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico*. In: TENÓRIO, Robinson; LOPES, Uaçaí de Magalhães. (orgs.) *Avaliação e gestão: teorias e práticas*. Salvador: EDUFBA, 2010. p.143-181.

FERNANDES, Francisco das Chagas. (coord.) *Documento final*: CONAE, MEC, 2010.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. 2.ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. *Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites*. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, p. 989-1014.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; REAL, Giselle Cristina Martins. *Escola pública, políticas públicas e demandas das classes médias em Dourados, MS, anos 1990*. (Relatório de Pesquisa). Dourados, MS: UFMS, 2001.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Ação reguladora da União e qualidade do ensino obrigatório (Brasil, 1988-2007), *Educar*, Editora UFPR, Curitiba, n.31, p.33-51, 2008.

_____. Dirce Nei Teixeira de. *Opções brasileiras na busca da qualidade em educação escolar básica*. In: LIMA, Paulo Gomes; FURTADO, Alessandra Cristina. (org.) *Educação brasileira: interfaces e solicitações recorrentes*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. p.59-77.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino*. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, p. 965-987.

FORPEMS. Fórum Permanente de Educação de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://forpems.wordpress.com/>. Acesso em 19 dez. 2011.

HEYNEMAN, Stephen P. *Avaliação da qualidade da educação: lições para o Brasil*. In: SOUZA, Alberto de Mello e. (org.) *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.35-62.

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.104, jul. 1998. p.5-34.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em 20 set. 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 16 out. 2011.

JEFFREY, Debora Cristina. A prática avaliativa e a ampliação do ensino fundamental para nove anos: desafios. *EccoS*, São Paulo, v.II, n. I, p. 229-245, jan./jul. 2009.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Educere et Educare Revista de Educação*. Cascavel, PR v.2, n.4 p.77-90, jul/2007.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Expansão e qualidade da educação básica no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. v.40. n. 140. p.561-585. maio/ago., 2010.

MATO GROSSO DO SUL. *Lei nº2.787 de 24 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=540>> Acesso em 23 out. 2011.

MATO GROSSO DO SUL. *Lei nº2.791 de 30 de dezembro de 2003*. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/planos/ms_pee_lei.pdf> Acesso em 20 out. 2011.

_____. Governo do estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br>> Acesso em: 07 out. 2011.

MEC. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 15 set. 2011.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. *São Paulo em Perspectiva*. n.14 (I) p. 98-110, 2000.

MELLO E SOUZA, Alberto de. *A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informação e decisão*. In: MELLO E SOUZA, Alberto de. (org.). *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 90-109.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação na Constituição de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. *Revista Brasileira de Educação*. n.11, p.61-74. mai/jun/jul/ago.,1999.

_____. Romualdo Portela de. *Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica*. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, p. 661-690.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*. n.28, p.5-24, jan./fev./mar./abr., 2005.

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas*. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi.; OLIVEIRA, Dalila Andrade. (org.) *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.237-252.

OLIVEIRA, João Ferreira de.; DOURADO, Luiz Fernandes.; SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2004.

PARANDEKAR, Suhas; OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de; AMORIM, Érica P. (orgs.) *Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino*. Brasília: INEP, 2008.

PANORAMA de la educación 2010: indicadores de la OCDE. Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), Madrid, Espanha, 2010.

PEREIRA, Luiza Rodrigues. *A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental como elemento da política educacional de Mato Grosso do Sul (1998-2002)*. Campo Grande: UFMS, 2004 (Dissertação de Mestrado).

POUPART, Jean et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PROJETO Político Pedagógico: Educação: conhecimento com responsabilidade e afetividade. Escola Estadual Dom Aquino Corrêa. Amambai, MS, 2011.

REGIMENTO Interno do Colegiado Escolar. EE Dom Aquino Corrêa. Amambai, MS, 2008.

REGIMENTO Escolar. Secretaria de Estado de Educação. MS, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão; KALOUSTIAN, Silvio. (coord.) *Indicadores da qualidade na educação*. 3. ed. ampl. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SAMMONS, Pam. *As características-chave das escolas eficazes*. In: BROOKE, Nigel; SOARES, Francisco. (orgs.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.p. 335-382.

SED. Secretaria de Estado de Educação. *Avaliação estadual de desempenho dos alunos do estado de Mato Grosso do Sul: 3º ano do ensino fundamental*. SED: MS, 2009.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SEMAC. *Produto Interno Bruto:2002-2008*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, MS, [2009?].

SILVA, Vandrê Gomes da. *Por um sentido público da qualidade na educação*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br> >. Acesso em: 20 jan. 2011.

SOARES, José Francisco. (coord.) *Escola eficaz: um estudo de caso em três escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais*. UFMG: Belo Horizonte, 2002.

_____. José Francisco. Qualidade e equidade na educação básica Brasileira: a evidência do SAEB-2001. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 12(38), ago. 2004. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v12n38/>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

_____. José Francisco. *O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos*. In: SOUZA, Alberto de Mello e (org.). *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. José Francisco. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. *Cadernos de pesquisa*. v. 37 n. 130 jan./abr., 2007. p.135-160.

SOBRINHO, Almiro Pinto. *Amambai: memórias e histórias de nossa gente*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação, ciclos e qualidade do ensino fundamental: uma relação a ser construída. *Estudos avançados*. n.21 (60), 2007. p.27-44.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, dez.2009. v.25. n.03. p.123-140.

UNICEF. *Aprova Brasil: O direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil*. 2.ed. MEC; INEP; UNICEF, Brasília: 2007.

UNICEF. *Caminhos do direito de aprender: boas práticas de 26 municípios que melhoraram a qualidade da educação*. Brasília, DF, Unicef, 2010.

VELOSO, Fernando. *15 anos de avanços na educação no Brasil: onde estamos?* In: VELOSO, Fernando *et.al.* (org.). *Educação Básica no Brasil: construindo o País do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p.03-24.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Educação básica: política e gestão da escola*. Brasília: Liber Livro, 2009.

YIN, Robert. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Bilhete encaminhado às mães de alunos verificando a aceitação na participação da pesquisa

Amambai, 24 de fevereiro de 2011.

Prezada mãe,

Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, como parte integrante do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com o título “Fatores escolares concorrentes para a qualidade de ensino: investigação em escola destaque no Ideb”, para isso estou realizando a aplicação de questionários e entrevistas com algumas mães de alunos do 5º ano, escolhidas por sorteio. Você foi sorteada e gostaria de saber se concorda e tem disponibilidade em comparecer à escola nesta sexta-feira (25/02/2011) a partir das 13 horas para participar da pesquisa.

concordo e participarei da pesquisa.

não participarei da pesquisa.

Obrigada pela atenção.

Prof.ª Giseli Aparecida C. Klauk

Assinatura

APÊNDICE 2. Instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa (questionários, roteiros de entrevista semiestruturada e roteiro de observação)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Informantes: 10 mães de alunos de cada uma das turmas do 5º ano do ensino fundamental na EEDAC no ano de 2011 eleitas por meio de sorteio.

Data: _____

Aplicador: _____

QUESTIONÁRIO

1. Dados da mãe e da família

a) Nível de escolaridade:

() primário () ginásial ou 1º grau () 2º grau ou médio () 3º grau ou Superior
() especialização () mestrado () doutorado

b) Instituição em que realizou a maior parte de sua formação: () pública () privada

c) Trabalho (profissão, ocupação, atividade produtiva): _____

d) Faixa de renda mensal da família:

- () até 2 Salários Mínimos
- () de 3 a 4 Salários Mínimos
- () de 5 a 6 Salários Mínimos
- () de 7 a 8 Salários Mínimos
- () de 9 a 10 Salários Mínimos
- () de 11 a 12 Salários Mínimos
- () de 13 a 15 Salários Mínimos
- () acima de 15 Salários Mínimos

e) Número de filhos: _____

f) Quais destes recursos a sua família disponibiliza para os seus filhos:

- () livros de literatura infantil ou juvenil (historinhas, contos, crônicas, romances, etc)
- () revistas de notícias
- () revistas especializadas (em ciências, geografia, história, artes, saúde, ecologia, informática e outras)
- () revistas em quadrinhos
- () jornal local
- () jornal regional e/ou estadual
- () jornal nacional
- () computador

- acesso à Internet
- jogos eletrônicos
- filmes em DVD

g) Qual é a atividade cultural de que a família participa mais frequentemente?

2. Informações sobre a escolarização dos filhos matriculados na EEDAC

a) Educação antes do ensino fundamental:

- 1 ano 2 anos 3 anos mais de 3 anos

b) Educação no ensino fundamental:

- sem repetência com repetência

c) Atividades de reforço, acompanhamento, recuperação na própria escola em horário complementar às aulas regulares:

- participa sempre participa as vezes nunca participa não são oferecidas

d) Atividades de reforço, acompanhamento, aula particular providenciadas pela família (pagas ou não):

- participa sempre participa as vezes nunca participa

e) Qualidades dos filhos facilitam o aprendizado:

- inteligência
 - boa memória
 - gosto pelo estudo
 - dedicação aos estudos
 - organização e capricho
 - satisfação em ter bom desempenho escolar
 - espírito competitivo
 - curiosidade e apreço por aprender
 - facilidade de lidar com as atividades escolares
 - hábito de leitura
 - outros. Citar:
-

3. Informações sobre o envolvimento da mãe nas atividades escolares do filho

a) A sua vinda à EEDAC ocorre:

- frequentemente
- às vezes

raramente

b) Os três principais motivos que a fazem vir à EEDAC são:

c) Que costuma fazer com relação às atividades escolares de seu filho?

- vistoriar os seus cadernos e trabalhos
 olhar as suas provas e trabalhos avaliativos
 olhar as suas notas
 auxiliar nas tarefas
 auxiliar na sua preparação para as provas
 conversar sobre o seu aprendizado
 providenciar-lhe ajuda de outra pessoa
 facilitar o estudo com colegas
 exigir bons resultados
 premiar/elogiar bons resultados
 punir resultados insatisfatórios
 outros. Quais?

3. Sobre a EEDAC

a) Como a Senhora avalia o trabalho realizado pela EEDAC com os seus filhos?

- ótimo
 muito bom
 bom
 regular
 ruim
 péssimo

c) Quais são, na sua avaliação, as duas principais qualidades da EEDAC?

d) Quais são, na sua avaliação, os dois defeitos mais graves ou os dois pontos fracos da EEDAC?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Entrevistadas: 10 mães de alunos de cada uma das turmas do 5º ano do ensino fundamental na EEDAC no ano de 2011 eleitas por meio de sorteio.

Data: _____

Entrevistador: _____

1. Por que o seu filho estuda na EEDAC?
2. Qual a sua opinião sobre o funcionamento e administração da EEDAC?
3. Qual a sua opinião sobre os professores da EEDAC?
4. Qual a sua opinião sobre o conteúdo e os métodos de ensino da escola?
5. Qual a sua opinião sobre o material didático (livros didáticos) adotado pela escola?
6. Qual a sua opinião sobre os procedimentos de avaliação da aprendizagem dos alunos?
7. Qual a sua opinião sobre a forma como o seu filho é tratado na escola?
8. Qual a sua opinião sobre as práticas disciplinares da escola?
9. Qual a sua opinião sobre a participação dos pais na escola DAC?
10. Em sua opinião por que a EEDAC tem conseguido se destacar no Ideb?



Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Informante: Professores dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC

Data: _____

Aplicador: _____

QUESTIONÁRIO

1. Informações de formação e experiência docente

a) Marque a formação que possui e especifique o (s) curso (s) da qual participou:

() Graduação. Curso: _____

() Especialização. Curso: _____

() Mestrado. Curso: _____

() Doutorado. Curso: _____

b) A sua graduação foi realizada em instituição: () pública () privada

c) Tempo de atuação como docente: _____

d) Tempo em que atua como docente na EEDAC: _____

e) Número de escolas em que trabalha atualmente: _____

f) Número de horas diárias de trabalho docente: _____

g) A sua condição profissional na escola é: () professor efetivo () professor convocado

h) A sua faixa salarial compreende:

() Até 2 salários mínimos

() De 3 a 4 salários mínimos

() Acima de 5 salários mínimos

i) Você costuma participar de cursos de aperfeiçoamento pedagógico?

() sim () não

j) Caso a resposta for afirmativa, quantos cursos anualmente em geral você frequenta? _____

k) A maioria dos cursos que você participa são promovidos por qual instituição?

- Instituições privadas
- Escola em que trabalha
- Secretaria Estadual de Educação

2. Informações sobre o trabalho pedagógico que realiza na EEDAC:

- a) Atualmente em que ano do ensino fundamental você trabalha?

- b) Cite quais são os principais recursos pedagógicos que você utiliza regularmente e que são disponibilizados pela escola: _____

- c) Você considera estes recursos: suficientes insuficientes
- d) Quanto tempo você permanece semanalmente exclusivamente em contato com os alunos na sala de aula? _____
- e) Quantas horas semanais você tem para realizar o planejamento didático?

- f) O planejamento é realizado:
- individualmente
 - Com toda a equipe docente
 - Com docentes que atuam com a mesma turma
 - Juntamente com a coordenação pedagógica
 - Com a direção
- g) Você considera o envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos na EEDAC:
- suficiente
 - ótimo
 - insuficiente
 - péssimo
- h) Escreva dois aspectos positivos e dois negativos da EEDAC para você que atua como docente nesta escola: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Entrevistadas: Professores dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC

Data: _____

Entrevistador: _____

- 1) Como você avalia a estrutura e o funcionamento da EEDAC?
- 2) Como você avalia a participação dos pais na educação dos filhos que estudam na EEDAC?
- 3) Você concorda com a metodologia de ensino adotada pela escola?
- 4) Como você utiliza os livros didáticos adotados pela escola?
- 5) Como você realiza a avaliação da aprendizagem dos seus alunos?
- 6) Como você avalia a disciplina na EEDAC?
- 7) Quais os principais desafios ao atuar como docente na EEDAC?
- 8) Na sua opinião, a escola tem obtido destaque no Ideb, por quais motivos?



Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Informante: Direção escolar da EEDAC

Data: _____

Aplicador: _____

QUESTIONÁRIO

1. Informações de formação e experiência em gestão escolar:

a) Marque a formação que possui e especifique o (s) curso (s) da qual participou:

() Graduação. Curso: _____

() Especialização. Curso: _____

() Mestrado. Curso: _____

() Doutorado. Curso: _____

b) A sua graduação foi realizada em instituição: () pública () privada

c) Possui experiência docente anterior ao cargo de direção? () sim () não

d) Caso a resposta seja afirmativa, especifique quanto tempo de experiência docente:

e) Tempo de atuação no cargo de direção escolar: _____

f) Tempo em que atua como diretor na EEDAC: _____

g) A designação para o cargo de direção escolar ocorreu de que forma?

() Eleição na comunidade escolar

() Indicação da secretaria estadual de educação

h) A Secretaria Estadual de Educação tem promovido capacitação para a gestão escolar?

() sim

() não

Caso afirmativo, com que frequência anualmente? _____

2. Informações sobre o funcionamento e gestão da EEDAC:

- a) Você considera a equipe profissional da EEDAC:
() suficiente para o quantitativo de alunos () requer a atuação de mais profissionais
- b) Para você os recursos pedagógicos disponíveis na escola são:
() suficientes () insuficientes () precários
- c) Você considera o envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos na EEDAC:
() suficiente
() ótimo
() insuficiente
() péssimo
- d) Com quais profissionais você pode contar para o apoio no trabalho de gestão escolar da EEDAC? Cite abaixo:

- e) Descreva dois aspectos negativos e dois positivos do trabalho na direção escolar da EEDAC:

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Entrevistadas: Direção escolar da EEDAC

Data: _____

Entrevistador: _____

- 1) Como você avalia o trabalho da equipe docente da EEDAC?
- 2) Como você avalia a estrutura física da EEDAC?
- 3) Como tem sido tratada a prática disciplinar com os alunos na EEDAC?
- 4) Qual o incentivo que a Secretaria Estadual de Educação tem dado à escola, tendo em vista que a mesma possui o melhor índice estadual no IDEB?
- 5) Quais são os desafios a serem superados pela escola?
- 6) O que significa uma escola de qualidade para você?
- 7) Na sua opinião por quais motivos a EEDAC tem conseguido se destacar no Ideb?



Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Informante: Coordenadora Pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental da EEDAC

Data: _____

Aplicador: _____

QUESTIONÁRIO

1. Informações de formação e experiência docente

a) Marque a formação que possui e especifique o (s) curso (s) da qual participou:

() Graduação. Curso: _____

() Especialização. Curso: _____

() Mestrado. Curso: _____

() Doutorado. Curso: _____

b) A sua graduação foi realizada em instituição: () pública () privada

c) Você possui experiência docente anterior ao cargo de coordenação pedagógica?

d) Caso a resposta anterior seja afirmativa, quanto tempo de experiência docente?

e) Tempo de atuação como coordenador pedagógico: _____

f) Tempo em que atua como coordenador pedagógico na EEDAC: _____

g) Descreva como ocorreu a sua designação para o cargo de coordenador pedagógico:

h) Você tem recebido capacitação da Secretaria Estadual de Educação para o trabalho na coordenação pedagógica? () sim () não

i) Caso a resposta anterior seja afirmativa, com que frequência anualmente?

2. Quanto ao Projeto Político Pedagógico da EEDAC:

a) Quanto a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, pode-se considerar que foi realizada:

- Pela direção escolar
- Pela coordenação pedagógica
- Pelos professores
- Pela equipe escolar

b) Quanto ao conhecimento de principais fundamentos do Projeto Político Pedagógico, podemos dizer que são conhecidos por:

- professores
- direção
- coordenação
- funcionários administrativos
- pais
- alunos

c) Com relação aos conteúdos e metodologia de ensino expressos no Projeto Político Pedagógico, você considera que são:

- atualizados e eficaz
- incoerentes com o trabalho pedagógico efetivo
- suficientes
- requerem ser revistos

3. Quanto ao trabalho da coordenação pedagógica:

a) Com quais atores a sua atuação tem sido mais frequente?

- pais
- professores
- alunos
- direção
- todos de maneira equilibrada

b) A coordenação pedagógico tem promovido capacitação aos professores?

- sim não

Caso a resposta seja afirmativa, com que frequência anualmente? _____

c) Você considera a participação dos pais na educação dos filhos na EEDAC:

- suficiente

() ótima

() insuficiente

() péssima

d) Descreva dois aspectos positivos e dois negativos do trabalho na coordenação pedagógica da EEDAC:

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade do ensino: investigação em escola destaque no Ideb

Entrevistada: Coordenação pedagógica da EEDAC

Data: _____

Entrevistador: _____

1. Como você caracteriza a equipe docente que atua na escola?
2. A escola realiza algum sistema de avaliação próprio, a fim de verificar e monitorar o desempenho dos alunos?
3. Ao observar que determinados alunos estão apresentando baixo desempenho nas notas bimestrais, alguma medida é tomada? O que geralmente é feito?
4. Como são realizadas as práticas disciplinares na escola?
5. Como você avalia a estrutura física da escola?
6. Como você caracteriza uma escola de qualidade?
7. Por quais motivos você acredita que a escola tem conseguido destaque no Ideb?
8. Quais os principais desafios da EEDAC?



Pesquisa: Fatores escolares concorrentes para a qualidade de ensino: investigação em escola destaque no Ideb

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ESCOLA

Categorias para observação:

- **Gestores:**

(Alguns aspectos que podem ser observados, quanto ao cotidiano, processos, fatos e comportamentos a fim de caracterizar a atuação no meio escolar, sendo que ao longo da observação outros aspectos podem surgir em cada categoria.)

- ✓ Pessoas responsáveis pela gestão;
- ✓ Como se caracteriza a gestão escolar?
- ✓ É predominantemente individual ou coletiva?
- ✓ Solução de problemas;
- ✓ Envolvimento com alunos, pais, professores e demais funcionários.

- **Professores:**

- ✓ Rotatividade de professores;
- ✓ Troca de ideias;
- ✓ Administração de problemas cotidianos;
- ✓ Relação com os alunos, pais, outros professores, direção e coordenação;
- ✓ Comprometimento com a aprendizagem.
- ✓ Recursos e pesquisas.

- **Funcionários:**

- ✓ Cooperação entre si;
- ✓ Solução de problemas cotidianos;
- ✓ Conhecimento da rotina escolar;
- ✓ Relação com os alunos;

- **Alunos:**

- ✓ Disciplina;
- ✓ Principais problemas;
- ✓ Relação com os professores;
- ✓ Relacionamento com outros alunos;
- ✓ Compromisso e interesse com a aprendizagem;

- **Pais:**
 - ✓ Participação na aprendizagem dos filhos;
 - ✓ Principais dúvidas e reclamações dos pais;
 - ✓ Frequência de ida na escola;
 - ✓ Relacionamento com os professores.

- **Organização da escola:**
 - ✓ Estrutura física;
 - ✓ Localização das salas de aula;
 - ✓ Recursos disponíveis e fácil localização;

- **Funcionamento da escola:**
 - ✓ Cumprimento dos horários de entrada e saída;
 - ✓ Atraso de professores e funcionários;
 - ✓ Respeito à rotina escolar.

- **Práticas de gestão:**
 - ✓ Ações realizadas;
 - ✓ Solução de problemas cotidianos;

- **Currículo:**
 - ✓ Organização;
 - ✓ Carga horária;
 - ✓ Disciplinas;

- **Ensino:**
 - ✓ Metodologia;
 - ✓ Práticas inovadoras;
 - ✓ Projetos desenvolvidos.

- **Avaliação:**
 - ✓ Formas de avaliação;
 - ✓ Instrumentos utilizados;
 - ✓ Resultados.

- **Recuperação:**
 - ✓ Principais ações desenvolvidas;
 - ✓ Solução de problemas;

- **Relação da escola com a comunidade:**

- ✓ Eventos realizados;
- ✓ Divulgação das ações escolares (principais meios);

- **Relação da escola com a Secretaria Estadual de Educação:**

- ✓ Fácil comunicação;
- ✓ Atendimento às necessidades;
- ✓ Supervisão escolar;

APÊNDICE 3. Termo de autorização de uso do nome da escola.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Amambai, 11 de maio de 2012.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Vilma Oliveira da Cruz, diretora da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, situada no município de Amambai/MS, autorizo o uso do nome da escola no trabalho de pesquisa de dissertação, intitulada “Indicadores de qualidade de ensino: estudo em escola destaque no Ideb”, desenvolvido pela aluna do Mestrado em Educação do Programa de pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, Giseli Aparecida Caparros Klauck.

Giseli Ap. C. Klauck

Giseli Aparecida Caparros Klauck

(Mestranda)

Vilma Oliveira da Cruz

Vilma Oliveira da Cruz

(Diretora da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa)

ANEXOS

ANEXO 1 – Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 23, inciso V, 205 e 211, § 1º, da Constituição, e nos arts. 8º a 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Art. 1º O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;

II - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;

IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;

VI - matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;

VII - ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular;

VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;

IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;

X - promover a educação infantil;

XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;

XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;

XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;

XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;

XV - dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;

XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;

XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;

XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;

XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;

XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;

XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;

XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;

XXIV - integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;

XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.

CAPÍTULO II

DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

CAPÍTULO III

DA ADESÃO AO COMPROMISSO

Art. 4º A vinculação do Município, Estado ou Distrito Federal ao Compromisso far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma deste Decreto.

Art. 5º A adesão voluntária de cada ente federativo ao Compromisso implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do IDEB, observando-se as diretrizes relacionadas no art. 2º.

§ 1º O Ministério da Educação enviará aos Municípios, Distrito Federal e Estados, como subsídio à decisão de adesão ao Compromisso, a respectiva Base de Dados Educacionais, acompanhada de informe elaborado pelo INEP, com indicação de meta a atingir e respectiva evolução no tempo.

§ 2º O cumprimento das metas constantes do termo de adesão será atestado pelo Ministério da Educação.

§ 3º O Município que não preencher as condições técnicas para realização da Prova Brasil será objeto de programa especial de estabelecimento e monitoramento das metas.

Art. 6º Será instituído o Comitê Nacional do Compromisso Todos pela Educação, incumbido de colaborar com a formulação de estratégias de mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, que subsidiarão a atuação dos agentes públicos e privados.

§ 1º O Comitê Nacional será instituído em ato do Ministro de Estado da Educação, que o presidirá.

§ 2º O Comitê Nacional poderá convidar a participar de suas reuniões e atividades representantes de outros poderes e de organismos internacionais.

Art. 7º Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA DA UNIÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 8º As adesões ao Compromisso nortearão o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados.

§ 1º O apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes constantes do art. 2º, observados os limites orçamentários e operacionais da União.

§ 2º Dentre os critérios de prioridade de atendimento da União, serão observados o IDEB, as possibilidades de incremento desse índice e a capacidade financeira e técnica do ente apoiado, na forma de normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 3º O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União:

I - gestão educacional;

II - formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar;

III - recursos pedagógicos;

IV - infra-estrutura física.

§ 4º O Ministério da Educação promoverá, adicionalmente, a pré-qualificação de materiais e tecnologias educacionais que promovam a qualidade da educação básica, os quais serão

posteriormente certificados, caso, após avaliação, verifique-se o impacto positivo na evolução do IDEB, onde adotados.

§ 5º O apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas - PAR, na forma da Seção II.

Seção II

Do Plano de Ações Articuladas

Art. 9º O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.

§ 1º O Ministério da Educação enviará ao ente selecionado na forma do art. 8º, § 2º, observado o art. 10, § 1º, equipe técnica que prestará assistência na elaboração do diagnóstico da educação básica do sistema local.

§ 2º A partir do diagnóstico, o ente elaborará o PAR, com auxílio da equipe técnica, que identificará as medidas mais apropriadas para a gestão do sistema, com vista à melhoria da qualidade da educação básica, observado o disposto no art. 8º, §§ 3º e 4º.

Art. 10. O PAR será base para termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o Ministério da Educação e o ente apoiado.

§ 1º São requisitos para a celebração do convênio ou termo de cooperação a formalização de termo de adesão, nos moldes do art. 5º, e o compromisso de realização da Prova Brasil.

§ 2º Os Estados poderão colaborar, com assistência técnica ou financeira adicionais, para a execução e o monitoramento dos instrumentos firmados com os Municípios.

§ 3º A participação dos Estados nos instrumentos firmados entre a União e o Município, nos termos do § 2º, será formalizada na condição de partícipe ou interveniente.

Art. 11. O monitoramento da execução do convênio ou termo de cooperação e do cumprimento das obrigações educacionais fixadas no PAR será feito com base em relatórios ou, quando necessário, visitas da equipe técnica.

§ 1º O Ministério da Educação fará o acompanhamento geral dos planos, competindo a cada conveniente a divulgação da evolução dos dados educacionais no âmbito local.

§ 2º O Ministério da Educação realizará oficinas de capacitação para gestão de resultados, visando instituir metodologia de acompanhamento adequada aos objetivos instituídos neste Decreto.

§ 3º O descumprimento das obrigações constantes do convênio implicará a adoção das medidas prescritas na legislação e no termo de cooperação.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ

INÁCIO

LULA

DA

SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

ANEXO 2 - Notícias publicadas na mídia eletrônica sobre a EEDAC

Melhor escola do Estado luta há 50 anos por sede

Sexta-feira, 9 de julho de 2010 - 07h20m



Mesmo sendo a melhor escola do Estado desde 2005, a Escola Dom Aquino Corrêa, que este ano completa 50 anos, ainda não tem uma sede própria. (Foto: Vilson Nascimento)

Vilson Nascimento

A melhor escola do Estado, em Mato Grosso do Sul, a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, em Amambai, com 7,0 pontos na avaliação do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) está completando meio século de existência este ano e ainda não tem uma sede própria.

Segundo a diretora da instituição de ensino, professora Vilma Oliveira da Cruz, que desde 2004 dirige a escola, em 50 anos de existência a escola estadual já passou por três endereços.

Nesse período entrou governo, saiu governo e mesmo com o apelo da comunidade escolar e de autoridades do município, a sede própria da escola, que hoje funciona em instalações cedidas pela UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), nunca saiu do papel.

Na gestão passada, do então prefeito Sérgio Barbosa, a Prefeitura de Amambai, com aprovação da Câmara Municipal, comprou uma área de terra e disponibilizou ao Governo do Estado para a construção da sede da escola.

A área, situada aos fundos da sede da Sanesul, próximo ao Hospital Regional, já está à disposição da Secretaria de Estado de Educação, mas ainda não há nenhum indício de início da obra. Governador prometeu sede para a escola

Em outras ocasiões o governador do Estado, André Puccinelli (PMDB) já havia manifestado o interesse de construir a escola.

Durante visita recente a Amambai, Puccinelli voltou a manifestar esse interesse e foi mais longe, prometeu em ato público, que irá construir o prédio da instituição de ensino ainda durante seu mandato, que termina em dezembro desse ano.

Escola é destaque estadual

Com uma equipe unida e eficiente, o que garante grande qualidade de ensino, a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa que adotou métodos próprios de educar, é destaque estadual em Mato Grosso do Sul.

Desde 2005 a escola, que hoje atende 616 alunos do ensino fundamental e médio e tem um quadro de 31 professores, 5 coordenadores e 13 funcionários administrativos, é apontada como a número um do Estado nas avaliações do MEC (Ministério da Educação).

"Nosso desafio agora é manter esse padrão de ensino e sempre colocar nossa escola entre as melhores do Estado", disse a diretora, Vilma da Cruz ao ressaltar que um dos segredos do sucesso da escola está no envolvimento de toda a comunidade escolar, inclusive os pais dos alunos, no dia a dia da escola.

Nessa quinta-feira (8) uma equipe da imprensa da Governadoria de Estado esteve na escola gravando material para divulgação da escola no material de propaganda do Governo do Estado.

Fonte: www.agazetaneWS.com.br Acesso em: mar. 2011.

Escola de Amambai tem melhor resultado de MS no Ideb

A Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, de Amambai (cidade distante 305 quilômetros ao sul de Campo Grande), que atende a 614 estudantes, tem a melhor média do Estado pelo terceiro ano consecutivo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ministério da Educação (Ideb/MEC).

O índice de 2009 aponta média de 7 pontos para alunos até a 4ª série do ensino fundamental. Da 5ª à última série, a média é de 5,4. A média nacional do Ideb é de 5,5 pontos.

“Aqui nós acreditamos na educação oferecida através de uma equipe unida e comprometida com o trabalho pedagógico aplicado a risca”, observa a diretora. Vilma explica que o resultado apresentado pelo Ideb mostra como é possível trabalhar um sistema pedagógico exigente com os alunos através da participação familiar no processo do aprendizado.

“Com a família o trabalho se complementa, eles sabem da postura sistemática da escola e são cobrados a participar ativamente da vida escolar de seus filhos”, comenta Vilma Oliveira da Cruz, diretora da escola.

Por: Marcelo Eduardo – (www.capitalnews.com.br)

Acesso em: mar. 2011.

União e comprometimento são receitas do sucesso da melhor escola de MS

11/07/2008 | Boris Valerio Verbisck

Foto Edemir Rodrigues



Campo Grande (MS) - Organização e comprometimento com o pedagógico, esta é a receita do sucesso da Escola Estadual Dom Aquino Correa, de Amambai, que conquistou o 1º lugar do Estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2008.

A unidade de ensino alcançou o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Estado e ocupa a 98ª posição no País. A escola Dom Aquino saltou de (5,6) para (6,6) atingindo, em 2008, a meta proposta para 2015.

Pela segunda vez, segundo a diretora da escola, professora Vilma Oliveira da Cruz, a escola fica em 1º lugar no Ideb. "É a união da equipe, o compromisso da direção da escola com o pedagógico, e não somente com a parte burocrática", explica a professora sobre o sucesso da escola.

Segundo a diretora, acompanhar os alunos, tanto dentro quanto fora da escola, incentivar a participação dos pais e exigir dos professores resultados são formas de superar as dificuldades dentro da escola e melhorar a qualidade do ensino. "Nós procuramos unir o tradicional com o moderno", afirma Vilma.

Entre os critérios utilizados pela escola estão os horários. Se o aluno chegar atrasado, só entrará na escola acompanhado pelo pai. Outra questão são os "combinados", que são feitos entre os pais e a direção da escola, no começo de todo o ano letivo e são registrados em ata e assinados por todos os pais. "Esses combinados são cumpridos rigorosamente", afirma a diretora.

A escola tem sido muito procurada pelos pais para matricular seus filhos. No período da matrícula, explica a diretora, filas com uma semana de antecedência são formadas no portão da Escola. Atualmente, a escola possui 500 alunos, mas receberá, em breve, mais duas salas de aula.

O Ideb é um índice que une o resultado da Prova Brasil com as avaliações dos alunos nas escolas. É realizada pelo Ministério da Educação (MEC) todos os anos. Em Mato Grosso do Sul, 155 das 368 escolas elevaram o Ideb entre os anos de 2005 e 2007.

Fonte: www.cee.ms.gov.br Acesso em: abr. 2011

Pais acampam em frente a escola para garantir vaga em Amambai

A Escola Estadual Dom Aquino Corrêa é referência no Estado de Mato Grosso do Sul. Fundada há mais de 50 anos, a escola alcançou uma alta pontuação no Ideb de 2005 e 2008 conquistando a melhor média de MS e superando a média nacional.



Cerca de 70 pais de alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental estão acampados em frente a escola estadual Dom Aquino Corrêa, da rede de Educação de Amambai, para garantir a vaga para seus filhos.

O movimento iniciou no sábado, 2, por volta do meio dia. Todo ano, a procura por vagas na escola Dom Aquino é maior do que a oferta. O interesse maior dos pais é no primeiro ano do Ensino Fundamental (EF).

De acordo com a comissão de pais, eleita para organizar o acampamento, existem 53 alunos cadastrados em lista para o 1º ano do EF. Outros 16 pais, também cadastrados, querem matricular seus filhos em outros anos escolares. Segundo Clodoneu Lacerda Pereira, da Comissão e o primeiro a formar a fila, também foi redigida uma ata com as normas que devem ser seguidas pelos pais que estão cadastrados. Todos eles devem permanecer na fila diuturnamente e responder à chamada que é feita de hora em hora no período entre as 6 horas da manhã e as 23 horas. Durante a noite, apesar de não haver a chamada, todos devem permanecer no local.

Alguns dos pais presentes moram nas imediações da escola, localizada na rua José Luiz Sampaio Ferraz, s/nº, vila Alvorada. Outros moram em outras vilas. Como não é adotado critério de preferência para a matrícula, nem o de proximidade geográfica com a residência do aluno, todos têm direito à matrícula. Nenhum deles quis ser identificado, mas essa é a opinião consensual.

Segundo a diretora da escola Dom Aquino Corrêa, professora Vilma Oliveira da Cruz, nesta segunda-feira, 4, será feito um cadastro com os 50 primeiros alunos listados na relação do 1º ano do EF. A escola oferece apenas uma turma de 1º ano. Os alunos excedentes que querem vaga também para o 1º ano serão relacionados em outra lista que será encaminhada a Secretaria de Estado de Educação (SED).

Não há vagas para o 2º ano do EF e a matrícula para as demais turmas, do 3º ano do EF ao 3º ano do Ensino Médio, caso existam vagas, está prevista para o dia 11 de janeiro. “Enquanto não construírem a nova escola, será esse sufoco”, fala a diretora. A decisão com os alunos existentes além das 50 vagas que oferecemos, justifica Vilma, será da professora Nilene Badeca, secretária de Estado de Educação.

Escola Dom Aquino

A Escola Dom Aquino é referência no Estado de Mato Grosso do Sul. Fundada há mais de 50 anos, a escola alcançou uma alta pontuação no Ideb (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) de 2005 e 2008 conquistando a melhor média de Mato Grosso do Sul e superando a média nacional. Atualmente a escola conta com cerca de 30 professores e aproximadamente 600 alunos matriculados.

Há 13 anos, a escola está realizando suas atividades no prédio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nos períodos matutino e vespertino. Os recursos para a construção do novo prédio da escola serão viabilizados pelo governo estadual e federal. O terreno, localizado atrás do Hospital Regional, foi viabilizado pela Prefeitura Municipal, em 2008.

Fonte: www.amambainoticias.com.br Acesso em: abr. 2011.

ANEXO 3. Documentos para realização do Conselho de Classe para os anos iniciais do ensino fundamental na EEDAC

ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORRÊA

SERVIÇO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

SÚMULA DO CONSELHO DE CLASSE - 2011

TURMA: _____ BIMESTRE _____

DISCIPLINA: _____ PROFESSORA: _____

Pontos **Positivos** da turma:

Pontos **Negativos** da turma:

Alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem:

Alunos que apresentaram problemas disciplinares:

Sugestões de professores e alunos:

ESCOLA DOM AQUINO CORRÊA

SÚMULA DO CONSELHO DE CLASSE - 2011

- Nomes **DOS ALUNOS** que participaram do Conselho de Classe dia _____
- Assinatura **DOS RESPONSÁVEIS** que compareceram à Reunião dia _____
- TURMA: _____ BIMESTRE _____
- DISCIPLINA: _____ PROFESSORA: _____

Nº	NOME DOS ALUNOS	ASSINATURA DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		

15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		

INFORMAÇÕES AOS PAIS SOBRE OS ASPECTOS QUALITATIVOS DO ALUNO
ANO 2011

A escola envia este boletim informativo aos pais, para que observem os itens assinalados abaixo e nos ajudem a conscientizar seus filhos da necessidade de algumas mudanças em suas atividades escolares.

ALUNO _____ Nº _____ TURMA: _____

1- Deixou de realizar tarefas.

2- Realizou tarefas de casa em sala de aula.

3- Não realizou atividades em sala, prejudicando a aprendizagem do conteúdo trabalhado.

4- Não veio vestido adequadamente para a aula de Educação Física.

5- Andou em sala em momentos inoportunos.

6- Conversou em momento inoportuno.

7- Não apresentou material quando solicitado: _____

7- Teve atitudes de Indisciplina / desrespeito e/ou agressividade: _____

8- Muito desatento às explicações do professor.

9- **PROVAS** (Não demonstrou empenho suficiente no estudo dos conteúdos)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

ANEXO 4 - Regras da escola encaminhadas aos professores e pais de alunos da EEDAC

ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORRÊA – AMAMBAI, 2011

INFORMAÇÕES AOS PAIS DOS ALUNOS DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Senhores pais ou responsáveis

Pensando na importância dos senhores estarem bem informados sobre o trabalho da escola no decorrer do ano letivo, segue abaixo todas as informações necessárias para que possam nos acompanhar e nos auxiliar.

- 01-** As aulas iniciam-se no turno vespertino às 13 horas e encerram-se às 17 horas e 15 minutos. O aluno só poderá entrar em sala após este horário, mediante a presença dos responsáveis na secretaria;
- 02-** Os livros didáticos doados pelo Mec deverão ser devolvidos ao final do ano letivo em bom estado de conservação. Em caso de extravio, o aluno levará ao conhecimento da coordenação, a qual chamará os pais ou responsáveis para as devidas providências;
- 03-** Para os alunos do 1º, 2º, 3º e 4º anos, serão cobradas margens simples nos cadernos, feitas com régua, lápis de cor ou caneta;
- 04-** Verifique se o material da mochila está completo. Reponha os materiais sempre que necessário para melhor rendimento em sala de aula;
- 05-** Junto com o material diário, coloque uma garrafinha para água e uma toalha.
- 06-** Evite que a criança falte por qualquer motivo;
- 07-** A entrada e a saída dos alunos deve ser por um dos portões laterais. A porta da frente é para a entrada de funcionários. Deixe seu (sua) filho(a) no portão. Não entre na escola para esperar bater o sino;
- 08-** Na saída os pais ou responsáveis devem esperar seu(sua) filho(a) no portão e não na porta da sala;
- 09-** As crianças que vêm de bicicleta devem usar o portão do fundo;
- 10-** A escola oferece lanche todos os dias. Procure saber sobre o cardápio na secretaria e incentive seu(sua) filho(a) a comê-lo. A criança também pode comprar o lanche na cantina ou trazer de casa (lanche simples: bolo, sanduíche, suco, bolacha);
- 11-** Oriente seu(sua) filho(a) sobre como se comportar durante o recreio para evitar que ele se machuque ou machuque outras crianças;
- 12-** Preste bastante atenção na comunicação diária da escola e professores através do caderno de recados. Leia com atenção os bilhetes e assine-os à caneta;
- 13-** Pergunte e converse com seu(sua) filho(a) sobre os acontecimentos da escola e o que ele aprendeu;
- 14-** Se tiver alguma dúvida quanto ao trabalho do(a) professor(a), procure-o na escola, no horário marcado semanalmente para atendimento aos pais. Não será permitido que o professor atenda os pais na porta da sala em horário da aula. Se for urgente, procure a coordenação;
- 15-** Converse com o professor(a) sobre seu(sua) filho(a) na escola no horário marcado pela professora. Não será permitido que os professores atendam os pais na porta da sala, pois compromete a aula e a disciplina das crianças. Se o assunto for urgente, procure a coordenação ou direção;
- 16-** A melhor maneira de ensinar é através de exemplos, por isso, procure cumprir as regras da escola;
- 17-** Se discordar da postura da escola, procure a direção, coordenação ou a professora para falar sobre o assunto. Se polície para não fazer críticas diante de seu filho, pois pode deixá-lo confuso, inseguro e até mesmo desrespeitoso com os professores e com a escola;

18 - NORMAS DA ESCOLA:**NÃO É PERMITIDO AO ALUNO:**

- Chegar atrasado na escola sem a presença do responsável. O aluno entrará se o responsável passar pela secretaria e justificar o atraso;
- Entrar pela porta da frente, pois nossa Escola divide espaço com a UEMS e procuramos evitar tumulto na secretaria;
- Sair da sala na troca de professores e/ou entrar em sala após o professor;
- Brigar na escola, bem como causar tumulto no recreio, início e intervalos das aulas, dentro ou fora da sala;
- Participar das aulas desuniformizado, sem justificativa dos pais ou responsáveis;
- Participar das aulas de Educação Física com roupas inadequadas (sem uniforme, com sandália, chinelo, etc.);
- Após as atividades físicas, retornar à sala de aula sem uma higiene básica (lavar o rosto, as mãos e se necessário trocar a camiseta);
- Usar bonés, corretivo, mascar chicletes ou comer lanches, durante as aulas;
- Usar produtos eletrônicos como: celular, MP4, máquina fotográfica, etc. na escola;
- Usar bonés em momentos cívicos;
- Namorar na escola;
- Trazer remédio sem prescrição médica ou autorização dos pais;
- Frequentar as aulas sem os materiais básicos necessários (cadernos, livros, lápis, borracha, apontador, cola, tesoura);
- Discriminar o colega quanto às diferenças (etnia, cor, características físicas, questões religiosas, socioeconômico, etc.);
- As meninas trazerem bolsinhas com maquiagem e virem com muitos enfeites (brincos grandes, pulseiras, etc.);
- Não pode trazer de lanche: salgadinhos, refrigerante, doces diferentes, chiclete;
- Jogar bola na quadra antes do início da aula e durante o recreio;
- Deixar restos de comida ou pratos espalhados pela escola;
- Danificar ou sujar o banheiro;
- Danificar os trabalhos expostos dentro e fora da sala ou qualquer material de uso coletivo da escola;
- Esperar o professor no corredor da secretaria.

19 - TRABALHOS:

A pedido de alguns pais em anos anteriores, não será adotado **trabalhos em grupo** fora da escola. Tais atividades deverão ser realizadas dentro da mesma e com a presença do professor responsável, de modo que os alunos jamais receberão orientações para se reunirem em casa de colegas para fazê-las.

20 - TAREFAS:

Pensando que o objetivo maior da tarefa de casa é a fixação do conteúdo trabalhado em sala/, a escola faz um trabalho de cobrança na realização da mesma.

Ofereça a seu (sua) filho (a) um espaço adequado para fazer as tarefas, um lugar sossegado, longe da TV, nunca no colo, na cama ou no chão. Combine um horário de estudo para que aos poucos ele adquira o hábito de estudar.

Tire pequenas dúvidas sobre as tarefas, mas não pense e nem faça por ele (a).

Acompanhe as correções dos cadernos para que seu filho(a) arrume o que for necessário.

Incentive a leitura, pois ela é a base para o entendimento do que se estuda, para uma interpretação coerente e para uma escrita correta e criativa.

O aluno que não apresentar sua tarefa realizada no dia determinado pelo professor:

- 1º Assina a ficha de avaliação diária (pasta);
- 2º No intervalo ficará fazendo sua tarefa na biblioteca, junto com a coordenação,
- 3º Se houver reincidência a escola entra em contato com o responsável.

21 - PASTA DE RELATÓRIO DIÁRIO DO ALUNO

Serve para anotações individuais dos alunos, ocorridas no ambiente escolar no decorrer do bimestre. É um instrumento importante quanto a informação aos professores, coordenação, direção e pais, além de auxiliar no processo de avaliação qualitativa.

22 - REUNIÕES:

Mediante convocação para reunião, é de suma importância a **PRESENÇA DOS SENHORES**, tendo em vista que a escola precisa cada vez mais de um trabalho em parceria com a família, em busca de melhor qualidade no ensino.

23 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Seu(sua) filho(a) será avaliado a partir de todas as atividades realizadas na escola. Por isso ajude-o a ser responsável, organizado, cumpridor dos seus direitos e deveres.

A - AVALIAÇÃO DIÁRIA

B - AVALIAÇÃO QUALITATIVA

C - AVALIAÇÃO BIMESTRAL

AVALIAÇÃO DIÁRIA - Acontece no decorrer do bimestre (são as avaliações formais de conteúdos e trabalhos).

- Não se aplicará mais de uma avaliação por turma em um mesmo dia. Exceções acontecerão somente após combinado entre aluno, professor e coordenação.
- Todas as Avaliações Diárias, Bimestrais e Trabalhos deverão ser devolvidos para o aluno o mais rápido possível e deverão retornar assinadas pelos pais. .
- As Avaliações Diárias poderão, ou não, serem marcadas com antecedência para o aluno.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA - Também acontece no decorrer do bimestre.

Nesta avaliação, o aluno inicia o bimestre tendo uma nota **10,0 em todas as disciplinas**, no encerramento do bimestre, através dos registros em Pasta, será atribuída sua nota.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE QUANTO A AVALIAÇÃO QUALITATIVA: A Avaliação Qualitativa está baseada nas “**Diretrizes e Bases da Educação Nacional**” - LDB (Lei n^o 9.394, de 1996). Ela tem como objetivo maior, trabalhar a formação do aluno quanto aos valores: responsabilidade, caráter, disciplina, respeito ao próximo, etc.

AVALIAÇÃO BIMESTRAL - Acontece no Final do Bimestre, envolvendo todos os conteúdos trabalhados e avaliados no decorrer do bimestre.

Os alunos e os pais serão avisados com alguns dias de antecedência, através de bilhetes, sobre as datas das Avaliações Bimestrais. Solicitamos que se atentem às datas e que priorizem momentos de estudos para seus filhos e evitem outros compromissos.

Na semana da Avaliação Bimestral não será dado tarefas para casa, a menos que a mesma seja para fixação de conteúdo da prova.

24 - RECUPERAÇÃO DO CONTEÚDO - O professor ao trabalhar e avaliar um conteúdo, e ao perceber que o mesmo não atingiu o objetivo esperado, o retomará antes de iniciar um novo.

25 - AVALIAÇÕES - Todas as AVALIAÇÕES serão enviadas aos pais para que observem o desempenho de seus filhos no sentido de recuperá-la em tempo (caso precise).

26 - COMO FAZER A MÉDIA BIMESTRAL: Segue abaixo o exemplo da fórmula para o cálculo das Médias Bimestrais:

EXEMPLO	Média da Ava. Diária	Avaliação Bimestral	Qualitativa	MAD - Média da Avaliação Diária AB - Avaliação Bimestral NB - Nota do Bimestre Q - Qualitativa MB - Média Bimestral
	7,0	4,0	9,0	
FORMULA	$\frac{(MAD + AB)}{2} = NB$			EXEMPLO
	$\frac{(NB \times 9) + (Q \times 1)}{10} = MB$			$\frac{(7,0 + 4,0)}{2} = 5,5$
				$\frac{(5,5 \times 9) + (9,0 \times 1)}{10} = 6,0$

OBS: É MUITO IMPORTANTE QUE APÓS A LEITURA DESSE DOCUMENTO OS SENHORES ASSINEM E COLABOREM COM O NOSSO TRABALHO CUMPRINDO AS REGRAS DA ESCOLA

“Depois de anos atuando como educadores, concluímos que os alunos cujos pais acompanham a vida escolar de seus filhos, apresentam um melhor rendimento na aprendizagem e uma formação o mais positiva”.

Assinatura do responsável

Direção, Coordenação e Professores.



ANEXO 5 – Ficha individual para avaliação qualitativa do aluno.

ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORRÊA - SERVIÇO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - ANO 2011
 RELATÓRIO DIÁRIO DO ALUNO - AVALIAÇÃO QUALITATIVA - 1º ANO AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ALUNO: _____ Nº _____ TELEFONE _____


CADA ASSINATURA - 0,5 PONTO	
DATA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
- NÃO FEZ TAREFA	
- TAREFA INCOMPLETA	
- FAZENDO TAREFAS EM SALA	
- NÃO FEZ ATIVIDADES EM SALA	
- CADERNO DESATUALIZADO	
- NÃO APRESENTOU MATERIAL SOLICITADO - (OBS)	
- INDISCIPLINA / DESRESPEITO OU AGRESSIVIDADE - (OBS)	
- VESTUÁRIO E CALÇADO INADEQUADO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA	
ASSINATURA DOS ALUNOS	
MATEMÁTICA	
PORTUGUÊS	
CIÊNCIAS	
HISTÓRIA	
GEOGRAFIA	
ARTES	
EDUCAÇÃO FÍSICA	
PRODUÇÕES INTERATIVAS	

ANEXO 6 – Ficha de avaliação individual dos alunos do 1ºano do ensino fundamental

 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA COORDENADORIA DE ED. BÁSICA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</p>				
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE EM LÍNGUA PORTUGUESA.				
1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2011				
EE: Dom Aquino Corrêa		Município: Amambai		
Professor(a):		Distrito:		
Nome do aluno(a):		Turma: 1º Ano B		
Período: () Matutino (x) Vespertino				
DESEMPENHO	Linguagem Oral		Prática de Leitura	
	Expressa opiniões e ideias em situações comunicativas respeitando as ideias do outro	Dramatiza histórias, situações vividas e cenas pelo "jogo simbólico"	Reproduz oralmente histórias lidas pelo professor, aproximando-se do texto original	Narra histórias considerando a sequência temporal e causal com riqueza de detalhes.
	Identifica o nome das letras do alfabeto.	Escola com atenção histórias lidas ou cortadas	Lê histórias a partir de imagens	Lê histórias e reconhece as palavras e frases
	Diferencia o uso das letras maiúsculas e minúsculas.	Percebe por meio de análise e reflexão, os elementos constitutivos dos textos.	Observa os efeitos de sentido dos sinais de pontuação.	Registra suas ideias de forma não-convenional
	Escreve palavras respeitando forma, direção e tamanho das letras.	Escreve palavras respeitando forma, direção e tamanho das letras.	Escreve palavras respeitando forma, direção e tamanho das letras.	Registra suas ideias de forma não-convenional
Produção Escrita		Produção Escrita		
Escreve com observação do Princípio Alfabético	Palavras	Escreve com observação do Princípio Alfabético	Palavras	
Produz pequenos textos observando o princípio alfabético	Frases	Produz pequenos textos observando o princípio alfabético	Frases	
Produz textos com ampliação de ideias e sequência lógica (coerência e coesão).	Produz textos com ampliação de ideias e sequência lógica (coerência e coesão).	Produz textos com ampliação de ideias e sequência lógica (coerência e coesão).	Produz textos com ampliação de ideias e sequência lógica (coerência e coesão).	
Possui noção quanto a utilização do parágrafo	Possui noção quanto a utilização do parágrafo	Possui noção quanto a utilização do parágrafo	Possui noção quanto a utilização do parágrafo	
Observações:				
Legenda				
C: Consolidou				
I: Intermediário				
C.A: Com Auxílio				

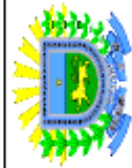
Assinatura do Coordenador(a)

Assinatura do Professor(a)

		GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA COORDENADORIA DE ED. BÁSICA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL												
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE EM MATEMÁTICA 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2011														
EE: Dom Aquino Corrêa		Município: Amambai												
Professor(a):		Distrito:												
Nome do aluno(a):		Turma: 1º Ano B Período: () Matutino (x) Vespertino												
DESEMPENHO	NÚMEROS E OPERAÇÕES				ESPAÇO E FORMA		GRANDEZAS E MEDIDAS		TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO					
	Comunicação quantitativa utilizando convenções	Notação numérica	Faz leitura de números em variados contextos	Realiza diferentes tipos de contagem	Resolve situações ideia aditiva Resolve situações ideia subtrativa Resolve situações multiplicativas Resolve situações divisórias	Resolve situações problema envolvendo contagens	Desenvolve noção de cálculo mental	Localiza pessoas e objetos no espaço usando como referência seu próprio corpo ou outro objeto		Percebe semelhanças e diferenças entre os objetos no espaço	Estabelece relação entre as formas geométricas com os objetos presentes no cotidiano	Utiliza o calendário para se situar no tempo (dia, semana e mês)	Utiliza grandezas não convencionais (partes do corpo, pato, barbaqueia) para medir distâncias	Compara grandezas utilizando conceitos maior/menor, mais/grossos/mas/fino, mesmo tamanho na construção de números
1º BIM														
2º BIM														
3º BIM														
4º BIM														
Observações:										Legenda C: Consolidou I: Intermediário CA: Com Auxílio				

Assinatura do Professor(a)

Assinatura do Coordenador(a)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENADORIA DE ED. BÁSICA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE EM CIÊNCIAS, HISTÓRIA, GEOGRAFIA.

1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2011

EE: Dom Aquino Corrêa

Município: Amambai

Distrito:


Professor(a):

Nome do aluno(a):

Turma: 1º Ano A

Período: () Matutino (x) Vespertino

	CIÊNCIAS	HISTÓRIA	GEOGRAFIA					
DESEMPENHO	Reconhece as características do seu próprio corpo observando as semelhanças e diferenças com as demais pessoas	Observa que ocorrem mudanças no corpo durante as diferentes fases da vida	Identifica seu grupo familiar e sua organização	Identifica sua família e sua organização	Valoriza atitudes de manutenção e preservação do espaço que está sendo	Estabelece relações entre seu modo de vida familiar das de outras pessoas	Desenvolve no seu cotidiano noções de lateralidade, orientando-se no ambiente com autonomia	Demonstra interesse na realização das atividades propostas
1º BIM								
2º BIM								
3º BIM								
4º BIM								
Observações:	<p>Legenda: C: Consolidou I: Intermediário C.A: Com Auxílio</p>							

	
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA COORDENADORIA DE ED. BÁSICA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE EM ARTES 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2011	
EE: Dom Aquino Corrêa Município: Amambai Distrito:	
Professor(a)	
Nome do Aluno(a): Turma: 1º Ano B Período: () Matutino. (x) Vespertino	
Linguagens: Artes Visuais, Música e Teatro	
DESEMPENHO	Reconhece os elementos da linguagem visual, como linha e forma. Aplica em expressões artísticas os elementos da linguagem visual, como linha e forma. Observa e explora e reproduz sons do próprio corpo, da natureza e da natureza. Distingue as diferenças peculiares de cada instrumento musical. Som reproduzido pelos instrumentos musicais. Participa de jogos dramáticos, mímica e socializa suas experiências com seus colegas. Mergulha com diversos materiais em expressões artísticas. Conhece os instrumentos musicais de percussão. Produz sons com instrumentos musicais de percussão. Identifica os elementos sonoros, timbre, altura, duração e intensidade. Aplica em expressões musicais os elementos sonoros. Reconhece a diferença entre brinquedos de origem popular e os brinquedos industrializados. Produz brinquedos populares a partir de materiais diversos. Vivencia os jogos teatrais através de regras previamente estabelecidas. Compreende as regras e as sempre no jogo. Cria regras para os jogos teatrais. Distingue as diferenças peculiares de cada instrumento musical. Explora e constrói instrumentos musicais com materiais diversos. Percebe as semelhanças e diferenças dos instrumentos musicais indigenas de outras etnias. Coordena o manuseio de alguns instrumentos musicais. Explora e constrói brinquedos a partir de materiais diversificados. Faz a interação entre seus próprios brinquedos com os brinquedos dos colegas. Percebe a diferença entre cargas populares e cargas de autor, como as cargas de autorais de artistas. Interpreta cargas populares.
1º BIM	
2º BIM	
3º BIM	
4º BIM	
Observação:	
Legenda C: Consolidou I: Intermediário CA: Com Auxílio	

Assinatura do Professor(a)

Assinatura do Coordenador(a)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENADORIA DE ED. BÁSICA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA

1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2011

EE: Dom Aquino Corrêa

Município: Amambai

Distrito:

Professor(a):

Nome do Aluno(a) Turma: 1º Ano B Período: () Matutino (x) Vespertino

TEMAS: O CORPO E SUAS RELAÇÕES, DANÇA, GINÁSTICA, JOGOS, LUTAS, ATIVIDADES ALTERNATIVAS

DESEMPENHO	PARTIÇA DAS ATIVIDADES COM MOTIVAÇÃO	IDENTIFICA AS PARTES DO CORPO	TEM CONSCIÊNCIA CORPORAL	SITUANDO SEU CORPO EM RELAÇÃO AO TEMPO E ESPAÇO	TEM NOÇÃO ESPACIAL	FORMAS BÁSICAS DE MOVIMENTO (ANDAR, CORRER, SALTAR, PULAR, ROLAR E OUTRAS)	RECONHECE FRENTE E ATRÁS, ACIMA E ABAIXO, DIREITA E ESQUERDA EM SI MESMO)	APRESENTA EQUILÍBRIO DINÂMICO E ESTÁTICO	ACOMPANHA DIVERSOS RITMOS COM AS PARTES DO CORPO	DEMONSTRA CRIATIVIDADE EM SEUS MOVIMENTOS	MANIFESTA COM CLAREZA SUAS IDEIAS/OPINIÕES DURANTE AS ATIVIDADES PROPOSTAS PELO PROF. E/OU PELO GRUPO	RESPEITA AS REGRAS DO JOGO	PARTIÇA DA CRIAÇÃO DE NOVAS REGRAS E ESTRATÉGIAS DE JOGOS E/OU BRINCADEIRAS	APRESENTA ATITUDES DE COOPERAÇÃO PARA COM SEUS COLEGAS	TEM AUTONOMIA PARA OPINAR SOBRE OS TEMAS PROPOSTOS
1º BIM															
2º BIM															
3º BIM															
4º BIM															
Observação:															
Legenda															
C: Consolidou															
I: Intermediário															
CA: Com Auxílio															

Assinatura do Professor(a)

Assinatura do Coordenador(a)

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ALUNO EM PRODUÇÕES INTERATIVAS

1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2011

Município: Amambai Distrito:

Escola Estadual Dom Aquino Corrêa

Professor(a):

Nome do aluno(a):	Turma: 1º ano B		Período: () Matutino (x) Vespertino	
	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM
Aplica as apresentações orais coletivas respondendo as ideias dos outros e dos turnos de fala				
Participa ativamente de situações de comunicação oral, expressando e ouvindo opiniões				
Utiliza elementos não verbais e gestos expressivos (fala, postura corporal, compreensão da fala)				
Expressa-se com desenvoltura vocal e corporal nos jogos dramáticos				
Expressa-se através do corpo por meio de brincadeiras e todas as cantadas				
Caracteriza ambientes e personagens				
Relata experiências do cotidiano				
Aplica as diferentes situações de leitura realizadas por si e pelo professor como fonte de formação e prazer				
Realiza com pertinência tarefas que demandam o tempo disponível da escola e em casa				
Estabelece relação entre imagem e texto verbal, atribuindo sentido				
Busca pelas texturas (intertextual e contextual) para ler nas entrelinhas ("ler entrelinhas") ampliando sua compreensão				
Percebe o uso da escrita com diferentes funções, em diferentes gêneros e portadores textuais				
Produz textos diversificados (individuais e coletivamente) adequados aos contextos destinados e ao contexto				
Reestrutura o próprio texto como autor e do professor				

Observações:

Legenda:
C: Consolidou
I: Intermediário
C.A.: Com Auxílio

ANEXO 7. Figuras de situações didáticas realizadas na EEDAC.

1. Aula de Matemática (Material Dourado) 2009



Fonte: EEDAC

2. Uso do teatro de fantoches. (2009)



Fonte: EEDAC.

3. Utilização de jogos pedagógicos (boliche) 2009



Fonte: EEDAC.

4. Participação dos alunos no desenvolvimento de receita culinária (2009)



Fonte: EEDAC

5. Participação dos alunos em Projeto de aulas de Xadrez (2011).



Fonte: EEDAC

6. Atividade de compra e venda, trabalhando o sistema monetário brasileiro em situações-problema reais (2009).



Fonte: EEDAC